



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0003/AM/20, de 30/09/2020

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, comparecendo para tomar parte na mesma, por videoconferência, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Felismino da Conceição Neves Carreira, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Cláudia Sofia da Costa Duarte, João Pedro Abegão Matias, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, João Patrício Dias Ferreira, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Elisabete Maria dos Santos Alves, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Daniel Brito Ferreira, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves e Marco Renato Santos Carreira, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/02/2020;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2021 e 2022 e criação de novos projectos;
- Ponto 2.3. Apreciação da informação do Auditor Externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1.º semestre de 2020);
- Ponto 2.4. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre os Encargos com a Educação – Ano letivo 2020/2021 – Para conhecimento;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Aquisição de Combustíveis a Granel para o ano 2021 – Pedido Autorização de Despesa e Assunção de Compromissos Plurianuais para Exercícios Seguintes;
- Ponto 2.6. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. - 2.º Trimestre de 2020 - Para Conhecimento
- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2021;
- Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2020;
- Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com o n.º de dependentes, relativo ao ano de 2020;
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2020;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2020;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2021;
- Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a adesão do Município de Pombal ao “Pacto de Autarcas em Matéria de Clima e Energia”
- Ponto 2.14. Apresentação das normas de participação para o Orçamento Participativo 2020 – Para conhecimento
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Pombal
- Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a aquisição de prédio urbano para afetar à expansão do Parque Industrial Manuel da Mota – impossibilidade material de celebração do contrato definitivo de compra e venda
- Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Programa de Apoio ao Funcionamento da Unidade de Saúde Familiar - Pombal Oeste (USF Pombal Oeste) | Minuta de Contrato Interadministrativo;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
- Ponto 2.19. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, dar início à nossa reunião de 30 de setembro. Dou as boas-vindas a todos, e desejo que esta reunião decorra de forma tranquila, e que todos possamos dizer aquilo que pensamos e que sentimos neste órgão que é a Assembleia Municipal.

Antes de mais, aproveito para vos dizer que os serviços vos fizeram chegar um memorando com os cuidados que devem ter nesta reunião por videoconferência, nomeadamente – e aqui, alerto-vos para o seguinte: o microfone, quando um Sr. Deputado ou uma Sra. Deputada não estiver a usar o microfone, peço que o desliguem, que é para que o outro se possa fazer ouvir e, naturalmente, passar a sua mensagem.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

De seguida a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições:

“Da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias;

De José Gomes Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Felismino da Conceição Neves Carreira;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete dos Santos Alves.

O Senhor Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, Gonçalo José Simões Ramos, pediu substituição pelo Secretário daquela União de Freguesias, Marco Renato Santos Carreira e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Sílvio da Mota Santos, comparecem, em sua substituição, Sofia Gonçalves.

Mais informou que a falta do Senhor Deputado Manuel Henriques Nogueira Matos, se encontra justificada.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 30.06.2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Em relação à ata, quem é que se quer inscrever para intervir?”

Muito bem. Sr. Deputado João Coucelo, quer intervir neste ponto? Faça favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Era só para dizer que a ata globalmente está bem. E na pág. 90, no último parágrafo, onde está “José Coucelo”, é “João Coucelo”. É só isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sim, senhor, será corrigida essa falha. Muito obrigada. Mais alguém?”

Então, não havendo mais ninguém para intervir, vamos passar à votação desta ata.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 30 de junho 2020 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com três abstenções, por ausência na respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

Presidente da Assembleia Municipal:

“Recebemos um ofício do Sr. Presidente da Câmara a remeter a norma de controlo interno do Município de Pombal, aprovada na reunião de Câmara no passado dia 30 de junho de 2020, que fica arquivada nos serviços, caso pretendam aceder para consulta.

Recebemos um outro ofício do Sr. Presidente da Câmara, contendo o relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e



MUNICÍPIO DE POMBAL

infrações conexas, na sua revisão 02 do Município de Pombal, que fica arquivado também nos serviços, caso pretendam aceder para consulta ou para pedir informações.

Recebemos ainda um outro ofício, no passado dia 30 de junho de 2020, e este ofício foi entregue pelo Sr. Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca. E este ofício trazia duas moções da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, intituladas “Não à ampliação da zona industrial da Guia a nascente da linha férrea do oeste” e “Lusiaves – Sim ao investimento, mas na localização certa”, que fica arquivado nos serviços, caso pretendam aceder para consulta ou pedir qualquer informação.

Recebemos da Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos a moção intitulada “Pela valorização, dignificação e reforço da Urgência do Hospital dos Covões – Coimbra”, que fica também arquivada nos serviços, caso pretendam aceder para consulta ou pedir mais informações.

Recebemos ainda uma reclamação de um munícipe, que reencaminhámos de imediato para o Sr. Presidente da Câmara, para o devido procedimento, que fica arquivada nos serviços, caso pretendam aceder também para consulta ou pedir informações.

Posto isto, vamos então passar às intervenções na generalidade.”

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos proceder às vossas inscrições. Neste momento estão dezoito deputados inscritos. Vou encerrar as inscrições.

Começo por dar a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Então, muito boa tarde a todos os presentes.

Hoje, vou dedicar o tempo do meu PAOD a uma causa ambiental. Ora, saiu uma notícia num jornal de Leiria, a 11 de agosto, que afirmava haver alegadas descargas poluentes no Rio Arunca. Dizia também que o Município e a GNR levaram a cabo diligências com vista à verificação dos factos denunciados, e que até então não conseguiram verificar indícios de descargas poluentes no Rio Arunca, nem quaisquer irregularidades.

Numa reunião que tivemos a 3 de setembro, no âmbito do direito de consulta prévia, estive eu com o Exmo. Presidente da Câmara, abordei este assunto, e V. Exa., Senhor Presidente da Câmara, respondeu que o nosso rio nunca esteve tão bem. Então, ficamos com um problema delicado. Serão os queixosos das redes sociais munícipes desequilibrados, para não dizer loucos? Farão publicações falsas com o objetivo de ter as luzes da ribalta a apontar para eles? Não, não creio que sejam estes os motivos para as referidas publicações, mas sim o cansaço extremo de ler uma coisa nos órgãos de comunicação local e na informação do Município, e constatar o oposto na realidade.

Certamente ouviu falar do movimento cívico apartidário “Amigos do Arunca”, que lançou a sua página no Facebook no passado domingo, Dia Mundial dos Rios, ou não teria saído dois dias depois no já citado Jornal de Leiria a notícia de que o Município de Pombal vai investir setecentos mil euros (700.000€) em novo corredor ribeirinho. Coincidências engraçadas, no mínimo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ora, já aqui foi abordado noutra Assembleia que o Sr. Presidente, tendo sido, conjuntamente com outro membro desta Assembleia, fundador de uma associação ambiental, Aurora – que morreu à nascença, por acaso – eu faço-vos uma proposta aos dois, citando um blogue de opinião muito lida por estas bandas: bem que podiam voltar ao ativo e dar uma mãozinha a este novo movimento, o Movimento “Amigos do Arunca”. O Rio Arunca e a natureza precisam de todo o apoio e dedicação, dada a grave crise ambiental em que estamos todos mergulhados atualmente.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Ora, muito boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e caros colegas, deputados da Assembleia, caros Presidentes de Junta.

Gostaria aqui de falar de um tema. Estamos muito próximos de fazer dois anos em que passou a tempestade Leslie, e tenho tido por parte dos Presidentes e das Direções das Associações que foram afetadas na altura pela tempestade, casos como Antões, Moita do Boi, Valarinho, Outeiro, e outros, em que os problemas dos telhados foram provocados pela tempestade, o Município pediu às associações que entregassem o relatório de estragos. Foi feito esse trabalho, na altura. A verdade é que ainda hoje assistimos aos telhados que estão a descoberto, no caso de anexos às associações, outros tentaram remediar, e está só mesmo remediado, e é um perigo, porque se voltar a haver algo do género, e porque estamos sempre muito sujeitos – infelizmente as intempéries são constantes – eu gostaria de deixar aqui o apelo, porque a DGAL até hoje ainda não respondeu, e sem dúvida, todos os dirigentes associativos, as Direções das associações, estão preocupados, porque estamos a aproximar-nos novamente de um inverno que pode ser muito rigoroso, e, na verdade, não temos esta situação resolvida.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui este apelo, que têm sido as preocupações que me têm chegado por parte das associações, e de todos os Presidentes e Direções, em que, de facto, até hoje não há qualquer notícia acerca do apoio para que possa ser reposta esta situação que nos preocupa a todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente José Manuel Marques, pela sua intervenção. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Liliana Silva.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Muito boa tarde a todos os presentes.

Eu queria aproveitar para referir que, no âmbito do ponto anterior, também foi solicitado um pedido de consulta, nomeadamente do processo relativo à construção do Centro Escolar de Vila Cã, ao qual não tive resposta ainda. Não sei se terá havido alguma falha, como também não constou da correspondência informada, na informação relativa à correspondência. Gostaria de deixar essa questão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, desculpe interrompê-la, mas eu não recebi nada.

Portanto, a Sra. Deputada faça o favor de me enviar, que eu não recebi nada.”

Liliana Silva (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Foi enviado um e-mail para a Assembleia Municipal no dia 18 de agosto, se não estou em erro.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ainda não recebemos resposta, a resposta que foi pedida ao seu e-mail. Não sou eu que tenho de lhe dar resposta, são os serviços, naturalmente. Ainda não fomos informados dessa resposta, não lhe posso dar aquilo que não tenho.

Pode continuar a sua intervenção, se faz favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Portanto, eu refiro que o Sr. Presidente, na reunião que tivemos no âmbito da audição prévia aos Partidos, referiu que já tinha dado essa autorização. Portanto, há de haver aqui algum lapso na informação.

Relativamente a outras questões, e já que se falou no Rio Arunca, aproveito para elogiar a medida do investimento de setecentos mil euros (700.000€) no novo corredor ribeirinho ao longo do Rio Arunca, dando continuidade ao existente.

O CDS-PP entende que esta é uma boa medida, mas por si só não chega para valorizar este local, e apela a que o Município de Pombal continue a exercer a sua influência junto das entidades competentes para que as ações de fiscalização sejam efetivas, e que haja uma devida valorização do nosso Rio Arunca.

Para além disso, recordo que o CDS-PP propôs que não só este corredor fosse valorizado, mas também o corredor que liga a zona norte, ligando a Almagreira. Verificámos, após as denúncias de vários cidadãos, que existem vários resíduos acumulados, e que seria importante o Município proceder à sua recolha, ou incentivar os proprietários a fazê-lo.

Para além disso, alertamos para o problema do Centro de Saúde de Pombal, que continua a haver entrada de água, quando chove, no Centro de Saúde de Pombal. Isso acontece na área de espera dos utentes, na zona de espera das duas Unidades de Saúde Familiar, e alertamos para esse problema, visto que já há uma ocupação elevada de utentes nessas áreas, com o piso molhado e escorregadio, é inadmissível para os dias que correm, considerando a enorme afluência que se vai esperar nos próximos tempos, devido à entrada no período de inverno.

Mais ainda, alertamos para a segurança rodoviária, as passadeiras continuam mal sinalizadas na nossa cidade. Há vários mecanismos que podem evitar que a população fique mais desprotegida neste sentido, e portanto, apelamos a que o Município proceda nesse sentido, e não só quando haja as Festas do Bodo.

A minha intervenção termina, o tempo é curto. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra agora ao Sr. Presidente da Junta de Vermoil, Daniel Ferreira, se faz favor.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Boa tarde, cara Presidente e restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, vereadores e restantes membros da Assembleia.

Eu gostaria de chamar a atenção para um problema que já não é só de Vermoil, que é de quase todas as freguesias, que é a questão dos polos de saúde nas sedes de freguesia. Vermoil está sem enfermeira praticamente desde julho, a médica neste momento também está de baixa, não há substituições previstas, a população está um pouco assustada – e a médica tem direito a isso, como é óbvio, mas temos que precaver a sua substituição, a médica



MUNICÍPIO DE POMBAL

provavelmente vai estar de baixa mais algum tempo. E com isto, temos o Polo de Saúde sem médica e sem enfermeira, está fechado.

Agradecia que o Sr. Presidente, em conjunto também com todos nós, façamos aqui alguma força, todos juntos, para que este problema seja resolvido, não só em Vermoil, mas em todas as freguesias onde ele acontece.

Outro assunto que eu gostaria de saber, para poder dar conhecimento a todos os Vermoilenses – e alguns já me estão a pressionar – é o projeto do IC2, sendo certo que há informação de que já existe a aprovação do anteprojecto, mas acho que era importante, ou pelo menos tinha alguma importância podermos ter acesso a esse anteprojecto, para ver as soluções que foram definidas, e que serão alvo de um projeto de execução.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimentos à Mesa, cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, e cumprimentos a todos os deputados que estão aqui nesta Assembleia Municipal, presentes, e também aos Srs. Presidentes de Junta.

A minha intervenção é também na área ambiental. E na sequência do que já foi referido, quer pela deputada do Bloco de Esquerda, Célia Cavalheiro, como também pela deputada do CDS, Liliana Silva, a minha intervenção é também sobre o Rio Arunca. É frequente termos conhecimento de descargas ilegais no Rio Arunca, isso é público, já alertámos, o Partido Socialista já alertou por diversas vezes, nesta Assembleia Municipal, para essa situação, sem que o problema se tivesse resolvido. Pelas informações até ao momento, não se conseguiu apurar qual é a fonte dessa poluição, ou quais são as fontes dessa poluição. E perante a preocupação manifestada por todas as Bancadas desta Assembleia, perante a preocupação também manifestada por muitos cidadãos, perante a preocupação manifestada inclusive pelo Município, que esta semana veio manifestar essa preocupação nas redes sociais, pergunto que medidas concretas é que o Município tomou, não só para a identificação das fontes de poluição, como também para a limpeza do rio.

Recentemente foi até criado, tal como também já disse a deputada Célia Cavalheiro, o grupo chamado “Amigos do Arunca”, se calhar para resolver aquilo que o Município e que o Sr. Presidente não conseguiu resolver até ao momento, ou foi incapaz de resolver. A verdade é que, tal como disseram também as minhas antecessoras Célia Cavalheiro e a Liliana Silva, efetivamente surgiu agora a notícia de que a Câmara vai investir aquele valor na parte ribeirinha do Rio Arunca, e nós perguntamos se essa intervenção também tem a ver com a limpeza do rio. É que se for a parte do caminho e a limpeza do rio, isso não vai resolver o problema da poluição, a parte da limpeza do rio; é preciso resolver o problema da poluição, onde é que estão os focos, detetar os focos, porque limpamos o rio, a seguir vem a poluição novamente, e estamos a estragar aquilo que foi todo o dinheiro que se gastou na limpeza do rio. É preciso efetivamente saber que medidas concretas é que o Município fez para descobrir a origem das fontes de poluição, e as medidas concretas para resolver a limpeza do rio também.

É tudo. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Cumprimentos para a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, para o Sr. Presidente da Câmara e para os Srs. Vereadores, para os meus Exmos. Colegas, membros da Assembleia Municipal, para os Srs. Funcionários de apoio a esta Assembleia Municipal, nomeadamente os senhores da informática, que tanto nos ajudaram, e ao digníssimo público que nos esteja a ver e a ouvir.

A minha intervenção vai centrar-se única e exclusivamente sobre um dos problemas que, entre muitos outros, nos afeta no nosso país, que é o Covid-19. Decorridos quase sete meses do atingimento do nosso país por esta pandemia viral, que provocou uma crise sanitária, económica e social de evolução ainda imprevisível, não só cá, mas em todo o mundo, temos, pois, que manter medidas de proteção individual, sanitárias e sociais, para que possamos abreviar e minimizar o impacto desta doença em todos os setores da vida neste país e no mundo inteiro. Toda a gente está a fazer esforços nesse sentido, mas cabe a cada um de nós ser um parceiro determinante para o sucesso das medidas determinadas pelos organismos de saúde.

Importa aqui realçar a meritória ação que a Câmara Municipal desenvolveu com o Gabinete de Proteção Civil, em articulação com as Autoridades de Saúde Locais, regionais e nacionais, promovendo múltiplas iniciativas para minimizar o impacto da doença e permitir conhecimento atempado dos seus efeitos a nível local. Numa estratégia de apoio àqueles que mais sofreram as consequências do SARS-CoV-2, foram tomadas múltiplas medidas de apoio social às famílias afetadas, houve isenção de pagamento de água às IPSS's, fornecimento de equipamentos de proteção individual nos lares, pagamento de testes a funcionários das IPSS's e aos Bombeiros Voluntários, ações de sensibilização para os riscos de transmissão junto das comunidades locais, em parceria com as Juntas de Freguesia, bem como ações de formação desenvolvidas junto de creches e estabelecimentos de saúde.

Eu queria referir também a criação do Centro Drive-Thru para teste à Covid-19, que foi instalado na Expo Centro. Queria também mencionar aqui a colaboração com as instituições de saúde, e nomeadamente com o Centro de Saúde de Pombal, com o fornecimento de cinquenta telemóveis aos profissionais de saúde para um completo acompanhamento e notificação de casos, em tempo real. E uma das iniciativas que eu considero das mais importantes, reforçando a necessidade de estarmos preparados para cenários mais graves, a Comissão Municipal de Proteção Civil preparou, em abril, um plano especial de emergência e resposta para os lares de idosos, criando quatro espaços alternativos de confinamento para utilização em caso de necessidade dos doentes dos lares. Estas são algumas das muitas iniciativas que foram desenvolvidas, e facilmente consultáveis no portal do Município, que eu acho que todos devemos, de alguma maneira, lembrar e saudar.

Uma nota final para agradecer à sociedade civil e ao tecido empresarial do concelho pela solidariedade que tem manifestado até agora, através do fornecimento de equipamentos de proteção para as populações mais vulneráveis e para os seus cuidadores.

Do meu ponto de vista, para já, era o que me interessava dizer. E queria fazer dois pedidos ao Sr. Presidente da Câmara, e duas chamadas de atenção.

Uma, a limpeza do lote junto ao acesso à Avenida Heróis do Ultramar, para quem vem da zona do IC8, junto àquele último edifício da POMBALINGUA, que está um autêntico



MUNICÍPIO DE POMBAL

matagal. Não sei quem é o proprietário, mas aquilo dá um aspeto muito mau à entrada da nossa cidade, vindo por aquele lado.

E também o estado do asfalto da Fonte Nova até à entrada de Pombal, ao viaduto Guilherme Santos, também me parece que está a precisar de uma reparação, o mais rápido possível.

Para já, era o que tinha a dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Então, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Boa tarde, Sra. Presidente. Muito obrigado. Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os membros da Mesa, os caros colegas, deputados municipais.

É pena que tenhamos que recorrer a este sistema para realizar a nossa Assembleia Municipal, mas face à pandemia, e sendo para o bem de todos e para a segurança de todos, assim seja.

Relativamente aos temas que queria abordar aqui hoje, um deles tinha a ver com a segurança rodoviária, que na sequência da reunião que houve com o Sr. Presidente da Câmara, quando se falou na questão da utilização desnecessária do acesso ao Barrocal, vindo da Repsol, depois dessa reunião, estivemos um bocadinho atentos, e não foi preciso estar muitos minutos para nos passarem várias viaturas, vindo do Barrocal, tomando a direção do IC2, indo pela Repsol – sem qualquer necessidade, uma vez que têm o acesso direto pelo IC8 – como em sentido contrário vinham camiões do lado da Repsol, vindo à rotunda dar a volta, para depois entrar em direção ao Barrocal – também sem necessidade nenhuma, que podiam fazer isso pelo IC8. Portanto, se calhar temos de aumentar ali a fiscalização, de modo a que aquilo que parece que está acordado com a pedreira, de o circuito não ser feito por ali, que efetivamente se deixe de fazer, ou então à exceção do acesso para o lado de Ansião, que aí ainda não tem alternativa – portanto, tomar as medidas no sentido de pôr as coisas a funcionar como deve ser.

E para terminar, queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, não é uma insinuação, é efetivamente uma pergunta, para tentar ser esclarecido sobre o que realmente se passou. Queria saber se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento de um incidente que terá ocorrido no princípio do mês de setembro, na Guia, que terá provocado a evacuação de uma unidade hoteleira, parece que causado por uma avaria técnica, ou qualquer coisa, na produção da empresa Lusiaves. Queria saber se o Sr. Presidente tem conhecimento, se pode esclarecer exatamente o que é que se passou. E no caso de o Sr. Presidente não ter conhecimento, endereçava a mesma pergunta ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca.

É só. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Henrique Falcão. Eu disse no início que o Sr. Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, estava ausente por licença de parentalidade, mas está um substituto dele, o Sr. Marco. Não sei se ele o pode esclarecer, mas certamente o Sr. Presidente fará esse esclarecimento.

Sr. Presidente Pedro Silva, pode usar da palavra.”

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa, cumprimentar toda a Câmara, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, colegas Presidentes de Junta, e todas as pessoas responsáveis para que se possa realizar esta Assembleia, dentro dos possíveis.

Dar aqui três notas.

Um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, na sua pessoa, pelo excelente trabalho realizado com os apoios e com as várias entidades, nomeadamente com a Junta de Freguesia do Carriço, nesta época balnear, que apesar de todas as exigências impostas devido ao Covid-19, decorreu sem incidentes, e que, apesar de tudo, conseguimos receber todas as pessoas que quiseram visitar a nossa praia. Por isso, o meu agradecimento muito especial a todos, nomeadamente à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia, aos bombeiros, à Capitania, a todas as entidades, às pessoas, às crianças que participaram nas limpezas – como é do conhecimento de todos, a limpeza diária de todo o areal, é um projeto interessante, e agradeço também à Câmara o apoio conjunto com que temos trabalhado nesse sentido, e até para mantermos as nossas crianças ativas durante um período infelizmente atípico este ano, no decorrer das suas férias. Conseguiram sair de casa, foram usufruir da praia, e ao mesmo tempo um pequeno trabalho, que foi remunerado. E então, um agradecimento muito especial também por esta partilha e por este objetivo definido há alguns anos com a Câmara e com a Junta de Freguesia, que sem dúvida tem produzido efeito, e com certeza que acho que todos os veraneantes consideram interessante este tipo de trabalho realizado.

Um agradecimento também ao Executivo, e dar os parabéns, felizmente, pelo lançamento da requalificação do parque de estacionamento da praia, e agora já com as obras a decorrer do parque de estacionamento do parque de merendas, é sem dúvida um projeto interessante, com um preço base superior a quatrocentos mil euros (400.000€), que irá dotar de melhores condições para acolher os seus visitantes, não só durante a época balnear, no seu pico de afluência, mas também durante todo o ano, resolver a situação da circulação pedonal, bem como estabelecer a ligação organizada e estruturada desta via asfaltada, que vai terminar na Estrada Atlântica. Com certeza que esta alteração ao parque de estacionamento, com os 198 lugares de estacionamento, é uma mais valia, e com certeza que, para o ano, as pessoas que puderem usufruir deste parque de estacionamento e desta praia, vai ser interessante. E agradecer também, que já reparei que a publicação já saiu em Diário da República, no dia 28 do corrente mês, por isso esperamos com grande expectativa por esta obra, que no próximo verão possamos usufruir deste parque de estacionamento, pois será uma mais valia para a Praia do Osso da Baleia, há tanto ambicionada.

Deixar só aqui uma nota muito rápida, Sra. Presidente da Assembleia, que é agradecer o esforço, em termos financeiros, nas obras executadas no Centro Escolar dos Vieirinhos. Sem dúvida, nós, enquanto autarcas, queremos mais, e fazemos estas exigências ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o seu Executivo, mas estas obras executadas no Centro Escolar dos Vieirinhos vieram ao encontro das necessidades, a comunidade escolar agradece, o Executivo da Junta de Freguesia agradece, e esperamos que as nossas crianças possam usufruir de todo este trabalho árduo, em conjunto com os técnicos da Câmara, em conjunto com os professores, em conjunto com as auxiliares, e que apesar deste ano atípico, com o Covid-19, conseguimos iniciar o ano escolar de uma forma muito positiva, não como nos outros anos, mas com o Covid-19 conseguimos garantir as atividades.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por isso, o meu muito obrigado, e cá estamos para continuar a trabalhar. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Mariana.”

Manuel da Mariana (PS):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente e Mesa, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, caros colegas, membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, todo o pessoal de apoio a esta reunião.

A minha intervenção hoje vai na direção das nossas associações. E para referir que a nossa Câmara, a Câmara Municipal de Pombal, tem apoiado regularmente as associações culturais e os clubes desportivos do concelho, porque reconhece que são inequivocamente locais de entreajuda, locais de fraternidade, solidariedade e participação cívica, locais de lazer e de recreio, de encontro e de cultura.

Mas, neste tempo de confinamento e de portas quase fechadas, a escassez de atividades desenvolvidas e ausência da possibilidade de organização de eventos de angariação de fundos próprios, fragilizam estas organizações e podem mesmo tornar irreversível a continuidade destes espaços de serviço voluntário, um serviço benévolo, um serviço coletivo.

Agora, e mais do que nunca, é fundamental que se escorem as nossas associações, através de ajudas várias, para que suportem as despesas correntes, as despesas de manutenção, e consigam sobreviver a estes tempos difíceis, e nesse sentido, era perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tem algum plano ou algum projeto para o reforço dos apoios às nossas coletividades.

Era só.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento também na sua pessoa toda a Mesa, o Sr. Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores, caros deputados municipais e caros Presidentes de Junta, e todo o público que nos está neste momento a ouvir e a ver.”

A minha primeira palavra vai também para os técnicos do Município, que hoje – e também na minha Assembleia de Freguesia testámos este modelo – nos deram um apoio inexcelável, fora de horas, a nossa foi mesmo à noite, vinte e uma e trinta (21h30). E portanto, uma palavra também para os funcionários, que muitas vezes são esquecidos, vai da minha parte. E agora a parte triste da minha intervenção, como não podia deixar de ser. Há cerca de vinte anos, um Presidente de Junta já falecido, de nome José Rodrigues da Silva, já tinha falado deste assunto, da saúde nas freguesias, e neste caso da saúde na Freguesia de Almagreira. Aquele velho dizer de que “vai ficar tudo bem”, digo já que não está tudo bem, e não vai ficar tudo bem. Estão médicos neste fórum, que melhor do que eu saberão do estado em que a saúde neste momento está nas nossas freguesias. Eu não quero ser alarmista, mas se for como nos últimos anos, estes picos da gripe, associados ao Covid, eu não sei, sinceramente, onde é que as pessoas vão ser atendidas. À data de hoje, o que eu sei, e que as pessoas sabem, é que em Almagreira, por exemplo, as pessoas são atendidas à



MUNICÍPIO DE POMBAL

segunda-feira à tarde – simplesmente à segunda-feira à tarde – numa janela, por um administrativo, que ouve essa pessoa. Se à data de hoje, no séc. XXI, isso é considerado uma consulta, tenho as minhas dúvidas, não sou médico e não vou por aí. Agora, não é digno, nos tempos de hoje – e quero frisar, não é digno que uma pessoa tenha esse tipo de atendimento num Centro de Saúde. Não é atendimento, não me venham com ilusões, com teleconsultas, com consultas virtuais, eu não vou por essa área, não é assim que se tratam as pessoas. E este meu grito de revolta é um grito de revolta que anda a ser debatido há muitos anos, por vários Governos, este, outro, e não se passa nada – ou seja, as pessoas continuam a não ter saúde, continuam a ter que recorrer, infelizmente, ao privado, e quando se defende muitas vezes que o sistema de saúde nacional é que é muito bom, parece que querem que não seja assim tão bom, querem acabar com este, para que se recorra ao privado. Esta é a minha leitura; se estiver errado, alguém que me diga que não é assim, e que está tudo muito bem, e que as pessoas têm todas as condições, neste momento, a nível de saúde, que não vai acontecer nada, que vamos ter um inverno super tranquilo, e que as pessoas, não indo ao Centro de Saúde de Almagreira, irão certamente ou para a Urgência do Hospital de Pombal, para a Urgência do Hospital de Leiria, para a dos Covões já não sei se virão, porque também não sei como é que vai ficar a história da Urgência dos Covões. Eu acho que, de uma vez por todas, o país – e neste caso, o Concelho de Pombal – tem de perceber o que é que quer para a saúde. Não é pelo Covid, ou seja, o Covid atualmente já parece uma desculpa. Portanto, deixo só isto.

O último pedido à Junta de Freguesia de Almagreira foi só este: “Para abrir as consultas presenciais, Sr. Presidente de Junta, pode fornecer-nos uns acrílicos. Sim ou não? Se não, não abrimos; se sim, abrimos.” A minha resposta é “sim”, não é por causa de uns acrílicos que o atendimento não é presencial no Centro de Saúde de Almagreira. Portanto, quando se pede estes acrílicos, eu não estou a condenar quem o faz, eu acho que aqui é mesmo uma questão de gestão. Quem está a gerir este tipo de serviços, perdoem-me, mas acho que isto não é gestão. E peço desculpa a todos os utentes que se têm que dirigir ao Centro de Saúde de Almagreira neste momento.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou dar a palavra à Sra. Deputada Fernanda Domingues, se faz favor.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito boa tarde a todos os presentes, incluindo a Sra. Presidente, o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, todos os membros da Assembleia e todos os técnicos que tornaram possível esta videoconferência. Os meus parabéns a todos os técnicos, que foram incansáveis.

Ora, a minha intervenção vai no seguimento da intervenção do Dr. João Coucelo, acerca do Covid-19. Dentro dos aspetos positivos que ele referenciou, há outras consequências que derivam desta pandemia. Muito se tem falado nesta pandemia que afeta toda a sociedade, desde os mais pequenos aos idosos, passando pela classe trabalhadora, o que tem afetado bastante, sobretudo o comércio, indústria e serviços, motores da economia, fazendo-a disparar para os níveis mais baixos jamais vistos nos últimos anos. Tudo isto se reflete na mente psicológica de cada um, retirando manifestações de afeto, de carinho para com os familiares e amigos, sem falar nas cerimónias fúnebres onde também se interditam estas



MUNICÍPIO DE POMBAL

manifestações de solidariedade. Cada vez andamos mais mascarados, sem saber até quando. Até lá, grassam a agressividade, a crispação e a onda de má conduta. Tudo isto o Covid-19 veio oferecer.

Em relação à agressividade e crispação, vê-se no dia a dia, na condução diária, gente a esbracejar porque o da frente vai mais devagar, uma má ultrapassagem, indignação em todo o lado, até chegar ao cúmulo da agressão, não esquecendo o vandalismo da estátua do Comendador Manuel da Mota, sito no parque industrial com o mesmo nome.

Para onde caminhamos? Deixaram de haver os famosos bailaricos, as tertúlias de amigos, os convívios onde as pessoas conseguiam uma melhor capacidade otimizadora de socialização. Agora, tudo isto é proibido. Será que qualquer dia acordamos para uma sociedade que terá de reaprender a ser humana e a acarinhar os seus?

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

“Obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Felismino Carreira.”

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara e vereadores, Srs. Membros da Assembleia, e aos técnicos que nos deram esta grande oportunidade de estarmos aqui, o meu muito obrigado.

Sr. Presidente, além de esta sessão ser atípica, devido às circunstâncias que estamos a atravessar no momento, não podemos deixar de nos lembrar de que estamos aqui quase perante duas epidemias: uma é o Covid, e outra é o Serviço Nacional de Saúde, nos cuidados primários. Já sabemos quais são os efeitos do Covid, e convém sabermos o que se está a passar nos cuidados primários.

Eu vou aqui narrar uma situação. Como sabemos os cuidados de saúde primários não têm médicos especializados. Houve alguém que marcou uma consulta numa clínica. Foi dito à pessoa para ir levantar a credencial nas 24 horas que antecederiam a consulta. Quando chegou lá, não tinha a credencial passada, e foi-lhe dito que lhe iam enviar um e-mail para que o médico desse autorização para poder ser passada. Ora, não é em 24 horas que se resolve uma situação destas.”

E portanto, é para chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que tente porque as pessoas cada vez estão mais desesperadas. Isto para dizer que estas situações, provavelmente, são orientações vindas do poder político.

E portanto, como eu estava a dizer, Sr. Presidente da Câmara, peço-lhe que faça o que puder para mudar este paradigma, para que sejam retomadas as consultas, porque eu também atendo público, estou sujeito, e no entanto, sou uma daquelas pessoas que, infelizmente, tenho problemas, e que não deveria lá estar.”

Já agora, pretendo também falar sobre a requalificação, aqui no Carriço, uma vez que já temos aqui uma nova unidade comercial, os meus parabéns por isso. E portanto, se tivéssemos aqui uns passeios, se calhar as pessoas já se deslocavam a pé mais descontraidamente, sem medo de atravessar a estrada.

Isto também para dizer, em relação à Unidade do Oeste, para que o Sr. Presidente, se assim o entender e julgar conveniente, os utentes não têm um abrigo para se abrigarem quando existe mau tempo, na parte exterior. Se houver essa possibilidade, pedia para lá pôr uma cobertura para o efeito, .



MUNICÍPIO DE POMBAL

E aproveitando também a ocasião, eventualmente quando estivesse em plenas funções a Unidade de Saúde, se fosse possível, um segurança para orientar as pessoas dentro da respetiva unidade.

O meu muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Caetano.”

Cláudia Caetano (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

No passado dia 17, teve início um novo ano letivo, num contexto diferente do habitual. Não foi o início desejado por todos os intervenientes, mas foi o possível, face à situação que vivemos e aos condicionalismos que temos.

Eu começo por enumerar algumas medidas que foram implementadas por outros Municípios, tais como a testagem à Covid-19 a todo o pessoal docente e não docente, o fornecimento de máscaras aos alunos do 1.º ciclo, apesar de esta não ser de uso obrigatório para esta faixa etária, ou então, por exemplo, a aplicação de acrílicos nas mesas dos alunos, isto porque o número de alunos por turma manteve-se, e na maioria dos casos, todos nós sabemos que as condições das salas de aula não permitem o distanciamento social recomendado.

Por isso, eu questiono o Sr. Presidente se estas medidas, ou outras, que não constam das orientações da DGS e da DGEstE, foram equacionadas pelo Município, e por que razão é que não foram postas, algumas delas, em prática no nosso Município.

Mais, as medidas implementadas nos planos de contingência das escolas visam essencialmente limitar o contato entre os alunos, estando estes restritos a determinados espaços por turma. Ora, eu pergunto se esse limite de contato entre alunos por turma se mantém, no caso do pré-escolar, e depois, nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, e no caso do 1.º ciclo, na Componente de Apoio à Família, ou se pelo contrário, depois, quando as aulas terminam, se alunos de diferentes turmas estão concentrados no mesmo espaço.

Uma outra questão: pretende-se também, tendo em conta a situação que nós vivemos, que os alunos permaneçam nos edifícios escolares o menor tempo possível. Ora, todos nós sabemos que o horário profissional dos pais, na grande maioria dos casos, não permite ir à escola buscar o seu filho, por exemplo, às treze horas (13h00), porque já não vai ter aulas à tarde, ou então levá-lo apenas às doze (12h00), porque não teve aulas no período da manhã. Todos nós também conhecemos as dificuldades que estão associadas aos transportes públicos de e para a cidade. Ora bem, tudo isto faz com que os alunos tenham de permanecer, apesar de só terem aulas de manhã ou de tarde, na escola o dia todo. E portanto, equaciono se foi pensada alguma resposta por parte da Câmara para tentar resolver esta situação, para que os alunos não andem a deambular pela cidade. E depois, também temos de ter em conta que quando chove, esta situação agrava-se ainda mais. Não nos podemos esquecer que determinados espaços escolares – por exemplo, neste momento, os alunos não podem permanecer no bar escolar, as bibliotecas das escolas estão com um número reduzido de alunos, e portanto, seria interessante que fosse equacionada uma possibilidade para esta situação.

Pergunto ainda que novas medidas é que foram definidas pelo Município para a eventualidade de ser necessário retomar o ensino à distância, de modo a assegurar que,



MUNICÍPIO DE POMBAL

efetivamente, todos os alunos, sem exceção, independentemente dos seus recursos, têm condições para aceder ao ensino à distância.

Uma outra questão: tenho conhecimento de que nos últimos tempos tem havido algum atrito entre o Conservatório de Música David Sousa e a Filarmónica Artística Pombalense, e foi equacionada mesmo a possibilidade de as aulas do ensino artístico especializado começarem apenas em finais de outubro – ou seja, mais de um mês depois do início do ano letivo. Sei que os alunos já iniciaram as aulas, neste momento, nas instalações da Filarmónica, mas pelo que julgo saber, esta é uma situação temporária.

Por isso, eu pergunto de que modo é que a Câmara Municipal tem estado a colaborar e a participar na resolução deste problema, nomeadamente ao nível da disponibilização de um espaço para as aulas dos alunos que estão a frequentar o ensino artístico especializado, e que espero que se encontre uma solução, não temporária, mas a longo prazo, para que futuramente não venhamos a perder esta oferta de ensino, que todos nós sabemos que traz benefícios muito bons para os alunos.

Para terminar, como Louricalense, não posso deixar de fazer uma referência à Sociedade Filarmónica Louricalense, e ao seu Presidente, Célio Dias, e felicitá-los pela edição da obra “A Sociedade Filarmónica Louricalense – Lourical, monumentos e suas gentes”, que eu aproveito para mostrar, se conseguirem visualizar. Trata-se de uma obra de grande valor histórico e cultural, não só para a Filarmónica do Lourical, mas para todas as suas gentes. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço, se faz favor.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Começo por cumprimentá-la a si, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, colegas deputados, comunicação social e técnicos do Município.

Vivemos por estes dias tempos excecionais, e é por isso fundamental prepararmos a consciência coletiva para o regresso a uma normalidade, onde teremos forçosamente que conviver com o vírus. A necessidade de adaptação tornou-se, portanto, algo imprescindível, e é nesse sentido que eu gostaria de destacar a realização do Festival “Sete Sóis, Sete Luas”, que se realizou na Praça Marquês de Pombal, no centro histórico, onde foi criado um recinto adaptado às medidas de proteção relacionadas com a pandemia de Covid-19.

Gostaria de dar destaque também ao Encontro da Bolsa de Formadores do Conselho Nacional da Juventude, que se realizou também em Pombal, e que é constituído por uma equipa multidisciplinar, de vinte e cinco jovens, distribuídos geograficamente por todo o país, entre os quais formadores, facilitadores e animadores. E este encontro é importante para o Município, na perspetiva de analisar a viabilidade de se encetarem futuros projetos conjuntos na área da juventude, mas também para capacitar os técnicos que trabalhem nesta área. A partilha das boas práticas e a apresentação das prioridades políticas, e o reforço das relações entre os membros e a criação de redes de cooperação são outras das vantagens da realização deste encontro.

E portanto, gostaria de dar nota destes dois eventos em particular, e congratular o Município pela sua capacidade de adaptação a este contexto.

Obrigada.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente. Cumprimentar todos os membros da Assembleia.

Eu não quero começar sem antes lamentar que ao mesmo tempo que a Assembleia Municipal de Pombal está a funcionar neste regime de videoconferência, a Assembleia da República tem o seu plenário a funcionar. Eu julgo que a Mesa e a Sra. Presidente poderiam ter equacionado o mesmo modelo de funcionamento da Assembleia Municipal que tivemos no mês de junho porque, como nós sabemos – e ambos somos docentes – a normalidade é aquilo que se procura, cuidando das regras de segurança e distanciamento que a DGA nos impõe, e seria completamente diferente do modo de funcionamento desta Assembleia. Penso que era importante não perdermos esses hábitos democráticos de participação no mesmo espaço. Mas, pronto.

A minha intervenção é para colocar uma questão muito direta ao Sr. Presidente de Câmara, relacionada com um cidadão que já mereceu medalha de mérito municipal de grau prata por serviços prestados ao Concelho de Pombal, o Dr. António Ramos de Almeida, pretendo me informar se já teve oportunidade de o contactar depois das últimas três tentativas que eu já terei feito, de forma oficial, através de e-mails e troca de correspondência, porque é um cidadão que é simplesmente fundador do Externato da Guia, que hoje é o Agrupamento de Escolas da Guia, mas também cofundador do Externato de Montemor-o-Velho, do Externato de Vieira de Leiria, e que é um cidadão que se aproxima dos seus noventa anos de idade, um homem nascido em 1931, e que merecia, merece, ou pelo menos aguarda um contato do Sr. Presidente de Câmara para haver, certamente, um esclarecimento, ou pelo menos uma palavra em relação a um assunto de que o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento.

Era só esta a intervenção que queria fazer por ora.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Marco Carreira, em representação do Presidente da Junta do Oeste, se faz favor.”

Marco Carreira (Substituto legal do Presidente da U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

A intervenção da Junta de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca tem como objetivo transmitir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal a posição desta freguesia em relação aos seguintes assuntos:

Sobre a Lusiaves, na zona industrial da Guia, dar conta de que na passada sexta-feira, durante a Assembleia de Freguesia, foi demonstrado uma vez mais um conjunto de preocupações em relação ao novo proprietário e às suas reais intenções de construção, manifestadas por um grupo de habitantes e empresários locais, tendo sido solicitadas respostas a este Executivo. Como vem sendo reiterado em todos os momentos públicos onde temos participado, a posição desta Junta de Freguesia é clara no que à captação de investimento diz respeito: defendemos o crescimento do tecido industrial, a dinamização do comércio local, o aumento da nossa capacidade de arrecadação, para assim incrementarmos o índice demográfico no nosso território, o que contribui, naturalmente, para o desenvolvimento da nossa freguesia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Contudo, importa esclarecer que nos revemos nas preocupações dos nossos fregueses. Não estaremos disponíveis para aceitar, nem dispostos a permitir investimentos que provoquem impactos negativos na qualidade de vida dos habitantes da região, ou que possam hipotecar o futuro crescimento da nossa zona industrial. A empresa proprietária, que nos recebeu numa fase inicial, parece estar já a intervir no terreno, e o facto de nos últimos meses não estarmos a conseguir estabelecer nenhum tipo de contacto com os seus representantes é algo que nos vem causando algum desconforto, e receamos que este silêncio não venha abonando a favor da pacificação que tanto pretendemos.

Sr. Presidente, perante tudo isto, continuaremos a aguardar pela apresentação da informação prévia relativa à atividade que a empresa pretende aqui desenvolver. Mas, e dadas as preocupações manifestadas, e por serem preocupações em que a Junta de Freguesia também se revê, gostaria de solicitar que este momento público possa ser desenvolvido aqui na Freguesia da Guia, por forma a dar oportunidade para o esclarecimento, em proximidade com as preocupações de todos nós.

Em relação aos apoios à educação, interessa informar o Sr. Presidente que deu início este ano letivo, estabeleceu-se, e felizmente tem sido pacífico, algo que foi bastante trabalhado por todos nós. Gostaríamos, portanto, de agradecer aos serviços municipais, ao Agrupamento de Escolas, por todas as ações de planeamento prévias que foram desenvolvidas, sem esquecer o intenso trabalho da Sra. Vereadora Ana Cabral.

A Junta de Freguesia já havia manifestado um significativo impacto financeiro do Covid-19 pelo fecho das escolas, na Assembleia Municipal de junho, e vem hoje reiterar o pedido de ajuda à Câmara Municipal para que possamos fazer face a mais um pesado investimento desta Junta de Freguesia na abertura deste ano letivo. Informamos que por forma a responder a todas as normas da Direção Geral de Saúde e aos planos de contingência implementados, a Junta de Freguesia acabou por ser forçada a munir os serviços de apoio à educação e à família num total de mais de trinta e três horas diárias, o que fez um total de mais cinco recursos humanos a tempo inteiro. Sabemos da responsabilidade que temos na criação de condições para que o processo educativo seja um sucesso, sabemos que não poderíamos ficar à espera de um apoio do Ministério da Educação, dado os timings para o arranque das aulas, mas também achamos que este esforço deverá ser partilhado, pelo que solicitamos à Câmara Municipal de Pombal que promova medidas de apoio às freguesias que, como nós, não olharam a meios para que as nossas crianças possam ter as condições a que têm direito.

Sobre o protocolo do transporte social, aproveito já para dizer que na sequência das reiteradas solicitações por parte desta freguesia nos últimos anos, no sentido de estabelecer este protocolo, vemos reconhecido o importante trabalho das Juntas de Freguesia, que vêm promovendo, no sentido de conferir proximidade aos serviços de saúde, de potenciarmos o apoio a quem não usufrui de condições de mobilidade no seu acesso aos serviços médicos. E na sequência do processo negocial, chegámos a valores que consideramos equilibrados, no que diz respeito à compensação pela prestação deste serviço. Gostaríamos de aproveitar para agradecer a celebração deste protocolo à Sra. Vereadora Ana Cabral e ao Sr. Presidente da Câmara.

E termino. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, caros Pombalenses que nos acompanham pelas redes sociais:

Estamos no início do outono e no início do mês de outubro, e julgo ser pertinente deixar aqui uma palavra de reconhecimento por aquilo que tem sido o esforço que ao longo dos últimos anos tem sido desenvolvido pela comunidade em prol daquilo que são as políticas de prevenção de incêndios, e em prol daquilo que são as políticas de gestão e ordenamento florestal. E aqui, destaco o papel das Juntas de Freguesia – e do Município também, mas sobretudo das Juntas de Freguesia e dos Srs. Presidentes de Junta – naquilo que é a gestão das faixas de combustível, e também a limpeza, alargamento e abertura de caminhos florestais. Deixo também aqui uma palavra de reconhecimento aos proprietários, que são essenciais para o sucesso destas medidas. Naturalmente que aqui, esse reconhecimento estende-se também, mais uma vez, às freguesias, pelo imprescindível trabalho que têm todos os anos, em reunir dezenas ou centenas de voluntários para as chamadas Brigadas de Voluntários, que também colaboram nesta importante causa. E obviamente, como não poderia deixar de ser, também o papel dos nossos bombeiros, que estão sempre disponíveis para colaborar neste tipo de medidas e propostas de prevenção aos incêndios, e quando as coisas correm menos bem, dizem também “presente”, e estão disponíveis mais uma vez para proteger tudo e todos.

E portanto, julgo ser pertinente deixar aqui esta nota pública, neste momento do ano.

De seguida, dar nota de que há cerca de um ano, já neste mandato, fiz aqui uma sugestão, que vejo com bons olhos que foi acatada, julgo que pela PMU – penso que a responsabilidade tem que ver com a PMU. Pode parecer uma coisa pouco relevante, mas ajuda àquilo que é a comodidade dos automobilistas e dos cidadãos que frequentam a nossa cidade, que tem que ver com a possibilidade de o pagamento do estacionamento ser feito através da aplicação da Via Verde, que é algo que já acontece em muitas cidades do país, mas que agora vem também tornar a nossa cidade mais moderna.

E dentro daquilo que deve ser esta gestão cidadã da nossa cidade, fazer aqui um pequeno reparo, sobre algo que pode parecer pouco relevante, mas no dia a dia das pessoas torna-se relevante, sobretudo nos tempos em que vivemos, que tem a ver com os semáforos que nós temos no centro da cidade. Se antes da pandemia, podemos dizer que os semáforos já estavam um pouco a precisar de algum reparo, e de serem ponderadas outras soluções e novos mecanismos, mais modernos, de controlo daquilo que é o tráfego pedonal e automóvel, julgo que em tempos de pandemia, e quando se deve preservar a saúde pública, não faz muito sentido manter uns semáforos onde diariamente dezenas ou centenas de pessoas têm que utilizar a mesma superfície, neste caso o botão, para aceder ao outro lado da estrada. Julgo que devem ser ponderadas aqui soluções mais modernas, que até garantam também e previnam aquilo que tem que ver com a saúde pública, e obviamente contribuam para aquilo que é o ordenamento e a mobilidade da nossa cidade, temas tão importantes no séc. XXI.

Por fim, dar aqui nota também que no seguimento de um tema de que eu gosto muito, e que tenho abordado, infelizmente, várias vezes ao longo deste mandato, que tem que ver com a necessidade de intervenção de obras no IC8, entre Pombal e o Pontão, por existirem vários



MUNICÍPIO DE POMBAL

– como todos conhecem – vários cruzamentos que colocam em causa aquilo que é a segurança dos automobilistas, e que sistematicamente provocam acidentes e, infelizmente, várias mortes, dar nota de que existe neste momento a decorrer uma petição pública, promovida por cidadãos do norte do distrito, sobretudo dos Concelhos de Ansião e de Pombal, e portanto, apelar aqui a todos também para que possam divulgar e assinar essa petição pública, que pretende que sejam recolhidas as assinaturas necessárias para que o tema possa ser discutido na Assembleia da República. Pode não dar em nada, mas, efetivamente, todos os esforços que se possam fazer para esta importante causa, para que diminua a sinistralidade, e também aquilo que são os feridos e os mortos que sistematicamente acontecem nesta via, julgo que todos os esforços de todos nós são bem-vindos para que isso se possa amenizar, e para que, de uma vez por todas, se possa resolver. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os caros membros da Assembleia, aqui os colaboradores do Município que nos estão a apoiar, e todas as pessoas que nos acompanham hoje por via digital.

E dizer que já houve aqui várias intervenções que foram feitas nesse sentido, mas eu acho que temos que valorizar o esforço que a nossa comunidade escolar fez na abertura de um ano escolar completamente atípico, muito diferente de todos os outros anos escolares. E eu queria deixar aqui uma palavra de louvor, de reconhecimento, a todos os professores, aos educadores, aos assistentes operacionais, aos assistentes técnicos, aos dirigentes dos agrupamentos de escolas, aos encarregados de educação, e uma palavra muito particular à equipa da educação do Município de Pombal, a todas as técnicas, na pessoa da Sra. Vereadora Ana Cabral cumprimento todas as pessoas envolvidas na preparação deste ano letivo, e também, em particular, aos serviços da Proteção Civil, porque eu tive oportunidade de acompanhar algumas visitas que fizeram a estabelecimentos de ensino, no caso aqui da freguesia, e queria realçar o empenho e a dedicação que tiveram para encontrar soluções, nomeadamente de adaptação das nossas escolas, dos estabelecimentos de ensino, a uma realidade para que muitas delas não estavam preparadas.

Para vos dar um exemplo, houve sítios onde não tínhamos condições, do ponto de vista físico, para ter salas de isolamento, e o Município de Pombal avançou, por exemplo, com o aluguer de contentores, precisamente para criar essas condições também nesses estabelecimentos de ensino, assim como outras medidas, como a desinfeção dos espaços públicos, as circulações de pessoas dentro dos estabelecimentos de ensino, etc. E portanto, isso merece-nos uma palavra de apreço, e também uma palavra de compreensão, nomeadamente para os encarregados de educação, pela compreensão por tudo aquilo que temos vindo a fazer para que nada falte às nossas crianças em cada um dos estabelecimentos de ensino, e sobretudo num momento em que nós temos recursos escassos, as autarquias locais têm recursos escassos, têm recursos limitados, somos obrigados a ter mais recursos, nomeadamente recursos humanos, para fazer face às novas exigências, e não temos tido nenhum apoio do Estado, adicional, para fazer face às nossas responsabilidades, que são crescentes, e não temos tido nenhum apoio concreto, específico, para fazer face a este



MUNICÍPIO DE POMBAL

aumento de responsabilidades, e também aumento de despesas, naturalmente, e aumento do investimento que fazemos na segurança e na saúde das nossas crianças.

E queria deixar esse reparo, para além do esforço que estamos a fazer, nomeadamente o Município de Pombal, nos seus vários serviços, de acompanhar e monitorizar os planos de contingência que nós temos, de ambos os agrupamentos de escolas, no nosso caso, do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e do Agrupamento de Escolas de Pombal, para ajudar a ir resolvendo as situações com que nos vamos deparando, neste que é um inimigo desconhecido que todos tentamos que não coloque em causa aquilo que seja o crescimento integral das nossas crianças e jovens, face a esta situação com tantas privações que as nossas crianças hoje têm ao nível do escolar.

E, Sra. Presidente, desse ponto de vista, queria realçar também o esforço financeiro que o Município de Pombal fez para que todos os alunos hoje, no 1.º ciclo do ensino básico, tenham refeições gratuitas. É um esforço financeiro, mas também é um contributo para aliviar financeiramente as famílias, e esse é um aspeto que eu gostava de realçar, e que está associado a outro, que se prende com a possibilidade de todos os alunos em escolaridade obrigatória poderem usufruir do Pombus, transportes públicos urbanos, de forma gratuita. Isso também é uma mais valia.

E aqui, passava para outro ponto da minha intervenção, que se prende com o alargamento da rede de transportes urbanos Pombus, que para mim é dos projetos mais importantes que têm sido desenvolvidos aqui em Pombal, tenho batalhado muito para que isso acontecesse, e por isso, queria felicitar o Município de Pombal e todos os responsáveis, do ponto de vista técnico e político, pela concretização deste projeto. Isto obedeceu a um conjunto alargado de sessões com técnicos, com autarcas, com a população, com dirigentes associativos, com empresários, etc., para chegarmos a este resultado final. E hoje temos sete linhas do Pombus, temos mais cinco autocarros a fazer estes circuitos, temos mais de duzentas e vinte paragens diferentes em toda a Freguesia de Pombal, e temos a freguesia toda servida com transportes públicos urbanos, o que é uma vitória, porque conseguimos alcançar o objetivo, que era também um compromisso eleitoral, e está concretizado.

Mas, eu também queria deixar aqui a minha opinião pessoal – e creio que o Sr. Presidente de Câmara também partilha da nossa visão, e gostava de também fazer essa questão, sobre o que está a pensar para o futuro, porque eu acho que isto é um passo; não é uma meta, é mais um passo no alargamento da rede, que eu considero que deve ter continuidade, para que todas as sedes de freguesia do nosso concelho tenham acesso ao Pombus, e num futuro próximo, a curto ou médio prazo, para que todo o nosso concelho tenha uma rede integrada de transportes públicos urbanos, com as mais valias que pode ter ao nível da interatividade com outros meios de transporte, e sobretudo com a mobilidade no nosso concelho entre as freguesias, internamente em cada uma das freguesias, nas aldeias mais distantes, para que consigamos atingir o objetivo maior, que é da coesão social e territorial do nosso concelho. E creio que esse deve ser o objetivo a atingir no âmbito desta estratégia, que eu acho que é estrutural para o nosso concelho, de alargamento da rede de transportes públicos urbanos. Por último, Sra. Presidente, daqui a duas semanas vamos estar reunidos para eleger a nova Presidente da CCDR Centro, e queria publicamente deixar aqui uma nota de saudação e de regozijo pela candidatura da Dra. Isabel Damasceno a Presidente da CCDR Centro, pela sua reconhecida competência, pela relação de proximidade que tem mantido sempre, não só com o nosso concelho, mas com os vários concelhos da região centro, o que lhe permite ter



MUNICÍPIO DE POMBAL

um conhecimento da nossa realidade, dos nossos desafios, dos nossos problemas, daquilo que nós precisamos de investimento, nomeadamente alavancados com fundos comunitários, e esse conhecimento que a Dra. Isabel Damasceno tem da nossa realidade é, para mim, uma garantia de que será – sendo eleita, como esperamos, porque é candidata única – uma grande Presidente da CCDR, contribuindo efetivamente para que o nosso território se possa continuar a desenvolver.

Contudo, não posso deixar de referir que sendo eu um adepto da descentralização, eu acho que este passo só faz sentido se for aprofundado no futuro, no sentido de as autarquias locais terem mais competências, tanto as freguesias, como as Câmaras Municipais, os órgãos intermunicipais terem mais competências, e as CCDR's terem mais poder decisório daquilo que são os investimentos que devem ser feitos em cada uma das regiões. E só se estes passos forem dados no futuro, a curto prazo, é que realmente poderemos ter uma efetiva descentralização, que é crucial para o desenvolvimento do nosso país.

E era essa a mensagem que gostava de partilhar convosco.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Terminámos as primeiras intervenções. Dar-vos conta de que a força política do PSD já ultrapassou o tempo. O Partido Socialista ainda não ultrapassou o tempo, e por isso, Sra. Deputada Elisabete Alves, faça favor de fazer a sua intervenção.

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Eu, há pouco, não cumprimentei os técnicos do Município, que tão bem prepararam esta reunião e a têm a funcionar na perfeição. E quero deixar aqui os meus cumprimentos a todos, e agradecer o excelente trabalho que fizeram e que estão a fazer. Também cumprimentar o público que nos assiste, certamente, e a comunicação social.

Esta minha intervenção é sobre o tema da saúde. Efetivamente, esta Bancada, o Partido Socialista, tem acompanhado com muita preocupação e empenho os problemas manifestados na organização de cuidados de saúde primários. Nesse sentido, exigiu às entidades que tutelam essa matéria informação sobre a resolução urgente dos problemas, e informação urgente sobre as situações detetadas. O PS tem conhecimento de que já foram dadas instruções pela ARS, pelo menos já desde os primeiros dias do mês de agosto, instruções essas de retoma da carteira básica de serviços, incluindo consultas presenciais e acesso ao interior dos estabelecimentos de saúde.

Eu tenho aqui a Orientação n.º 8 de 2020, emanada pela ARS, datada de 7 de agosto de 2020, onde tem um conjunto de doze recomendações, e uma delas, por exemplo, o Ponto 4, fala em relação ao acesso, ocupação e permanência nos espaços físicos das unidades de saúde, e, efetivamente, a retoma de consultas. Portanto, a todos estes cuidados de saúde seria para ser dada continuidade.

Ora, verifica-se que nos chegam relatos – e enfim, eu própria tenho conhecimento pessoal de situações, para além dos relatos que nos chegam dos cidadãos – de que tal não está a ser cumprido em algumas Extensões de Saúde e Centros de Saúde, pelo que é preciso perceber onde é que reside o problema de não estarem a ser cumpridas estas instruções. Será na gestão local, como disse há bocado o Sr. Presidente da Junta de Almagreira, e bem? Será que há aqui um problema a nível da gestão – que eu percebi que seja a nível da gestão local, da coordenação local, da organização destas Extensões de Saúde e Centros de Saúde?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ora, tendo em conta que há instruções da tutela relativamente à retoma da carteira básica de serviços, com acesso ao interior dos estabelecimentos e consultas presenciais, por que é que isso não está a acontecer? Eu faço aqui um apelo para que se averigue – ao Sr. Presidente da Câmara, que averigue por que é que isso não está a ser cumprido, se há essas instruções, por que é que isso não está a ser cumprido, e quem é que está aqui a falhar. É importante que se averigue, a matéria da saúde é uma matéria muito séria, é das matérias mais sérias, ou a mais séria que nós temos, porque sem saúde, depois também não há mais nada, e o que eu peço, efetivamente faço esse apelo ao Sr. Presidente do Município, para que apure o que é que se passa.

E também pergunto, já agora, se ele tem conhecimento de que essas instruções, essas recomendações, foram efetivamente emanadas pela ARS.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, pela segunda vez. Faça favor de intervir. Recordo-lhe que tinha trinta e dois segundos, mas como também fizemos com as outras forças partidárias, damos-lhe dois minutos. Faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Obrigada, Sra. Presidente.

A minha intervenção vem no seguimento do que disse o membro Manuel da Mariana. O Sr. Presidente saberá das dificuldades que os clubes e as várias modalidades amadoras estão a passar, pois o seu financiamento é feito maioritariamente com a receita do bar e entradas a um (1€) ou dois euros (2€) durante os jogos, quase todos os fins de semana. Com as medidas impostas pela DGS, foram cancelados, por agora, campeonatos de todos os escalões, à exceção do campeonato de seniores de futebol, e mesmo o campeonato de seniores vai-se desenrolar sem assistência. Vamos, então, perder a tal fonte de rendimento das entradas e do bar, onde as pessoas consumiam durante os jogos. Penso que ficava bem ao Município apoiar financeiramente estes clubes que ficaram sem verbas para apoiar os seus atletas, clubes que tanto contribuem para a formação e felicidade dos nossos filhos. É uma medida urgente – pelo que sei temos vários clubes que já disseram que não iam iniciar o campeonato, porque não têm à disposição as verbas necessárias para levar a bom porto, estão vários clubes nas mesmas circunstâncias. Portanto, era um apoio extraordinário a esses clubes, que muito fazem pelos nossos filhos, era muito bem visto da parte do Município.”

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Liliana, faça favor. Faça a sua intervenção.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, a minha intervenção prende-se com um apelo que o CDS faz a que haja um maior rigor no cumprimento dos tempos de intervenção, ou caso haja tolerância, que a mesma seja divulgada no início da Assembleia, para que todos os membros possam fazer uma melhor gestão do seu tempo.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tanto essa tolerância existe, que acabámos de lha dar. Se quiser dizer mais alguma coisa, ainda lhe resta um minuto.”

Terminadas que estão as intervenções na generalidade, vou passar em seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões que aqui lhe foram colocadas pelos Srs. Deputados. Sr. Presidente Diogo Mateus, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Uma boa tarde a todos, e um cumprimento também a todos os que colaboraram para que esta sessão se torne possível, rápida, ágil, sem grandes dificuldades tecnológicas.

Eu vou procurar ser direto a cada uma das perguntas que me foram dirigidas, agradecendo a cada um de vós as vossas reflexões e as preocupações que aqui nos trazem.

E começo precisamente por agradecer à Sra. Eng.ª Célia Cavalheiro, do Bloco de Esquerda, as palavras que traz relativamente à confiança que o meu papel pode trazer para que, de facto, as questões ambientais possam ter outras características. Essa preocupação, já a tenho há algum tempo, nem sempre com o ativismo desejado.

Mas, deixe-me dizer-lhe, contrariando aquilo que aqui disse, relativamente a um conjunto de várias denúncias – que não foram quantificadas – que pelo menos até ao dia 6 de agosto de 2020, o Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana, e em concreto os serviços de proteção da natureza, informaram nessa data – este ofício é da data de 6 de agosto de 2020 – que durante o presente ano de 2020, apenas tinha dado entrada naqueles serviços a denúncia ambiental com o número de registo 109.143, através da Linha SOS Ambiente, datada de 6 de julho de 2020, na qual foi denunciada a presença de lontras mortas no Rio Arunca, junto à localidade da Valdeira (Pombal), alegadamente consequência da existência de poluição nesse curso de água.

Portanto, quando nós falamos aquilo que é uma perceção dos cidadãos, e aquilo que são as notícias que são remetidas, e as informações e pedidos de investigação às entidades competentes, até esta data, 6 de agosto, tínhamos apenas esta referência. E deixe-me dizer-lhe que no percurso do Rio Arunca no Concelho de Pombal, com vinte e cinco quilómetros, termos durante oito meses do ano apenas uma denúncia é preocupante, mas confesso-lhe que me deixa bastante tranquilizado sob o ponto de vista daquilo que é hoje o nível geral de perceção da qualidade da água, mas também a preocupação que os cidadãos têm para dar os seus contributos. Isso não quer dizer que as coisas estejam todas bem, como é evidente, mas o que parece ser evidente é que com muito mais pessoas a usufruir do corredor ribeirinho, com uma maior exposição e mais sensibilidade pública, termos até agosto apenas uma queixa é assinalável.

E portanto, o trabalho que tem sido feito em articulação tem esta dimensão, e eu quero dizer aos Srs. Deputados que nós não podemos, sem prejuízo de toda a expectativa e empenho do Município nas matérias que nos dizem respeito, sem estar a segregar de quem são as competências, nós temos que chegar a uma altura, enquanto cidadãos, e principalmente enquanto eleitos, em que percebemos sobre que entidades é que efetivamente recaem as responsabilidades. E as responsabilidades do Município nas linhas de água dizem respeito apenas às zonas urbanas, a limpeza das suas margens, e mesmo num desassoreamento, temos de ter uma autorização para o fazermos, através da Agência Portuguesa do Ambiente. Tudo o resto é da responsabilidade dos confinantes, que têm que garantir, de facto, nos termos da Lei Portuguesa, a manutenção, a limpeza, e a Agência Portuguesa do Ambiente



MUNICÍPIO DE POMBAL

e os Serviços de Proteção e Natureza da Guarda Nacional Republicana, e a PSP na zona urbana, têm que assegurar essa verificação de qualidade e de conformidade.

Não significa isto que não haja aqui envolvimento municipal, suscitando, propondo, reclamando e evocando, mas isso não pode baralhar ninguém sobre a quem competem verdadeiramente as responsabilidades de limpeza, e as mais diversas responsabilidades.

O Sr. Presidente José Manuel Marques, e bem, recordou-nos as questões do Leslie, e infelizmente, caros deputados, nós voltamos a cair na realidade do nosso país. Não basta dar instruções, não basta dizer “eu fiz o meu trabalho”; o que é preciso é que o trabalho seja feito. E quando nós temos as candidaturas do Leslie, ao Subprograma II, e no nosso Concelho de Pombal foram apresentadas onze candidaturas – no Carriço, na Moita do Boi, nas Claras, Outeiro do Lourical, na Ilha, nos Antões, em Almagreira, nos Vieirinhos e no Grou – de duzentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e um euros (278.181€), e ainda não veio um tostão, e já lá vão três anos de Leslie. Isto é o que nós temos, pese embora muitas promessas, muito show off, muitos anúncios, muita disponibilidade, muitas recomendações, mas na prática, na prática, no fim do dia, as nossas coletividades recebem zero, as expectativas que são criadas são absolutamente defraudadas, e este é o sistema que temos tido, muita promessa, pouca ação, cada um acha que fazer o seu trabalho é apenas recomendar, e depois ninguém faz aquilo que lhe compete, que é verificar se, efetivamente, essas tarefas foram ou não foram cumpridas.

Sra. Deputada Liliana Silva, eu já fiz o despacho para ter acesso ao documento. E portanto, os serviços, se não informaram a Assembleia Municipal, irão informar ainda hoje, para que a senhora tenha acesso ao processo que pediu, do Centro Escolar de Vila Cã. E eu próprio vou pessoalmente tratar desse assunto, não vou ficar atrás disto.

Relativamente às perguntas sobre o Rio Arunca, eu digo-lhe exatamente a mesma coisa que disse relativamente à deputada do Bloco de Esquerda: as entidades – e reparem, há um Conselho da Bacia da Região Hidrográfica do Mondego, que integra as linhas de água do Concelho de Pombal, há as questões significativas da água, que são acompanhadas pelo nosso Departamento Municipal de Águas, Saneamento e Ambiente, eu próprio represento a CIM nessas questões significativas, e portanto, há um trabalho. Agora, não há guarda-rios como antigamente, não há, infelizmente não há, e devia haver. Há algum tempo, eu propus que o Município de Pombal estava disposto, perante a APA, a poder, por exemplo, assumir as responsabilidades da fiscalização a partir do momento em que as responsabilidades que hoje temos que pagar, através da taxa dos recursos hídricos, deixassem de ser pagas pelo Município, porque se nós pagamos a taxa dos recursos hídricos, e na prática, não temos um reforço da fiscalização, que fica apenas nas mãos – com todo o esforço que fazem, e os bons resultados que procuram ter, mas nem sempre, com os meios disponíveis – da Guarda Nacional Republicana, percebemos que ficamos coxos quando pensamos no Anços, quando pensamos no Arunca, e quando pensamos em Carnide. E nós não podemos pensar apenas e só no Arunca; nós temos grandes bacias no Concelho de Pombal para acompanhar, sem prejuízo das múltiplas linhas de água que estão espalhadas por aqui fora.

Sr. Presidente da Junta de Vermoil, Eng.º Daniel Ferreira: de facto, estas questões da Extensão de Saúde, em geral, que aqui trouxe, e que as suas últimas intervenções reiteraram estas intervenções adicionais, todos nós já percebemos qual é o problema: o problema, Srs. Deputados, não são as instruções da ARS, o problema não são as declarações políticas do Sr. Ministro, nem do Primeiro Ministro; o problema é que não há médicos, não há



MUNICÍPIO DE POMBAL

contratações, não há enfermeiros e não há administrativos. O problema é pôr as coisas a funcionar, é criar essas condições, desenvolver as carreiras, contratar as pessoas, e pô-las, de facto, a fazer o trabalho. Por que é que se propunha – há pouco, o deputado Felismino – que houvesse alguém responsável por coordenar as entradas e saídas na Unidade de Saúde Familiar do Oeste? Olhe, porque, se calhar, foi ao Louriçal, e o Sr. Presidente da Junta do Louriçal assumiu uma responsabilidade que não era dele, para ajudar a disciplinar, de facto, essas entradas e essas saídas. E cá estamos nós outra vez, as autarquias, fora da sua esfera, a ter que suprir um conjunto de responsabilidades, quando elas competem a entidades que estão bem identificadas. Esse é o nível de responsabilização que nós temos que ter. E essa responsabilização não termina na freguesia, nem termina no Município; deve continuar para o resto dos responsáveis que atuam com a mesma legitimidade que nós enquanto responsáveis da condução dos serviços e dos equipamentos públicos. Têm a mesma legitimidade. Podem não ter os meios, esse é o problema das organizações. Portanto, não vale a pena fazer despachos a dizer que as recomendações são assim, ou são assado; se eu faço uma recomendação, e passados seis meses ela não está cumprida, vai-me desculpar a Sra. Deputada Elisabete Alves, mas não é a senhora que tem que resolver o problema, como não sou eu que tenho que resolver o problema à Dra. Rosa Reis Marques, Presidente da ARS. Ela é que tem que o resolver; não sou eu que tenho que ir atrás dela, a puxar-lhe as saias, e a dizer: “A senhora não se esqueça que tem que fazer este trabalho”. Ou a ordem era apenas sugestionável, e não era para ser cumprida, de facto? Eu acho que era para ser cumprida, e que a primeira pessoa que tem todo o interesse em que ela seja cumprida é a pessoa que a deu, porque acha que ela deve ser cumprida, que é importante, e que estabelece uma normalidade dos serviços. Não basta dizer que queremos a normalidade dos serviços; devemos acompanhar para perceber por que é que isso não está a funcionar. E repare, essa pergunta foi feita ao Sr. Secretário de Estado, na passada quinta-feira, numa sessão que tivemos na Batalha, onde eu estive presente, com vários Presidentes de Câmara, com o Sr. Presidente da CCDR, com o Presidente do IPL, com os responsáveis do Grupo Económico e Social feito pelo IPL, CIM e NERLEI, e a questão é esta: os recursos que temos são estes, muitas das coisas que estão a acontecer não deviam estar a acontecer, mas o que é certo é que continuam a acontecer. E também estava a Dra. Delfina Chita, com quem temos tido um trabalho proficiuíssimo, agora a pensar nas questões de saúde, no envolvimento, e com uma enorme disponibilidade, fizemos já várias reuniões – fizemos mais reuniões em dois meses, do que tínhamos feito em todo o outro mandato do anterior Presidente do ACES, vejam o nível de cooperação, para concretizarmos. E, Srs. Deputados, não se enganem: no dia em que as competências da saúde, as competências de faxineiras com que o Governo nos tratou, no dia em que elas passarem a ser da nossa responsabilidade, todas estas matérias vão ser assacadas ao Presidente da Câmara e à Câmara como sendo responsabilidade sua, que não são. E vai-se criar aqui uma intencional confusão, com prejuízos públicos à qualidade do serviço, e não há resolução efetiva dos problemas, que são exatamente os mesmos que temos na educação. Não vale a pena dizer que é o confinamento, e que não há recursos humanos, e as escolas não os têm, as escolas do Ministério da Educação não os têm. E depois, os Srs. Deputados, e bem, vêm dizer assim: “Então, como é que é nas CAF e nas AEC?” É exatamente igual àqueles que existem nas estruturas do Ministério da Educação. E este é o problema, voltamos aos recursos, voltamos aos investimentos, voltamos às contratações, voltamos ao planeamento, não há. Não há.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Sra. Deputada Cláudia Caetano, há pouco, fazia uma observação muito pertinente, os meios que devemos utilizar relativamente ao ensino à distância, através dos meios tecnológicos. Na passada quinta-feira, numa reunião a propósito do Conservatório – e já lá vamos – fui eu que fiz a pergunta a um dos dirigentes do agrupamento, por que é que os equipamentos do 1.º ciclo que nós temos, que são cem, não podem ser utilizados em plano de contingência quando há alunos que ficam – e uma das escolas dos nossos agrupamentos esteve agora uma semana, ou vai estar duas semanas sem aulas – por que é que não são utilizados com os professores que estão com o seu horário, que continuam em docência nos respetivos estabelecimentos de ensino, os alunos têm aulas em casa, e os que não têm computadores, nós entregamos os routers e os computadores. Falta de pagamento. E não estamos a falar do 1.º ciclo, estamos a falar, naquele caso, do 2.º ciclo. É preciso fazer um estudo muito prolongado, de muitas horas, para chegar à conclusão de que isto ia acontecer, que íamos ter aulas que não iam acontecer porque alguns alunos podiam estar em risco? Alguém tinha dúvidas de que isto ia acontecer? Ninguém tinha dúvidas. Por que é que não foi pensado? Por que é que não foi pensado? E agora, sim senhor, vamos fazer tudo, a decorrer, e por aí fora. Ninguém quis falar aqui – e eu percebo até a vossa tolerância, sob o ponto de vista das dificuldades na questão dos transportes; não é razoável que o Município conheça as chamadas manchas de horários que as escolas fazem, porque, e bem, a Sra. Deputada Cláudia até fez essa observação, porque a seguir, dentro da mancha, podem acabar as aulas à uma e meia, e o autocarro ser só às seis da tarde. No meu sistema, as aulas começavam todas à mesma hora, acabavam todas à mesma hora, e os transportes funcionavam assim. Não é possível. Eu nunca consegui perceber qual é a dificuldade de conseguirmos fazer nas escolas públicas o que se faz nas escolas privadas, com os horários a entrar e a sair às mesmas horas, e as famílias ficarem resolvidas. Eu ainda não consegui perceber, e já tenho cinquenta anos, e quatro filhos na escola pública, não consigo perceber. Eu não consigo perceber qual é essa dificuldade, mas com certeza que a dificuldade há de ser minha.

Sra. Deputada Elisabete Alves, sobre esta questão das descargas ilegais, apuramento das fontes de poluição: o SEPNA, no trabalho que desenvolveu, não chegou a nenhuma conclusão. E portanto, gostava imenso de poder ajudar, mas, infelizmente, as entidades capacitadas para essa circunstância não conseguiram chegar lá. E portanto, vamos manter-nos atentos, já há muito tempo que não tínhamos – como há pouco eu disse, se em 2020 apenas tivemos uma ocasião, por causa das lontras mortas no Rio Arunca, e podem ser pontos de poluição – aliás, a circunstância de as lontras lá estarem, há uma coisa que significa obviamente, é que a qualidade da água era boa até essa altura, porque se não fosse, elas não se desenvolviam, nem lá ficavam, como bem sabem, sob o ponto de vista das características dos habitats que elas procuram, até para poder procriar. E portanto, isso é um bom sinal. Há episódios que queremos evitar? Estamos todos de acordo com isso, sigamos todos o mesmo objetivo.

Sr. Deputado João Coucelo, obrigado aqui pelas observações, dos lotes relativamente aqui às entradas da cidade, da falta de limpeza, bem como as questões aqui do asfalto da Fonte Nova. Nós temos o projeto de requalificação da zona industrial da Formiga já bastante desenvolvido, que espero que nos possa ajudar também a organizar bem as características da intervenção, nomeadamente a parte da drenagem pluvial que, como sabe, ali é extremamente deficiente desde sempre, desde que se começou a urbanizar a Charneca, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

traz ali problemas na drenagem das águas na rotunda poente do viaduto Guilherme Santos, do lado da Charneca. E portanto, espero que esse problema muito rapidamente possa ser ultrapassado com o projeto e com a sua aprovação.

Sr. Deputado Henrique Falcão, relativamente à segurança rodoviária, eu reforçarei junto da Polícia de Segurança Pública os apelos para que, de facto, os veículos pesados, que nós não queremos que circulem na Avenida da Europa, que entrem junto ao IC2 e que façam todo aquele percurso até à Rua de Dezembro, de acesso ao Barrocal, que usem aquela via, isso não é o que está previsto. O que está previsto é que usem o IC8 e que saiam no nó da rotunda do agricultor, e que subam à pedreira do Barrocal. Evidentemente, os únicos que se admite que possam ter que utilizar a Rua de Dezembro, e depois o resto da Avenida da Europa, são aqueles que saindo da pedreira, vão para a zona interior do nosso concelho e interior do país, porque não têm via alternativa.

A informação que aqui me pôs relativamente ao incidente no mês de setembro na Guia, eu não tenho relato nenhum, não faço a mínima ideia do que está a falar; não me chegou nenhuma informação, e também não sei se me tinha que chegar alguma informação sobre esse assunto. Não conheço, não o posso ajudar sobre isso. Vou procurar obter informações adicionais.

Agradeço as palavras de apoio, e também de grande cooperação, que a Junta de Freguesia do Carriço tem tido com o Município, são trabalhos importantes. Agora ficará ainda mais visível a circunstância de, ao termos um novo parque de merendas, ao percebermos que temos ali muitas árvores que precisam de ser substituídas para que as sombras no parque de merendas do Carriço tenham condições. Temos que continuar a fazer um trabalho conjunto, também com o ICNF, agora que também estão praticamente acertadas as obrigações da Câmara perante o ICNF, relativamente quer ao acesso à praia, quer na proteção do parque de merendas, quer também no futuro parque de estacionamento que está agora para ser intervencionado.

O Sr. Deputado Manuel da Mariana traz-nos aqui uma preocupação muito adequada relativamente às nossas coletividades. Deixe-me dizer-lhe que nós iniciámos o ano de 2020 – como, aliás, já o tínhamos feito em 2019 – com um reforço financeiro para apoiar as instituições que eram proprietárias de instalações desportivas, e que, por essa razão, se viam obrigadas a ter um acréscimo de investimento, quando comparado com aquelas que utilizavam instalações municipais, e estamos de quase metade – metade tem instalações próprias, e metade não tem instalações próprias. E isso criava uma situação, de facto, diferenciadora, de forma negativa, para aqueles que eram donos, porque usavam recursos mais ou menos parecidos, nomeadamente os municipais, e tinham um acréscimo dessa responsabilidade. O nosso propósito é manter esses apoios, independentemente de haver, ou não, atividade desportiva. Nós temos de rever esse critério, porque há uma parte desse cálculo que tem a ver com as horas de utilização das instalações desportivas – e portanto, havendo menos horas de instalação, pode dar-se, em alguns casos, de haver um valor mais pequeno, mas há despesas que não dependem do número de horas de uso – os seguros não dependem disso, as manutenções ordinárias não dependem disso, e portanto, temos que olhar aqui para um critério, para que o possamos fazer.

O mesmo acontece, por exemplo, com as associações de índole cultural, como por exemplo, as filarmónicas, que ao contrário, por exemplo, dos ranchos folclóricos, ou dos grupos de cantares, mantiveram, por exemplo, as escolas de música, com despesas na formação dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

respetivos alunos, e muitas vezes, ou sempre, ao longo do ano, as despesas que eram desenvolvidas nas escolas de música eram apenas parcialmente suportadas pelo Município, sendo que grande parte dessa receita vinha das saídas, e dos espetáculos, e das animações que as filarmónicas faziam, e que este verão não fizeram. Não fazendo, com a Sra. Vereadora Ana Cabral, estamos a identificar, também com os balanços deles e com as contas, os valores – aliás, já tivemos aqui uma reunião com as cinco filarmónicas, já há uns meses, para fazer essa discussão, de maneira a que no final do ano não haja particulares prejuízos por parte das nossas coletividades na entrada do ano de 2021, para que o ano de 2020 seja outro ano, e que não estejamos já preocupados com saldos negativos que pudessem transitar de anos anteriores.

Sr. Deputado Humberto Lopes, sobre as questões da saúde, de facto, eu partilho a sua reflexão, tenho-o dito a várias pessoas, porque tem sido uma Junta que tem estado muito atenta – não é a única, mas neste caso concreto, pela intervenção que fez a apresentar essas dificuldades – e nós todos temos de olhar para aqueles números que ainda na semana passada foram tornados públicos, de que o país, desde março deste ano até agora, teve doze milhões de consultas que não foram feitas. São os dados que vinham no Expresso, não os vou desmentir, nem confirmar; são os dados que lá estão. São muitas consultas, de facto. Mas, o que é certo é que são os números que temos, e percebemos que há aqui um tratamento muito desigual – e quando há duas semanas recebi aqui o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Leiria para visitar as novas valências de otorrino no Hospital de Pombal, percebi o esforço gigantesco que as unidades de urgência estão a ter, porque não há resposta nos cuidados de saúde primários, e percebemos que, de facto, aí está o risco acrescido em todo o nosso sistema de saúde, e que, de facto, não basta as instruções, tem que haver aqui localmente uma capacitação – que não pode ser só o Município a dá-la, porque ela tem uma orientação concreta – dada pelos respetivos profissionais de saúde.

O que é certo é que todos aqueles que acompanharam, por exemplo, o funcionamento da Área Dedicada ao Covid, que esteve a funcionar no Pavilhão das Atividades Económicas durante dois meses e meio, percebemos que se todos aqueles recursos que estavam ali não estão a fazer consultas, e as consultas que lá se fizeram foram, talvez, cinquenta ou sessenta, durante aquele período, significa que ficou muito trabalho por fazer, porque os recursos não podem estar em todo o lado. Compreendemos, de alguma forma, mas esta retoma passa a ser, de facto, cada vez mais difícil de perceber.

E portanto, acompanho a preocupação do Sr. Deputado Felismino Carreira relativamente às situações que não são, de todo, admissíveis, mas aproveito também para lhe dizer que essa preocupação que aqui apresentou, no campo da saúde – e portanto, estamos de acordo – relativamente às duas pandemias que identificou.

Mas, deixe-me adiantar-lhe que nós temos um projeto de requalificação da Estrada Nacional 109 – que, aliás, foi promovido pela Junta de Freguesia do Carriço – entre o limite do Cabeço, a norte, e a rotunda dos Vieirinhos, a norte da freguesia, com um espaço que já está com esse estudo desenvolvido, em apreciação nesta altura pela Estradas de Portugal, que eu espero que o possamos incluir no nosso Plano de Atividades para o ano que vem, para podermos desenvolver este trabalho e procurar também que a Estradas de Portugal possa participar com alguns valores para o podermos fazer.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Voltando à Sra. Deputada Cláudia Caetano, sobre as matérias que aqui nos apresentou, as regras relativamente ao funcionamento das CAF e das AEC são exatamente iguais. Depende das entidades gestoras fazermos cumprir essas mesmas regras. Se há pouco tivemos aqui o Sr. Representante da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca a dizer: “No nosso caso, tivemos que ter cinco pessoas para fazer este trabalho”, já percebemos a dimensão do trabalho que temos que fazer. Portanto, vamos ter que procurar corresponder; ouvir todas estas soluções encontradas pelas mais diversas entidades que temos a fazer a gestão das AEC’s e das CAF’s, receber essas informações, e depois tomar as decisões de acordo, porque nestas matérias, às vezes o mais fácil é dizer quais são as regras, a questão mais difícil é perceber como é que elas vão ser cumpridas no terreno, e aí as nossas freguesias têm sido entidades muito empenhadas para o tentar fazer, fazem um esforço gigantesco, mas elas, de facto, são aquelas que têm menos meios para poder cumprir, e nós aqui temos que dar o apoio possível para podermos corresponder.

Sobre a questão dos transportes públicos, as palavras que disse há pouco sublinham aquilo que é o meu entendimento sobre a matéria, tem que existir e procuramos que haja, há muito tempo, uma maior articulação entre a definição dos horários e aquilo que são os transportes. O ano letivo já tinha começado, eu tive filhos meus que já tinham horários mudados. Não é possível os alunos do décimo ano, ou do nono, ou do quinto, começarem o ano letivo com um horário, e passado uma semana, ou duas, terem horários diferentes. É impossível, não há sistema que consiga gerir isto e dar uma correspondência adequada, não é possível. Ainda por cima quando temos vários operadores que fazem depender os serviços dos valores que recebem – o regime que hoje temos não obriga o concessionário a fazer transporte se ele tiver uma expressão negativa, obriga a que o Município tenha que ter uma autorização da Comunidade Intermunicipal e que tenha que pagar obrigações de serviço público, que têm que ser negociadas e têm que ser contratualizadas, e portanto, não são processos que se façam de qualquer maneira. Eu recordo-vos, os Municípios que se viram a braços – e foram vários – com as negociações que fizeram com as rodoviárias, e em que, entretanto, temos Presidentes de Câmara e Vereadores envolvidos em situações em que tentaram resolver os problemas, e foram aqui acusados de corrupções e coisas do género, porque quiseram resolver os problemas em tempo. Para se resolver os problemas em tempo, temos que ter a programação em tempo. E então aí nós temos tido umas equipas extraordinárias, que o procuram fazer, e mesmo nestes casos, a fazerem até às tantas da noite, para tentarem corresponder às expectativas de todos, para que nada corresse mal, houve coisas que não correram como nós gostaríamos, e mesmo assim houve alunos que não foram transportados, porque houve carreiras que não foram feitas por quem tinha a obrigação de as fazer.

Isto é o problema que temos todos os dias, e portanto, percebo muito bem as palavras do deputado Pedro Pimpão – e já lá vou – relativamente àquilo que é a necessidade de termos um serviço fiável como o Pombus estendido a todo o concelho, como, de facto, uma oportunidade onde, se calhar, já não andamos aqui com desculpas, estamos aqui a ter que resolver efetivamente essas capacidades, e ter uma capacidade reativa, mais ágil do que aquela que se tem até hoje, em função das características dos nossos parceiros, no caso dos transportes.

Essa questão que aqui suscitou, de conflito entre a Filarmónica e a Conservatória, repare, nós não podemos esquecer uma coisa – e aqui vale a pena, os senhores acompanham e



MUNICÍPIO DE POMBAL

fiscalizam a atividade do Executivo Municipal: as instalações da Filarmónica são do Município, que tem por protocolo um acordo com a Filarmónica para usá-las para o ensino da música. O Município não levantou – e no meu entendimento, bem – já há muitos anos, qualquer tipo de dificuldade em que houvesse uma articulação entre a Filarmónica e o Conservatório David Sousa. Eu quero dizer aos Srs. Deputados que o Conservatório David Sousa é uma sociedade por quotas, não é uma escola do ensino público. Não tem mal nenhum ser uma sociedade por quotas, mas é uma sociedade por quotas que usa um património público sem pagar renda para explorar uma atividade sobre a qual é remunerada. E portanto, é bom que haja entre estas entidades um bom entendimento, para que não haja nenhum tipo de dívidas relativamente àquilo que são as respetivas responsabilidades. Eu tive a ocasião de explicar à senhora responsável pelo Conservatório que há uma coisa que eu não faço, apesar de representar o dono do património: eu não uso, nem usamos, as instalações da Filarmónica sem passar cavaco à Filarmónica; nós precisamos de criar uma unidade de apoio aos lares em situação de emergência durante o mês de julho, e todas essas reuniões foram feitas com as entidades que gerem esse património, apesar de no caso concreto da Filarmónica, o património ser do Município de Pombal. Mas, o protocolo que o Município tem com a Filarmónica não me permite, no meu entendimento, passar por cima da entidade a quem o Município reconheceu essa legitimidade e essa autoridade. Portanto, se a Câmara não o faz, e é dona, muito menos deve fazer qualquer entidade que ali está, com protocolo, e que se deve, no meu entendimento, articular devidamente com a entidade que faz essa gestão, e essa é a primeira instância. E espero que haja condições para as pessoas poderem resolver o problema. Julgo que a circunstância de a Filarmónica ter as instalações disponíveis até à altura do natal é sintomático dessa circunstância, e portanto, o Conservatório, se tomar decisão de ir para outro local, é uma decisão que só a ele compete. E portanto, não posso adiantar grande coisa sobre isso, porque o acordo que a Conservatória tem com o Estado Português é para ministrar aquelas aulas, e portanto, não tem aqui uma obrigação de estar em instalações, nem municipais, nem da Filarmónica, nem de coisa nenhuma.

Sr. Deputado Manuel António, muito obrigado pela sua observação. Nós, de facto, já tentámos por duas vezes conversar com a filha do Dr. António Ramos de Almeida, ainda não foi possível. E portanto, espero que, entretanto, nos atenda o telefone.

Marco Correia, relativamente à posição da Lusiaves: eu vou ler aos Srs. Deputados – não quero ser fastidioso, mas eu vou ler aquilo que nós aprovámos, todos, e que faz parte do contrato de compra e venda que o Município de Pombal celebrou com a Lusiaves, e que faz parte deste contrato, e está inscrito como ónus no respetivo registo da Conservatória do Registo Predial. As condições instituídas pela Câmara e pela Assembleia Municipal para aquela venda, no meu entendimento, são fortemente claras sobre aquilo que são as condições em que aquela venda foi feita. E eu continuo sem perceber este alarmismo, não encontro nenhum fundamento – pelo menos, se ele existe, nunca nos foi dito – de quais é que são as verdadeiras razões que o justificam. E portanto, entramos aqui num campo de um achamento, de uma qualquer conclusão que não será provavelmente de nenhum interesse público, e parece-me que nós não devemos estar a perder aqui muito tempo a discutir os interesses mesquinhos ou privados, fundamentados em perceções ou em preconceitos, que só prejudicam e dão má fama a este concelho e à política de atração de investimentos, porque há um ou dois caprichosos que acham que devem ter uma voz diferente dos órgãos



MUNICÍPIO DE POMBAL

que estão a representar os Pombalenses, que foram eleitos, e que têm legitimidade, e deliberam com legalidade.

O que nós aprovámos, e que está no contrato, diz o seguinte, como obrigação da entidade adquirente: “Promover a apresentação de um pedido de licenciamento da operação urbanística que consubstancie a construção da unidade industrial pretendida, com os respetivos elementos instrutórios, no prazo máximo de cento e oitenta dias sobre a data do deferimento do pedido de informação prévia a que alude o número anterior”, e que tinha de ser feito cento e oitenta dias depois da celebração da presente escritura. Escritura feita no dia 11 de setembro, e portanto, até ao dia 11 de março temos que ter aqui o pedido de informação prévia. A seguir, tem 180 dias para fazer o requerimento para o respetivo licenciamento, tem que cumprir as obrigações perante a Autoridade Tributária, assumir o pagamento das taxas, impostos, contribuições, obter atempadamente junto dos serviços municipais licenças, autorizações, aprovações exigidas por Lei ou dispositivo regulamentar para a realização das obras de constituição de unidade industrial, cumprir todas as obrigações, suportar os custos e encargos relativos ao cumprimento das normas de natureza ambiental, praticar uma política preventiva de acidentes de trabalho e outros, disponibilizando e divulgando informação necessária em locais que sejam facilmente acessíveis, garantir que as obras sejam executadas com o menor impacto possível sobre os prédios confinantes, assegurar que a unidade industrial se encontre em completa laboração, dentro dos moldes apresentados no projeto aprovado, no prazo máximo de vinte e quatro meses após a data de emissão do competente alvará de licenciamento da respetiva construção, colaborar com os serviços do Município em tudo o que seja necessário para assegurar o cumprimento do contrato ou das normas legais ou regulamentares aplicáveis, pagar ao Município as taxas previstas no regulamento. Sem prejuízo dos prazos a que se referem os números anteriores, a sociedade adquirente poderá executar a obra de forma faseada, nos termos em que para o efeito venha a ser aprovado, nos termos do RJUE. O faseamento circunscrever-se-á à execução das obras, não sendo extensível ao licenciamento das mesmas.

E pronto, Srs. Deputados, sobre as questões da saúde que aqui estão apresentadas, sobre as instruções, o número de instrução, as recomendações que foram feitas, aquilo que eu digo é que não basta nós conhecermos estas decisões. Eu percebo algum embaraço – desculpem-me o que eu vou dizer agora – algum embaraço que a Bancada do Partido Socialista tenha – aliás, que justificou que, na altura em que esta Assembleia Municipal começou, fizessem a edição precisamente de uma nota pública a exigir serviços de saúde para a população de Pombal, percebo que o faça, porque, de facto, apoiando o Governo, tem aquela sensação que às vezes acontece quando nós estamos de forma e bem intencionada nas coisas, temos que reconhecer que, às vezes, aqueles que nós queríamos que fizessem as coisas bem feitas não o conseguem fazer, e não há nada melhor para defender a nossa população do que estarmos definitivamente esclarecidos sobre aquilo que são as coisas que nós temos, e as coisas que nós gostaríamos de ter.

E reparem, depois de acabar este PAOD – com o PAOD a estar com todo este tempo – percebo que, de facto, as preocupações dos Srs. Deputados incidem muito mais sobre problemas nacionais que não são resolvidos pela Câmara, do que aquelas que se resolvem na Câmara Municipal. Quando nós estamos a discutir a botoeira de um semáforo num Município com seiscentos e quarenta quilómetros quadrados, estamos a discutir a perfeição.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos, então, passar ao Período da ordem do dia.

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve?

Sr. Deputado Rui Acácio, pode usar da palavra, que eu vou registando aqui as outras intervenções. Faça favor.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Ora, então, muito boa tarde. Cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, a Sra. Presidente da Assembleia, os companheiros desta Assembleia e todos os Pombalenses.

Em primeiro, gostaria de felicitar o meu companheiro Marco, em representação da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, porque transcreveu bem aquilo que aconteceu na última Assembleia de Freguesia, que foi a movimentação de alguns empresários e da população, e as preocupações da população deste território naquilo que é o assunto da instalação de um grupo de grande dimensão na zona industrial.

Dirigindo-me ao Sr. Presidente, eu sei que o assunto começou mal, nasceu mal, e continua mal. Queria dizer-lhe que eu sou um daqueles que não tenho interesse nenhum naquilo, até porque não sou proprietário, nem sou vendedor, nem sou nada do que quer que seja. A minha preocupação aqui prende-se com a preocupação daquilo que é a população. E eu, enquanto deputado municipal desta região, tenho o dever de olhar por aquilo que é o bem-estar da população, e olhar por aquilo que é a captação de investimento. E aquilo que aconteceu na última Assembleia de Freguesia foi exatamente isso, foi que em todas as Bancadas Partidárias com assento naquela Assembleia, o propósito é o mesmo: sim ao investimento, no sítio certo, e sem prejuízo para o território e para a população, e acima de tudo com muita transparência – o Sr. Presidente, há pouco, dizia que tem transparência; tem sim, senhor, mas há aqui algumas coisas que nós temos de tornar, o mais breve possível, transparentes, e colocar na praça pública, para que não andem com estes alaridos todos e estas dúvidas.

E dizer-lhe, Sr. Presidente, que a preocupação das pessoas é mais do que legítima, porque, Sr. Presidente, os pareceres da Junta de Freguesia na construção dos aviários de Água Formosa e de todo este território sempre foram pareceres condicionados ao impacto ambiental e aos maus cheiros. Pois bem, o que aconteceu no dia 7 de setembro, a unidade hoteleira próxima das instalações de Água Formosa chamou as autoridades ao local, e tiveram que evacuar o hotel, e o proprietário daquela unidade teve que abandonar as instalações.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por isso, o Sr. Presidente de Junta foi testemunha desta ocorrência, esta ocorrência, eu sei que foi enviada para os serviços da Câmara, ou para o Gabinete do Sr. Presidente. O que eu lhe quero colocar é se já fez alguma coisa, qual é que vai ser o procedimento a seguir – ou seja, se o parecer era condicionado a isso, essa condição não se está a ter. Portanto, qual é que é a responsabilidade daquele grupo, por causa de causar estes maus cheiros, e causar estes transtornos a uma unidade hoteleira, que não podemos continuar a prejudicar, porque aquilo é o negócio de uma vida, de famílias, e não podemos estar a prejudicar famílias.

E também dizer-lhe que estamos a condicionar ali outras unidades que já podiam estar a laborar, e não estão, porque os procedimentos e esta situação de instalação destes grupos estão a condicionar, e também era uma mais valia a outra unidade hoteleira já estar a trabalhar, e ao que parece, nunca mais tem solução.

Sr. Presidente, se fosse uma fábrica de bolachas, claro que as pessoas não estavam preocupadas na União de Freguesias, ia para Pombal; se fosse uma fábrica de perfumes, também não estavam preocupados, porque iria cheirar bem. Agora, aqui, não é esse propósito. Este grupo tem uma atividade – e bem, faz falta a todos nós – que é uma atividade que provoca alguns transtornos. E por isso, temos de ter esse cuidado, para que não haja aqui problemas de maior.

Também, Sr. Presidente, quero transmitir-lhe – e foi transmitido na Assembleia de Freguesia – que os empresários da zona industrial também estão um pouco revoltados, porque o valor que pagaram pelos seus terrenos foi um, aquele que foi vendido dos doze hectares, foi outro. Nós sabemos, daquilo que foi dito, que não foi infraestruturado, mas é preciso também esclarecer isto para que os empresários não sintam de alguma forma que foram enganados, porque no início, aquilo que foi dito aos empresários foi que era uma multinacional francesa, que ia criar muitos postos de trabalho, e depois uma metalomecânica, enfim. Depois, o que se verificou foi uma hasta pública a que quem concorreu foi o grupo que, por sinal, anda a comprar terrenos – e eu quero também deixar esta nota aqui – junto a estes doze hectares, para dentro da propriedade da Aldeia de Lagoa, ou do Lugar de Lagoa, e o mais grave é que até já a construções ativas próximas se anda a oferecer valor.

Por isso, temos que dizer que não à ampliação da zona industrial para dentro da zona urbana da Guia, temos de ter cuidado com este impacto urbanístico ali, porque esta grande dimensão desta empresa poderá vir causar problemas àquilo que seria o crescimento da zona industrial, e à zona urbana da Guia, e não é isso que nós queremos, e estou convencido de que também não é isso que o Sr. Presidente quer, mas temos de acautelar estas situações. Por isso, Sr. Presidente, também não queremos – e eu, na última Assembleia, disse isso – também temos de ter cuidado, porque a nível socioeconómico, podemos vir a ter um problema ali que nós não queremos, e caracterizando mesmo, não queremos ali, naquela situação, uma outra Marinha das Ondas – ou seja, temos que ter mão firme e acautelar bem aquilo que poderá acontecer ali, para que não venham depois notícias, assim como as recentes, promovidas pelos funcionários deste grupo, e não é isso que nós queremos aqui neste território.

Sr. Presidente, se este investimento é, com certeza, tão fundamental para o oeste e para o concelho, é com a maior rapidez que se tem que tornar público o que é que vai acontecer naqueles terrenos. Já andam máquinas no terreno a desmatar, as pessoas ficam preocupadas, não sabem o que é que vai acontecer, e depois a população vai à Assembleia de Freguesia, pergunta o que é que vai acontecer, e ninguém tem resposta; as respostas que



MUNICÍPIO DE POMBAL

têm são “não sabemos”, mas já fomos ver uma empresa modelo. Se não sabemos, mas já fomos ver uma empresa modelo, em que é que ficamos?

Por isso, é importante que o assunto tenha a maior transparência, que seja para breve, não queremos que haja manifestações, não queremos que a população vá por esse caminho, não queremos que haja notícias menos abonatórias na comunicação social, não queremos que haja revolta para com este grupo, porque também não é isso que as pessoas do oeste querem fazer ao grupo.

Mas, para terminar, Sr. Presidente, dizer-lhe que este investimento, na minha ótica, será bom acautelá-lo, nos sítios certos, da forma certa. Agora, tem que haver depois pareceres – e esta Assembleia terá a oportunidade de o fazer; que não pode ter matadouro, tem que ser uma condicionante, não pode ter aviários, não pode ter impacto ambiental, a nível social bem estruturado, e não podemos ter maus cheiros naquele território, porque, Sr. Presidente, não podemos pôr em causa e prejudicar os territórios e as pessoas, a população e as gerações vindouras. Temos de ter esse cuidado. E por isso, é com a maior brevidade que eu lhe digo que se apresente o estudo prévio, que se tranquilize a população, que haja informação para o exterior, e que isto seja um investimento positivo para a União de Freguesias, e não um mau investimento no sítio errado.

Por isso, se o grupo precisa de mais terrenos, e anda a adquirir mais terrenos, a nossa opinião foi que a norte teriam espaço para se expandir. E dizer-lhe também obrigado por ter ouvido o facto de os terrenos a norte serem fundamentais para este território, e já sei que estão as negociações em bom caminho. E por isso, também agradecer-lhe essa parte, porque aquilo também faz falta ao concelho, faz falta ao oeste, e será uma expansão que poderia ser a deslocalização deste grupo para lá. Eu bem sei – e estou à vontade para dizê-lo – que a linha do caminho de ferro é uma mais valia para este grupo, e todos sabemos disso.

Tenho dito. Obrigado. “

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rodrigues Marques, tem a palavra.”

Manuel Rodrigues Marques (NMPH):

“Boa tarde.

Obrigado Senhora Presidente.

Senhor Presidente Diogo Mateus em 26 de Agosto enviei a V. Exa. um mail a solicitar-lhe ajuda na reparação da base da Estátua do saudoso Comendador Manuel da Mota, na Rotunda do Parque Industrial com o seu nome, destruída por um veículo automóvel.

Dado que o servidor da Câmara bloqueia os meus mails (o que agora não vem ao caso) não sei se o recebeu.

A proposta enviada a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em 1993, de atribuição de uma Comenda ao cidadão munícipe Manuel da Mota foi subscrita por mim e pelo então Presidente da Câmara.

Na sua fundamentação a Câmara Municipal de Pombal, refere que “A Câmara considerando o papel desempenhado pelo Senhor Manuel da Mota no desenvolvimento do município, referida no seu currículo empresarial onde se destaca a construção da Zona Industrial de Formiga, hoje (1993) importante polo de desenvolvimento a nível da região centro na constituição de empresas na área do município, na cedência de terrenos para o Parque Industrial que ostenta o seu nome, para infra-estruturas desportivas como seja o



MUNICÍPIO DE POMBAL

campo de futebol de Flandres e outras, e sobretudo, na forma cordial como enfrenta a resolução dos problemas, deliberou, por unanimidade, congratular-se pelo facto de o mesmo ir ser agraciado pelo Senhor Presidente da República com o grau de Comendador da Honra do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial na Classe do Mérito Industrial.”

O também saudoso Senhor Francisco Manuel Menezes Falcão referia-se ao Senhor Manuel da Mota afirmando que os Homens de Envergadura são como as árvores frondosas; não negam a sombra a pobres ou ricos, justos ou injustos, gratos ou ingratos.

E disse mais: “ Há Homens que, com virtudes e defeitos, se projectam sempre no quadro dos valores essenciais do comportamento cívico. São os obreiros da solidariedade social. São os corredores das maratonas da vida útil e suficientemente humanos para não serem insensíveis - embora escondidos na sua modéstia - ao hino da gratidão que os acolhe na meta atingida.”

Senhor Presidente, fui eu que retirei a boneca que alguém lá colocou, agora é V. Exa. que tem uma palavra a dizer.

Saúde e Fraternidade. Disse”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Da informação do Sr. Presidente da Câmara, eu queria usar este pequeno aspeto que vem na área da saúde, que eu volto a frisar novamente, consta a afetação de dois técnicos – ou duas técnicas – ao Gabinete de Crise da Covid-19 para desempenho de um conjunto de tarefas que vêm elencadas, e que têm a ver com uma série de processos de identificação de carências e de apoio à comunidade.

Depois de ter ouvido aqui – e sinto-me na obrigação, utilizando esta preocupação que a Câmara teve de afetar recursos para uma área sensível para os anos de 2020 e 2021, com as responsabilidades que já tive na área da saúde, e conhecedor dos problemas de que enferma a saúde neste momento em Portugal, gostava de dizer aos colegas de Assembleia que se mostraram muito preocupados com o deficiente funcionamento, quer dos Centros de Saúde, quer das Extensões de Saúde no Concelho de Pombal, que o que está a acontecer – ainda que a minha colega deputada Elisabete Alves tenha, enfim, usado de uma determinação da Rosa Reis Marques, da ARS Centro, que eu conheço muito bem, com quem trabalhei muitos anos no Hospital dos Covões, mas não basta fazer, realmente, como disse o Sr. Presidente, uma determinação; quem gere tem que se preocupar em ver se aquilo que determina é cumprido. E cabe à Sra. Presidente da ARS, de uma forma mais geral, determinar o que deve ser feito, e ao dirigente do ACES verificar do cumprimento das instruções superiores.

Neste momento, Portugal tem uma carência grande de médicos de família, com promessas feitas por este Governo, quando tomou posse, de que iria resolver o assunto nos próximos quatro anos. Nós estamos a chegar ao final desses quatro anos, e o assunto não está minimamente resolvido. É evidente que foram abertas mais vagas agora, mas mesmo assim são insuficientes face ao número de profissionais que se têm estado a reformar todos os anos. E portanto, nós temos que ter estimativas das necessidades, não é só daquelas que já existem, mas também daquelas que vão existir, fruto da saída de profissionais de saúde. Isso compete à tutela, garantir os meios para o funcionamento dos Centros de Saúde e das Extensões de Saúde. A Câmara faz todos os esforços para que as coisas corram bem – aliás,



MUNICÍPIO DE POMBAL

se a Câmara Municipal de Pombal, e tantas outras, não tivessem desenvolvido as atividades que desenvolveram até agora na construção de equipamentos de saúde, nós estaríamos muito pior ainda em todo o país. Portanto, a Câmara Municipal de Pombal fez mais do que a sua obrigação, mais do que são as suas competências na área da saúde, para que os cidadãos do Concelho de Pombal tenham boas instalações – veja-se o caso do Louriçal, que aguardaremos que sejam colocados os profissionais que aquele Centro de Saúde merece, e que ainda está a aguardar os equipamentos, que são da responsabilidade da ARS, porque a construção foi da responsabilidade do Município, e quem o pagou foi o Município de Pombal.

Compreendo perfeitamente as preocupações do Humberto Lopes, é uma vergonha o que se passa nas Extensões de Saúde deste concelho, e a responsabilidade é da Administração Regional de Saúde e do ACES do Pinhal Litoral. A Câmara tem que se preocupar, a Câmara preocupa-se e pressiona, mas a responsabilidade é da tutela. E nós temos visto nesta pandemia – e isto não é para dizer que a Sra. Ministra da Saúde não faz, ou não quer fazer; a Dra. Marta Temido, no meu entender, é uma excelente pessoa, e é uma profissional competente, trabalhei com ela na Administração do Centro Hospitalar de Coimbra, conheço a Dra. Marta Temido e sei que é uma pessoa muito voluntariosa, muito trabalhadora. E até numa entrevista recente, quando lhe perguntaram se não tinha pensado já em sair, ela disse aquilo que qualquer pessoa diria, que já pensou, mas quer pelo menos ver se consegue fazer bem aos seus concidadãos, e por isso se mantém no lugar.

Li esta notícia, e li também uma outra muito curiosa, que talvez responda também a um conjunto de preocupações que aqui já foram manifestadas hoje: Portugal é o terceiro país da Comunidade Europeia com menor número de funcionários nas escolas, estimando-se que tenha uma carência na ordem dos 60% do total de funcionários que seriam necessários para assegurar os mesmos números dos países mais civilizados da Comunidade Europeia. Portanto, quando se fala na falta de assistentes operacionais para vigilância das crianças, quando se fala de todos os operacionais, não propriamente os professores, nas respetivas escolas, mas aquelas pessoas que são fundamentais para garantir a segurança das crianças, e sobretudo neste momento os distanciamentos, a proteção das nossas crianças nas escolas, nós temos uma carência que é reconhecida a nível europeu, e portanto, teremos de ter maior número de contratação também para as escolas.

O número de consultas presenciais não efetuadas – fruto da pandemia, por um lado, mas também, penso eu, houve algum distanciamento dos outros problemas de saúde que afetam a generalidade dos cidadãos portugueses – é realmente um número impressionante, o atraso nas cirurgias, o atraso nas consultas hospitalares também é muito significativo, e está a haver uma tentativa de recuperação, que não sei se será conseguida no tempo útil que os cidadãos necessitariam, mas a nível dos cuidados de saúde primários, a situação é gritantemente má, é caótica no que diz respeito à resposta que devem dar aos nossos concidadãos. E Pombal não foge à regra, há situações muito piores noutras regiões do país, sobretudo nas regiões de maior interioridade, e confesso que compreendo as preocupações de todos os meus colegas na Assembleia Municipal, só que a imputação das responsabilidades para a resolução de alguns destes problemas é que não está feita da forma correta. O seu a seu dono: à Câmara Municipal as responsabilidades que ela tem, à tutela e aos organismos tutelares, aquelas que lhes competem.

Era só isso que eu tinha para dizer.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Relativamente aqui à informação enviada, voltando à questão do rio, na pág. 100 diz que o Município faz o acompanhamento do plano de monitorização da qualidade da água superficial do Rio Arunca, Anços, Ribeira de Carnide... Ao fazer esse acompanhamento, saberá os resultados. O que é que eu gostava de saber? São feitas análises periódicas, suponho eu. Com que cadência é que são feitas essas análises, e onde é que são publicadas. Diz também, na mesma página, que o Município faz o Plano Municipal de Monitorização anual da qualidade das águas residuais de várias empresas a laborar no concelho. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, resumidamente, como é feita essa monitorização anual às empresas, se pedem análises, se aparecem sem dar conhecimento, se marcam previamente um dia para ir recolher efluentes, e também onde é que são publicadas essas análises – porque nós sabemos que é muito fácil fazer com que os resultados sejam favoráveis para as empresas, e também é muito fácil, a seguir às análises, escolher as alturas oportunas para escoar efluentes impróprios para o rio.

Queria também falar das Cidades Amigas das Crianças. Li na informação que está a ser feito um diagnóstico por várias faixas etárias. Queria saber se já há resultados desse diagnóstico, se já temos uma Cidade Amiga das Crianças, ou se para isso vamos trabalhar. Também vi que nem todas as instalações desportivas municipais – desportivas e outras – têm plano de contingência, está a ser feito. Quero saber se já estão todos os planos de contingência aprovados, se estão disponibilizados e acessíveis à população, e quais são as perspetivas para que espaços como o Parque Desportivo, Parque Radical, possam começar a ser frequentados pelos jovens – claro, com todas as medidas de segurança – uma vez que é ao ar livre. Eles estão enfiados aos trinta nas salas de aula, supostamente será menos perigoso ir para o Parque Desportivo andar de bicicleta ou de patins, cumprindo todas as normas da DGS.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Aproveito este espaço de tempo, porque no primeiro ponto eu não teria tempo para poder falar nisto, porque senão roubava a outros meus colegas, mas era importante falar numa questão que é importantíssima para o Louriçal, e não menos importantíssima para todo o Concelho de Pombal. Queria felicitar o Município pelo facto de uma obra que se esperava, se calhar há mais de um século, para ser executada – estamos a falar da recuperação do teto do Convento do Louriçal – e que, felizmente, foi adjudicada e irá ter início no próximo dia 12 de outubro. Tem um prazo de dez meses, e na verdade, ele terá que se concluir a 12 de agosto, porque se tudo correr bem a nível da pandemia, se isto evoluir pela positiva – que esperamos que sim, que isto termine o mais rápido possível – as festas irão realizar-se nesta época.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, a importância que damos a esta questão tão própria e tão pertinente, como tem acontecido, na valorização do património histórico e religioso para o Concelho de Pombal, e que aparece bem patente há relativamente pouco tempo como sendo um ponto a visitar, eu gostaria de dizer que esta obra vem, sem dúvida, já muito tardia, mas felizmente que vem. Estamos a falar de uma questão logística bastante difícil de executar – até porque no Convento do Louriçal, na sua Igreja, tendo em conta a Comunidade das Irmãs Clarissas, realiza-se ali todos os dias a missa – ainda ontem esteve aqui o Sr. Bispo para realizar a missa – e isso deixa-nos aqui alguma preocupação, porque as Irmãs Clarissas também pedem que possa ser feita ali a missa, que tem que ser deslocada para outro ponto, e também nos estão a pedir apoio na colocação de uma tenda, apoiando a outra parte do lado norte do Convento.

Mas, na verdade, o que nós congratulamos é que esta obra, sendo ela, do ponto de vista logístico, bastante difícil, elas muito bem aceitaram, dentro da sua comunidade, a obra, e fazem um esforço para que aquilo que é ritual todos os dias não poder acontecer. É verdade que por isso mesmo a valorizam, e a necessidade que ela tinha. E aqui, esperamos que num complemento a que também candidatámos a Igreja do Recolhimento na sua recuperação, e que, felizmente, tivemos a aprovação, que brevemente se irão iniciar as obras, porque a Igreja do Recolhimento estava também em risco grande de ruir, o que seria uma catástrofe a nível do altar que tinha sido recuperado há cerca de dez anos.

Também na colocação de placas a nível dos monumentos, estamos a falar de seis placas de identificação dos monumentos históricos.

Queria com isto dizer que depois de uma avaliação, e depois de o Município também ter feito um trabalho na projeção do turismo religioso e do turismo a nível do concelho – que pode ser noutras atividades, e que foram dadas outras ideias – eu gostaria que pensasse seriamente na divulgação de um património riquíssimo, que é avaliado por tantos, não só regional, como nacional, como até a nível internacional, na Europa e não só.

Também queria dizer isto para conhecimento, por exemplo, Santo António de Lisboa, que comemora um século, o livro vai ser lançado brevemente e baseia-se nas imagens que estão junto da Nossa Senhora da Boa Morte, que são as imagens de Santo António, e bem recentemente foram ali colocados especialistas a fazerem a fotografia daquilo que será a base do livro dos cem anos de Santo António de Lisboa, assim como o percurso Antoniano, do Porto até Lisboa, a passagem pelo Louriçal, e não só, uma quantidade de atividades, com quatro operadores turísticos que antes desta pandemia laboravam.

Eu queria aqui dizer que tudo isto reflete como uma palavra de agradecimento, mas acima de tudo de reconhecimento que tem o nosso concelho – quando falo isto, é muito importante, porque também falávamos aqui de transportes, tudo isso será um ponto que o Sr. Presidente da Câmara terá que avaliar no seu todo, porque também faz parte desse turismo, da proximidade entre a cidade, entre as freguesias, incluindo o Louriçal. Portanto, eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer que nem tudo é mau, e neste tempo de pandemia é importante valorizar as obras que demoraram muitos anos a aparecer, e com esta candidatura que o Município faz, e depois, ainda sem o assumir da entidade cultural, avança, e muito bem, e deixando aqui um convite para que daqui a dez meses todos possamos fazer esta visita, que tenho todo o gosto de convidar a saborearem os biscoitos do Louriçal e a doçaria conventual, e que possamos todos valorizar esta obra, que há um século se estava à espera, e que possa, sem dúvida, atrair mais turismo religioso e valorizar o



MUNICÍPIO DE POMBAL

património histórico do nosso concelho – que neste caso, o Louriçal também faz parte deste nosso riquíssimo concelho.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Dou agora, em seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, Daniel Ferreira.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Bem, mais uma vez, boa tarde a todos.

Eu pedi a palavra neste ponto para congratular o Município, o seu Executivo e todos os técnicos da Câmara Municipal de Pombal, que conseguiram, passados vinte anos, finalmente dar uma entrada digna à Freguesia de Vermoil, concluindo a Estrada da Mata do Casal Galego, que já bem merecia, e que aquela população já estava necessitada.

Aproveitar, apesar de o Sr. Presidente já ter falado no assunto, mas eu não poderia deixar de solicitar a extensão do Pombus à Freguesia de Vermoil, porque, efetivamente, nós temos o Pombus em duas das vias de acesso à freguesia, praticamente dentro da freguesia, e acho que era importantíssimo isso ser prolongado, pelo menos à sede da freguesia.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes, de Almagreira.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nem de propósito, eu também deixei aqui, na informação do Presidente, a questão dos transportes para este ponto. Também saudar o Município – já tenho referido este assunto em outros fóruns, em outras Assembleias, que este alargamento da rede Pombus, só quem vive naqueles lugares percebe basicamente a diferença entre ter o Pombus e ter, por exemplo, a Transdev. Dou-vos só aqui um episódio no início do ano escolar, e a Junta de Freguesia de Almagreira, sem qualquer complexo, quinta, sexta, segunda, conseguiu assegurar os transportes para o Louriçal, numa daquelas redes que a Transdev devia ter feito, e não fez. E não temos qualquer problema, dentro das nossas limitações – e aqui, um agradecimento aos dois funcionários a fazer horas extras, a ter que abdicar da sua vida pessoal, disseram logo que sim, e tiveram este gesto também para com a comunidade, e para com todos aqueles alunos que, infelizmente, por uma questão de organização de uma empresa privada, não conseguiram assegurar aquele serviço.

E falo aqui de uma outra preocupação, que é a questão de Barbas Novas e Bonitos, dois lugares que atualmente ainda não têm rede de transportes, nem pública, nem privada – ou seja, são dois lugares cujos encarregados de educação terão que deslocar os seus filhos para outros lugares para eles apanharem o autocarro quando ele lá passar. Isto parece uma história de há 50 anos atrás, quem não se lembra daqueles autocarros a dizer “Rodoviária Nacional”. Se queremos ir por aí, eu acho que não é esse o caminho. E congratulo a Câmara por este passo. Sei perfeitamente que não se pode fazer tudo de uma vez, e julgo que as freguesias, pelo que eu tenho percebido, estão neste caminho, e estão neste processo. E a ideia não vai fugir muito disto, ou seja, internamente, dentro das freguesias, criar uma rede de transportes mais pequenas, que depois direciona para os centros maiores, para a cidade, e para outros centros, que depois consiga fazer a distribuição das pessoas – porque esta



MUNICÍPIO DE POMBAL

mobilidade, já se percebeu, com a questão da educação, com a questão da saúde, ou temos mobilidade, ou então paramos completamente no tempo.

E passando aqui da mobilidade para esta mobilidade digital, que é outra das preocupações que nós temos na freguesia.

Eu li na informação do Presidente, e muito bem, aquele acordo que foi celebrado com a PT, agora Altice, para o alargamento da rede de fibra ótica. Nós todos aqui já percebemos – há bocado, o Eng.º Rodrigues Marques estava com problemas por causa da rede, não tem a ver com a máquina dele, tem a ver com a rede, e neste momento, nós estamos aqui todos a utilizar estas redes, se não tivermos redes – estão aqui vários professores que tiveram que dar aulas, e vão ter que dar aulas, certamente, mais dia, menos dia, por esta via, profissionais, temos lugares, felizmente, nas várias freguesias com empresas com clientes internacionais, que têm que dar resposta por esta via.

O que eu peço, no fundo, é porque na informação do Sr. Presidente também dizia que há aqui duas fileiras no nosso concelho que vão ter que ser aposta, todos percebemos, com esta pandemia, com o regresso da agricultura, da floresta, vamos ter que ver estas duas áreas como investimento, e bem. Ou seja, a informação do Presidente diz que os serviços pelo menos têm esta missão. E o apelo que eu faço – ou seja, nós, em Almagreira, felizmente ainda naquele Vale de Carnide, que se prolonga depois para o Louriçal, ainda temos agricultores que produzem arroz – as pessoas, se calhar, não sabem, mas temos mesmo agricultores, ou seja, aquele arroz que nós temos nas prateleiras, que vem dessa ribeira. Eles não pedem mundos nem fundos; já percebemos aqui pelas intervenções do Presidente que temos a questão dos caminhos, ou seja, esses caminhos poderão ser da APA, poderão ser dos agricultores, a responsabilidade pela sua conservação. No fundo, o pedido que eu faço aqui é que este investimento, quando nós inscrevemos investimento nos nossos planos de ação, que seja investimento prático. Ou seja, nesta fase, o que eles querem é uma melhoria dos caminhos, para que consigam exercer a sua profissão da melhor forma possível, e com o menor custo possível, para depois conseguirem sobreviver também dessa atividade. É um alerta, e é um pedido também que eu faço, em nome deles, neste âmbito.

Depois, a floresta, também já foi aqui falada a questão da mudança de paradigma, esta parceria que tem havido nos últimos anos, entre as Juntas e a Câmara, para que consigamos dar um outro ar à nossa floresta, ou seja, deixar de ser um problema, a floresta, e passar a ser uma mais valia para as famílias. Aqui, as Juntas têm tido um papel muito grande na execução das faixas, este ano no corte da própria madeira, e convido toda a gente a passar pelas faixas, que já temos abatido os pinheiros bravos e os eucaliptos, e têm ficado lá as árvores autóctones, o que nós chamamos os carvalhos, os sobreiros, e perceberem a mudança radical que temos que fazer. E este acompanhamento, como é óbvio, não é o trabalho de um ano, nem de dois anos, vai ser desta geração, à volta das nossas populações – e convido também toda a gente a ouvir os telejornais, nos últimos tempos, os últimos incêndios, e a frase por baixo “Caminhos florestais sem acessos”, “Florestas não têm acessos”, o Comando dos Bombeiros não consegue passar. Há uma continuidade florestal, o incêndio propaga-se a outro concelho. Esta mudança de paradigma depende muito – e aqui, um agradecimento aos particulares, que eu julgo – e eu falo por Almagreira, mas penso que nas outras freguesias também está a acontecer o mesmo – que já perceberam que também têm que ser parte da solução. Primeiro, um agradecimento a todos aqueles que já nos ajudaram a cortar essas árvores, e sabendo perfeitamente que não é fácil, porque aquela



MUNICÍPIO DE POMBAL

herança, aquele património pessoal, aquela mais valia que ao fim do mês ajuda àquela pequena reforma de que as pessoas vão sobrevivendo, mas percebendo que aquela árvore, no fundo, depois poderá ser para proteger toda a floresta e toda esta economia familiar, que hoje em dia, em termos de pandemia, quer a agricultura, quer a floresta, irão ajudar certamente muitas famílias do nosso concelho.

Depois, uma última nota para a questão social – e quem está no terreno percebe perfeitamente que esta pandemia não acabou, estes problemas da saúde, é uma área que não vai ser fácil resolver – o Dr. Coucelo, e bem, perito na matéria, já o disse, e toda a gente sabe, o grande problema aqui são os recursos, recursos implicam dinheiro, implicam investimento, implicam organização, gestão. E depois, na outra parte, temos a parte social, que, no fundo, é a consequência, é o tal abandono, é termos pessoas isoladas, e perceber que resposta – e neste caso, também dar os parabéns ao Município, aos técnicos do Município, e aqui uma nota às Comissões Sociais de Freguesia, uma mais valia, sem dúvida. Quem está no terreno sabe perfeitamente que têm sido fundamentais, aquelas únicas pessoas que as pessoas veem, em quem podem confiar, as pessoas contam os problemas, da água que foi cortada, que não conseguem pagar aquela despesa, temos idosos a fazer contratos com operadores com serviços que nem existem, e chegam ao fim do mês e depois não conseguem pagar esse serviço que contrataram, e nem sabem como é que contrataram, e não têm ninguém a quem recorrer. Eu vejo alguns relatórios das técnicas desta área que referem que primeiro tem que ser a família a resolver, e bem, só que, infelizmente, hoje em dia, essa família já resolve menos problemas, essa família já fica mais distante das pessoas. E infelizmente, tem que ser o público – neste caso, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal – a tentar resolver o problema daquelas pessoas.

Aqui, esta palavra vai para a Câmara, este projeto já não é novo, vamos para o terceiro ano, nós temos técnicos com vínculos precários – ou seja, a recibos verdes – coisa que eu digo, na minha freguesia – e há bocado falámos dos recursos nas escolas, que é um assunto que nós temos que ponderar, porque nós temos recorrido aos recibos verdes para colmatar a falha que os Ministérios, neste caso da Educação, não conseguem colmatar. Neste caso, nas Comissões Sociais, temos recorrido também, e foi a única forma de nós conseguirmos ter técnicos superiores nesta área, e o desafio que eu lanço, se a Câmara e todas as outras freguesias entenderem que este processo é uma mais valia, temos que pensar num futuro enquadramento destes técnicos, que estão a fazer um excelente trabalho para o desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso Concelho de Pombal.

Da minha parte agora é tudo. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Eu venho falar neste ponto para referir algumas das informações que vêm, nomeadamente nas páginas 80, 107 e 151 da informação do Presidente.

Faço referência inevitavelmente a um assunto que preocupa aqui no Oeste. Há pouco, ao ouvir as palavras do Sr. Presidente, ao referir-se à Bancada do PS, cheio de razão, relacionado com o posicionamento do PS em relação à saúde e ao estado em que a saúde vai ficar, e está já hoje no concelho, derivado das decisões que o Governo tomou, e que, depois, é estranhamente incómoda a situação para os deputados do PS na Bancada aqui na



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assembleia Municipal, que veem os serviços de saúde das freguesias que representam também a ficarem cada vez em pior estado.

E o Sr. Presidente já percebeu, e penso que estão todos recordados da última Assembleia, em que eu apresentei duas moções, sozinho, subscrevi duas moções, que se a atitude do Presidente da Junta – a quem felicito e desejo as maiores felicidades para ele e para a família, agora que nasceu um novo rebento – se a atitude do Gonçalo Ramos, Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, tivesse sido aquela que o Sr. Secretário da Junta de Freguesia hoje teve, porque sentiu isso na Assembleia de Freguesia da passada sexta-feira, eu não teria tido aquela intervenção tão apaixonada e preocupada, nem a intervenção do Rui Acácio, há pouco.

Sr. Presidente Diogo Mateus, as pessoas estão realmente preocupadas; estão realmente preocupadas porque no dia 30 de junho não se contava que no dia 19 de agosto – e muito bem, e aí felicito o Sr. Presidente da Câmara – no dia 19 de agosto, vieram fazer uma reunião com os proprietários da zona norte.

Sra. Presidente da Assembleia, posso partilhar aqui uma informação no ecrã? Posso? A senhora autoriza-me a partilhar o ecrã? Vamos ver se a rede informática permite, e se não padece aqui do mesmo problema técnico de largura de banda.”

De seguida apresentou o Plano de Urbanização, referindo o seguinte:

“Este é o plano de urbanização de 2005, que é aquele que, segundo consta, faz hoje parte integrante do PDM Municipal. Com alguma pena, o assunto não foi tratado ainda por mais ninguém, mas penso que estão todos a ver uma planta, o que está marcado a azul é a zona industrial da Guia. Nós temos que ter a noção que Pombal e a Guia são dois motores para este avião que é Pombal. Pombal tem um potencial brutal, e penso que estamos todos de acordo, sermos atravessados pela A1 em Pombal, pela A17 na Guia, ter a Linha do Norte em Pombal, ter a Linha do Oeste, aqui esta Linha do Oeste junto à zona industrial, são vantagens competitivas que mais ninguém tem, mais ninguém tem neste corredor. E não podemos desperdiçar esta oportunidade, Presidente.

E aquilo que preocupa as gentes do Oeste, e também a Bancada do PSD aqui no Oeste, naturalmente, é esta situação: estava prevista só esta zona a azul do lado nascente da Linha do Oeste, para ampliação, o que dava cerca de seis hectares, que se contava que viesse a ser ocupada, se calhar, por três ou cinco empresas – ou seja, seria loteado – e não acontecer a cedência, que é legítima, mas que preocupa, de doze hectares – é uma imensidão, é de perder de vista.

Eu até gostava que a Sra. Presidente convidasse os membros da Assembleia para visitar este espaço, para perceberem quão grande é o espaço que foi a hasta pública, e que só houve um interessado, que são doze hectares. É uma imensidão de terreno, sem que ninguém nos saiba dizer para que é que é. A população passou a estar extremamente atenta, e nós, até na moção que eu apresentei, e que já tinha sido, em parte, votada na Assembleia de Freguesia, a 19 de junho, nós não somos contra a empresa em si, nem contra o investimento. Mas, o Sr. Presidente, e muito bem, foi comprar, e está a fazer o processo de compra, nesta zona aqui em frente à zona industrial, do lado poente à linha, ou aqui junto aos aviários, ser numa outra localização, ou em frente de outra localização. É óbvio que quando vimos uma das hipóteses que o Sr. Presidente colocou – e esta é uma pergunta muito concreta, que tem a ver com a expansão da zona industrial, o levantamento cadastral que foi subscrito pelo Sr. Presidente, aqui num edital assinado no dia 27 de fevereiro deste ano – recordo que no dia



MUNICÍPIO DE POMBAL

28 de fevereiro foi à Assembleia Municipal, no dia anterior foi subscrito um edital que dizia “levantamento cadastral das zonas situadas a sul e a nascente da variante que dá acesso (...) o objetivo destes trabalhos é dar continuidade à expansão daquela zona industrial.”

Os Guienses precisam de saber que a zona industrial não vai crescer para estas áreas, Presidente. O Presidente tem que dizer hoje, para descansar os Guienses, que a zona industrial não vai crescer para a zona da estação, aqui para a zona das Alminhas, nem vai crescer para a Lagoa. Todo este espaço é aquele espaço cedido à Lusiaves, ao Grupo Lusiaves. Nós, aqui no Oeste, conhecemos a realidade das duas povoações, que têm os maiores investimentos industriais da região, não foi por isso que a população viu a sua situação melhorada. E o que nós estamos a querer salvaguardar é que a localização aqui é importante, e repare, aquela informação do Prof. Manuel da Mariana, na intervenção dele relativamente aos cheiros que ocorreram, é algo que as pessoas temem. A Lusiaves tem um histórico menos simpático aqui na zona Oeste, o Grupo é grande – ainda estava a decorrer a Assembleia de Freguesia, na sexta-feira, e havia uma vigília numa das empresas do seu Grupo na Azambuja, com problemas com trabalhadores – obviamente que a população gostava que o Presidente de Câmara a sossegasse, e não perdendo o negócio – nem este, nem os outros que estiveram na base da compra dos terrenos, porque nas reuniões de aquisição dos terrenos que agora foram cedidos à Lusiaves, o Sr. Presidente informou que as empresas que vinham para aqui não eram a Lusiaves, eram outras empresas, eram vários lotes que eram dispensados ali, e é isso que é importante, Presidente. Ninguém está contra o Executivo Camarário; estamos é extremamente preocupados e apreensivos, porque depois de esta indústria se instalar, teme-se que o impacto dela, em termos económicos, seja contraproducente, e que o resultado que se espera não se consiga acautelar, porque a partir do momento em que este investimento se concretize, já não há nada a fazer. E o senhor comprou agora, e está nessa fase de compra de terrenos na zona norte – salvo erro, eram vinte e oito hectares, mas os senhores vão comprar quarenta e quatro hectares. Quarenta e quatro hectares certamente dão para realocar a empresa, reduzindo o seu impacto junto do espaço urbano da Vila da Guia. E é só isso que as pessoas pretendem para já. No fundo, Sr. Presidente, não permitir o senhor dizer hoje que não há expansão a nascente da zona industrial, da Linha do Oeste, e que a Lusiaves ainda tenha da sua parte a possibilidade de se realocar, e não dar continuidade aos trabalhos que já começaram, e que estão a preocupar – começaram na sexta-feira, está aqui uma giratória no meio da propriedade, não sei se foi contratada pelo Município, ou se não, mas pronto, em que mostra já o início de trabalhos.

Por isso, Sr. Presidente, não há aqui nenhuma má opinião em relação ao investimento, há uma grande preocupação, principalmente na realocação da empresa no espaço industrial – há várias soluções, na proposta de moção que eu apresentei em junho tem três localizações alternativas no mesmo corredor, que foge ao espaço urbano, foge a um corredor de cheiros por causa dos ventos predominantes, e garante aos Guienses que não vai fazer a ampliação da zona industrial para os vinte hectares em que mandou fazer o levantamento cadastral que vai para a zona das Alminhas e para a zona da Lagoa, para sossego da população em geral.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Pedro Pimpão, se faz favor.”

Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Queria aproveitar este período em que falamos das informações do Sr. Presidente sobre a atividade desenvolvida nos últimos meses para destacar aqui alguns pontos que eu acho que é importante realçar, porque está aqui explanado o trabalho dos diversos serviços da Câmara Municipal, e também estão aqui transcritos alguns dos compromissos que nós assumimos em termos eleitorais, quando nos candidatámos para estas funções, e que eu acho que é importante realçar de forma positiva, porque é a nossa palavra que está em causa, e é bom que as pessoas percebam o nosso trabalho – e é isso que estamos a fazer hoje – em prol delas, na melhoria da sua qualidade de vida, na melhoria do seu bem-estar. E por isso, queria destacar aqui alguns pontos, e começava desde já pela requalificação do IC2. Já não há palavras para qualificarmos o estado em que está esta estrada, e por isso, tomámos boa nota de que o anteprojecto de intervenção, desde as Meirinhas até Pombal, que já foi aprovado pela Infraestruturas de Portugal, e que deve ter a maior urgência, efetivamente, para o terreno, mais uma vez substituindo aquilo que deveria ser uma prioridade da Infraestruturas de Portugal, do Ministério das Infraestruturas a nível nacional, intervenção essa que foi feita em Leiria, foi feita em Condeixa, e mais uma vez Pombal ficou prejudicado. E por isso, é muito importante que esta intervenção seja realizada, porque é uma via verdadeiramente importante, e que merece esse tratamento, obviamente. Assim como a continuidade do projeto, desde Pombal até à Redinha, passando por Almagreira e Pelariga, porque faz sentido que este projeto seja um projeto conjunto, porque todos os que usufruem desta estrada sentem esta necessidade.

E deixava aqui uma questão ao Sr. Presidente, que tem sido uma das minhas preocupações, e que se prende com a segurança rodoviária, nomeadamente junto à cidade de Pombal, e com a passagem desnivelada junto da Rua do Seixo. Nós entendemos que é urgente que se avance com essa passagem desnivelada para peões junto à Rua do Seixo, é também uma ambição com décadas de reclamações por parte da população, reclamações legítimas. E por isso, Sr. Presidente, gostaria de saber se tem alguma informação adicional que nos possa dar relativamente a este projeto em concreto, que nós entendemos que deve ser altamente prioritário no seio de toda a intervenção, mas que este projeto tem capacidade ou condições para, de forma autónoma, ser implementado.

Falando em rede viária, queria aqui também destacar o enorme investimento que está a ser feito na Freguesia de Pombal ao nível da requalificação da rede viária das nossas aldeias, e isso merece um destaque positivo, porque estamos em sede de Assembleia Municipal, e normalmente fazemos sempre solicitações à Câmara Municipal, e é bom também perceber quando nomeadamente os técnicos se empenham para concretizar aquilo que foram os compromissos que nós assumimos. E por isso, queria destacar aqui o investimento que está a ser feito na zona da Ranha de Baixo, que há muito precisávamos, e que as pessoas ansiavam por esse investimento, a requalificação da rede viária da Ranha de Baixo e da construção dos passeios, assim como na zona da Cavadinha, nos Malhos, nos Afonsos, nos Crespos, porque, realmente, aquelas estradas precisavam de intervenção, fazendo aqui um apelo ao Sr. Presidente para que seja concluída a ligação do Vale da Cavadinha aos Malhos, são cerca de oitocentos metros, mas é muito importante para as pessoas que moram nestas



MUNICÍPIO DE POMBAL

aldeias. E por isso, queria deixar aqui esse apelo, agradecendo o investimento que está a ser feito ao nível da rede viária, e que agora vai ter continuidade, porque está previsto investimento na melhoria das estradas do Casalinho, continuando para Vermoil, assim como na zona de Flandes, Águas Férreas, na denominada Estrada dos Peregrinos, na zona do Barrocal, na zona de Vicentes, alguns investimentos que ainda estão a ser também preparados e lançados no terreno, e merecem esse destaque positivo, porque nós tínhamos falado de várias áreas, e falamos, e preocupamo-nos com várias áreas de intervenção social, cultural, desportiva, ambiental, mas também é importante garantirmos estas questões básicas para a nossa comunidade.

E queria também destacar aquilo que é o prolongamento do corredor ribeirinho junto ao Rio Arunca, porque eu acho que é dos projetos – na altura, lançado pelo Eng.º Narciso Mota, e que agora vai ter continuidade, porque é, sem dúvida, um dos projetos mais interessantes e com maior fruição por parte das pessoas. E por isso, creio que estes quatro quilómetros que se perspetivam agora de prolongamento para sul da Freguesia de Pombal, quer ao nível da rede pedonal, quer também ao nível da rede ciclável, vão fazer com que as pessoas possam usufruir ainda mais do Rio Arunca, ou pelo menos é um incentivo à adoção de comportamentos saudáveis. E isso, para mim, neste contexto da promoção do bem-estar das pessoas, assume aqui muita importância. E é um investimento que deve ter continuidade para as freguesias a sul de Pombal, e também para as freguesias a norte de Pombal, para que cada vez mais pessoas possam usufruir desta infraestrutura – porque estamos a falar, neste caso concreto, de um investimento de setecentos mil euros (700.000€), ou seja, estamos a falar de muito dinheiro, mas é um investimento que eu acho que é muito positivo.

Relativamente ao Rio Arunca, eu tenho a certeza, e espero que este também seja um investimento na valorização do próprio rio, e por isso, tomei boa nota também da intervenção do Sr. Presidente de Câmara, e da necessidade que nós temos de acompanhar aquilo que são as intervenções necessárias para, nomeadamente, controlar aquilo que são as descargas que são feitas no rio, e sobretudo promover e salvaguardar a biodiversidade do nosso rio, que é importante que seja assumida também como uma prioridade. E como sabemos, é uma competência que é partilhada por instituições, nomeadamente a APA e o próprio Ministério do Ambiente, que deveriam ter também mais recursos e alocar mais meios para preservar e valorizar o nosso rio.

Por último, um apontamento, porque eu acho que é muito importante nós falarmos da dinamização cultural. Eu acho que quando falamos em cultura, falamos de marcas distintas dos nossos territórios, fator de atratividade da nossa comunidade. E durante o verão, nós tivemos uma panóplia muito alargada e diversificada de manifestações artísticas na nossa Praça Marquês de Pombal, que merecem aqui um destaque pela positiva, porque durante o verão tivemos muitas iniciativas, e tivemos uma grande adesão por parte das pessoas, que encheram quase por completo todos os espetáculos que foram promovidos na Praça Marquês de Pombal. E a Praça efetivamente foi palco, e o palco foi a Praça, e isso merece esse realce positivo. Assim como a prioridade que nós tínhamos assumido que iríamos dar à valorização da zona histórica, e que agora tem que ter continuidade, num conjunto também de medidas, do ponto de vista económico e urbanístico, para promover a revitalização da zona histórica na nossa cidade. E queria deixar essa nota positiva.

E falando de cultura, dar os parabéns à Biblioteca Municipal pelos vinte e dois anos e pela dinâmica incutida na equipa que é liderada pelo Nelson Pedrosa e por todas as pessoas que



MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalham nesta área. Felicitar o Filipe Eusébio, que foi nomeado o Diretor Artístico da Casa Varela, que é um projeto que eu acho que tem muito potencial, e conhecendo o Filipe como eu conheço, e também reconhecendo o amor à terra, a sua capacidade e o seu talento, aumenta a minha expectativa pessoal sobre aquilo que podem ser as dinâmicas culturais que podem ser promovidas com base no trabalho que deve ser desenvolvido na Casa Varela.

E por último, uma palavra para a Sociedade Filarmónica Louriçalense, porque no sábado passado – como muitos dos presentes – estive presente no Instituto D. João V, no aniversário da Sociedade Filarmónica Louriçalense, e tenho que destacar a elevação que teve aquela cerimónia, o nível de envolvimento de todas as instituições da Freguesia do Louriçal, e também a nível concelhio, e eu acho que isso ajuda a valorizar o nosso território, porque a forma como foi escolhido para celebrar cento e noventa e cinco anos de vida – cento e noventa e cinco anos de vida, são muitas gerações – com o trabalho que foi feito, de levantamento de tudo aquilo que foi o essencial da história da instituição, e sobretudo daquilo que era a importância para a comunidade das outras instituições da freguesia, é realmente um trabalho notável, que foi coordenado pelo Presidente da instituição, Célio Dias. E eu queria aqui deixar nota pública desse trabalho, que é um trabalho que vai ficar para as próximas gerações terem conhecimento daquilo que foram as dinâmicas desenvolvidas numa das freguesias com mais história do nosso concelho, como o Sr. Presidente de Junta também frisou, e que merece, realmente, esse destaque positivo, porque isso vai ajudar, no futuro, a valorizar o nosso território.

E eram essas as notas que eu queria deixar nesta minha intervenção. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vou passar agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Bem, a minha intervenção é sobre o ponto em que estamos, que é sobre a informação do Sr. Presidente da Câmara. Portanto, o que eu vejo é que pessoas que me antecederam vieram para aqui abordar assuntos que não estavam neste ponto. E portanto, chegámos a um momento em que eu pergunto se podemos trazer aqui todos os assuntos e mais alguns.

Posto isto, vou passar ao assunto que me fez marcar a minha intervenção neste ponto, que é a informação do Sr. Presidente da Câmara.

Na página 59, relativamente ao Gabinete Técnico Florestal, que tem a ver com o âmbito da Proteção Civil e Florestas, é referido que foi feito o acompanhamento da execução das faixas de gestão de combustível, nos dez metros paralelamente à rede viária municipal, e elaboração de relatórios no âmbito dos contratos interadministrativos celebrados com as Uniãos e Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal. Ora bem, o que é que nós constatamos? E isto, penso que é do conhecimento dos cidadãos que passam nas vias que, por exemplo, fazem fronteira ali com o Concelho de Leiria: verificamos que o Concelho de Leiria, de um lado da estrada, temos a gestão efetivamente bem executada das faixas de gestão de combustível, está bem executado, tem o corte das árvores como deve ser; e depois, quando entramos na parte de Pombal, isso não está feito. Isso é flagrante, quem quiser vá ver, vá beber um café ali para os lados de Carnide, para aqueles lados, passe ali na Bidoeira



MUNICÍPIO DE POMBAL

e vejam a diferença, a diferença é flagrante, aqui na parte da execução das faixas de gestão de combustível.

Depois, é assim, relativamente a outras zonas, o que é que se passa? Corta-se, efetivamente, noutras freguesias, e mesmo naquelas que fazem fronteira com o Concelho de Leiria, corta-se erva, corta-se algum mato, mas não se faz esse corte da madeira. Eu verifiquei que, por exemplo, em Almagreira – eu fiz um percurso da zona de Almagreira, que passa na zona da Portela, Carrascos, nesse que tem uma grande floresta de eucalipto, e eu verifiquei que, efetivamente, ali junto à estrada está um corte do mato, estão afixados editais (que eu vi) nas árvores – eu não parei para ler, mas presumi que fossem notificações aos proprietários, e também informação daquilo que estaria a ser, ou que foi intervencionado.

Agora, eu pergunto: aquelas árvores são eucaliptos enormes, elas estão mesmo junto ao alcatrão, junto ao local onde passamos, e realmente, quando passamos nessas zonas, assusta pensar que em caso de incêndio, não há salvação possível para quem vá naquela estrada. Eu sei que a Junta de Freguesia de Almagreira tem sido muito empenhada, e o Presidente da Junta tem vindo em todas as Assembleias falar neste assunto, bater neste assunto da questão da gestão das faixas, mas o que verificamos é que, na prática, depois, não há o corte como deve ser dos tais dez metros paralelo às vias de circulação, e vias principais de circulação.

Relativamente à injeção de recursos do Município para colmatar alegadas faltas de recursos da Administração Central, eu partilho da opinião do Sr. Deputado Coucelo sobre – pelo menos foi isso que eu percebi, que já trabalhou com a atual Ministra da Saúde, e que entende que é uma pessoa empenhada e competente, e eu partilho dessa ideia desde o início, nós partilhamos disso. E como a mesma já disse, e tem vindo a dizer desde o início do seu mandato, há um grande, grande problema, e o maior, talvez, da saúde em Portugal, que ela própria diz, e que ela estava empenhada em resolver esse problema, que é a gestão de recursos. Há um problema enorme na gestão de recursos. Portanto, há sítios em que nós sabemos que efetivamente faltam recursos, há outros em que nós sabemos que têm muitos recursos, se calhar recursos a mais – ou seja, não há, se calhar, aquele equilíbrio que deve existir – e depois, sabemos que na maior parte, se calhar quase na totalidade daqui das entidades, hospitais, Centros de Saúde, todas estas entidades, há um problema na gestão dos recursos em cada entidade. A gestão não se faz bem feita. E eu ouvi a Ministra, assim que ela tomou posse, a dizer: “Eu estou empenhada em resolver o problema da saúde, e para mim, o maior problema da saúde é a gestão de recursos.” E portanto, eu presumo que ela queira terminar o seu mandato, efetivamente, a tentar resolver esse problema da gestão de recursos. E o que é que nós vemos? Tal como eu disse há pouco, o que é que nós temos de perceber? Onde é que está o problema? Está na gestão local, está na gestão regional.

Eu pergunto, e deixo esta reflexão: há um problema de gestão de recursos, que pode ser local, pode ser regional, é preciso apurar isso. Que efetivamente há ordens expressas, escritas, para que se retomem os cuidados de saúde às pessoas, há. Agora, é preciso dizer em concreto às pessoas – em concreto – onde é que está a falha. E o Partido Socialista não demonstra embaraço, ao contrário do que disse o deputado Manuel António, não demonstrou embaraço absolutamente nenhum; demonstrou empenho e preocupação. E foi essa a minha intervenção, e lamento que esse deputado tenha deturpado completamente o sentido da minha intervenção.

Tenho dito, Sra. Presidente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço.

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Obrigada.

Neste ponto da informação do Sr. Presidente à Assembleia, gostaria de falar aqui de duas matérias.

Em primeiro lugar, referir que é com muito gosto que vejo contemplada a concretização do Programa Municipal de Arrendamento Jovem “Janela 40”. Esta foi uma proposta apresentada nesta Assembleia também, pela JSD, no passado mês de dezembro, que pretende minimizar aqui a problemática que atualmente se vive no nosso concelho, da falta de oferta que leva a que nos poucos imóveis que existem disponíveis as rendas sejam muito elevadas, e por isso pouco acessíveis a jovens em início de carreira. E portanto, gostaria de congratular o Município por ter acolhido esta proposta, que acredito que terá um impacto muito positivo e constituirá um forte contributo para a emancipação dos mais jovens.

Ainda com base naquela que foi a informação trazida a esta Assembleia, na qual nos são dados a conhecer os números do desemprego do primeiro semestre deste ano, pode constatar-se, então, um aumento gradual do número de desempregados de março a maio, muito provavelmente devido ao contexto de pandemia em que vivemos, e uma pequena redução daí em diante. E então, tinha duas questões para fazer ao Sr. Presidente, acerca das medidas que foram e/ou serão ainda promovidas para fazer face a esta problemática, agora acentuada pelo contexto de pandemia, e nesta linha, aproveitava também para questionar quais é que são as conclusões da monitorização do clima económico no concelho, que também foi referenciada nesta informação, e qual é que é o objetivo concreto do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Empresarial, quem o constituirá, e qual é que será a linha estratégica deste concelho.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão.

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço desculpa por voltar um bocadinho atrás, mas a questão de que eu queria voltar a falar também se prende com as informações do Sr. Presidente da Câmara.

Ora bem, como esta Assembleia está a ser transmitida, e há munícipes interessados, eu recebi por mensagem cópias de dois documentos. Um é a cópia do auto de ocorrência da GNR sobre aquele incidente sobre o qual eu tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara, e o outro é a cópia de um e-mail dirigido à Câmara Municipal de Pombal, a informar e a dar conta do que se tinha passado. Ora bem, que o auto de ocorrência da GNR não tenha chegado aos serviços da Câmara e ao Sr. Presidente da Câmara, eu entendo, não é a GNR que tem que mandar, e percebo que não chegasse lá. Agora, um e-mail dirigido a geral@cm-pombal.pt, enviado para a Câmara, e que depois não tenha sido dado conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara, é que eu já lamento, e já não entendo muito bem. Portanto, penso que aqui, se calhar, estamos, no mínimo, perante uma falta dos serviços da Câmara.

É só. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Vou dar a palavra ao Sr. Presidente Nélson Pereira.”

Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ora, boa tarde a todos. Começo por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, e todos os deputados presentes nesta Assembleia.

Eu vou começar a minha intervenção com os transportes públicos, pois é de lamentar, e muito triste, todos os dias, e várias vezes por dia, ter munícipes a pedir ajuda sobre os transportes públicos, principalmente nas zonas onde as pessoas de mais idade não têm outro transporte para se deslocar à cidade, e sucessivamente estão a pedir-nos ajuda. Nós vamos tentando colmatar, dizendo que estamos à espera para ver se a Transdev começa a fazer o trabalho, mas não tem sido fácil.

Como já falei com o Presidente da Câmara, também pedia ajuda neste aspeto, porque é bom ouvir que a Freguesia de Pombal está toda contemplada com o Pombus, mas fico um pouco triste quando eu tenho a minha entrada de freguesia a um quilómetro de onde para o Pombus – ou seja, para no Barrocal, e já não digo para ir ao Salgueiro, ou para ir à Água Travessa. Já pedi ao Sr. Presidente, e volto a pedir, pelo menos, por favor, para vermos a possibilidade de o Pombus poder vir fazer esta circulação, que é um quilómetro, e depois, futuramente, podermos colmatar outras zonas, em que sucessivamente as pessoas estão a pedir ajuda, porque não têm outro meio de transporte. Na questão dos transportes, era isto.

Ouçó falar aí nas zonas industriais, eu acho que há pessoas que, sinceramente, estão pouco contentes com as zonas industriais que têm. Eu digo, se uns não querem, outros estão desertos, eu tenho umas duas zonas industriais, e estou cá para aceitar muitas empresas que venham para a nossa zona industrial.

Outro assunto de que eu queria falar é sobre as faixas de gestão, de dez metros. Aqui para a Sra. Elisabete Alves, eu vou informar; a Dra. está dentro da área jurídica, deve saber que não há Lei nenhuma – porque quem inventou a Lei, é fácil inventar a Lei sentado numa cadeira, mas eu convido quem inventou a Lei, ou convido a Sra. Dra. para vir falar com os populares que nos ameaçam em tribunal se nós cortarmos as árvores. E eu pergunto, Dra.: há alguma Lei que salvasse o papel do Presidente da Junta, ou o papel do Presidente da Câmara, em tribunal? É que não há Lei que salvasse a nossa pele, infelizmente. Eu tinha todo o gosto em fazer as faixas, com o abate das árvores, mas, infelizmente, não o faço porque simplesmente não estou para ir a tribunal por uma coisa que não é minha. Eu luto pelos direitos de toda a minha freguesia, mas não estou para me meter em alhadas, em tribunais, quando sou ameaçado disso. Peço desculpa, mas eu não o faço.

Na questão dos fogos, por conhecimento próprio, os dez metros ajudam, mas não são os dez metros que nos salvam de nada.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Dou agora a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia do Carriço, Pedro Silva.”

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Muito obrigado por me deixar intervir neste ponto.

Eu percebo a Dra. Elisabete Alves, que tínhamos de ir diretos ao assunto, que era a informação do Presidente, mas não posso deixar de dar resposta ao deputado Manuel António, e atendendo a que até já foi Presidente, e acho que é uma falta de respeito, enquanto Presidente de Junta que já foi. Eu estou aqui de uma forma colaborante, e ele foi colaborante enquanto Presidente de Junta, mas neste momento não está a querer colaborar



MUNICÍPIO DE POMBAL

com o Concelho de Pombal. Na zona Oeste existe o Carriço e o Louriçal. Quando o senhor diz que os melhores pontos de referência são Pombal e Guia, é mentira. O Carriço é das freguesias mais bem situadas para futuras zonas industriais. Com todo o respeito, não lhe admito que deixe o Carriço para trás, porque o senhor, antes de chegar à Marinha das Ondas, tem que passar pelo Carriço, o Carriço já tem a linha ferroviária da estação do Louriçal – que tem o nome de Estação do Louriçal porque, infelizmente, a Freguesia do Carriço já veio muito depois da Freguesia do Louriçal – e já faz os transportes de areias e madeiras, já faz o transporte de passageiros, tem os melhores acessos, nomeadamente o IC8, a A17 e acesso à A1, a freguesia tem um potencial económico muito grande, os próprios industriais e futuros industriais procuram a Freguesia do Carriço para investir, nomeadamente na parte alimentar – como o senhor deve ter conhecimento, neste momento a Freguesia do Carriço já tem um Pingo Doce, há sinal de respeito pela Freguesia do Carriço, os próprios industriais da Freguesia do Carriço, pequenas e médias empresas de excelência, têm desenvolvido enormes áreas, e têm envolvido as suas empresas, e têm ampliado as suas empresas, nomeadamente com postos de trabalho também.

Portanto, a Freguesia do Carriço merece todo o respeito, e tem que haver um equilíbrio empresarial no Concelho de Pombal. Isto para dizer, Sr. Deputado Manuel António, o Carriço está no terreno, o Carriço tem potencial, e acredito que o Sr. Presidente da Câmara vai olhar com bons olhos para a Freguesia do Carriço, também nesta área económica.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora, para terminar, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes, para uma segunda intervenção. Faça favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

No fundo, só para prestar aqui um pequeno esclarecimento à Dra. Elisabete Alves. Terei todo o gosto, se ela quiser ir amanhã à Freguesia de Almagreira, que não é só aquela estrada em que ela passou; se ela passar nos Barros da Paz, por Almagreira, já vê efetivamente as árvores cortadas. Se fizer Almagreira – Netos, e depois continuação para Soure, já vê todas as árvores cortadas. Ou seja, o princípio que tivemos aqui foi um princípio de colaboração, como dizia o Presidente da Junta da Pelariga, e bem, há bocadinho, ou seja, o mínimo de conflitos em tribunais possível – porque, como é óbvio, os editais foram assinados por mim, pus a minha cabeça, enquanto Presidente de Junta, no cepo, em que disse, e comprometi-me com os particulares, que eles teriam toda a legitimidade em serem eles próprios a gerir a sua própria madeira, e a vendê-la – estão em processos de venda, em processos de corte, e nisso, a Junta tem que ser colaborativa, porque em último recurso, a mal ou a bem – ou seja, tínhamos que chegar lá e cortar, pura e simplesmente, e depois os tribunais, os processos, os advogados que fizessem os seus procedimentos.

Agora, em Almagreira, até à data de hoje, não tenho nenhum processo, que eu conheça, em tribunal, de nenhum proprietário, temos executados, efetivamente, os vinte e três hectares com a desmatação, e temos atualmente três faixas concluídas com o abate de árvores. E nessa em que passou, como falou há bocadinho, e bem, é uma das vias prioritárias, que é a ligação do extremo norte da freguesia e o limite do concelho e distrito, que liga a Casal da Rola, no Louriçal, é fundamental. E essa via vai ser também intervencionada. Como eu digo, estamos a dar este tempo para os proprietários cortarem, nós estamos também a cortar as



MUNICÍPIO DE POMBAL

mais pequenas, e o trabalho vai ser feito. Garanto-lhe, quando quiser verificar no local – eu não vou partilhar aqui fotografias para não maçar mais ninguém, mas terei todo o gosto em levá-la lá. É um trabalho, como dizia há bocadinho, que não se faz de um momento para o outro, e tem que se fazer em colaboração com os proprietários, porque eles são os donos dos terrenos. Isto, ninguém põe em causa.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Concluindo as vossas intervenções, dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Câmara. Sr. Presidente Diogo Mateus, faça favor de intervir.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Srs. Deputados, pelas vossas perguntas e pelas vossas reflexões.

Eu continuo, nesta temática apresentada pelo deputado Rui Acácio, sem conseguir alcançar qual é verdadeiramente a preocupação maior que é apresentada pelo conjunto de cidadãos que têm apresentado a sua apreensão, do que a dita preocupação com cheiros na unidade, que ainda não conhecemos o pedido de informação prévia. E, Srs. Deputados, eu acho que sendo absolutamente compreensível que um cidadão que não tem a informação disponível, como os senhores têm, que não tem as responsabilidades que os senhores têm, e a capacidade de poderem obter os esclarecimentos disponíveis que estão no Município – eu admito que o sítio onde possa haver mais informação sobre estes temas seja no Município, e por isso, sempre que sou surpreendido com declarações em que eu não consigo encontrar fundamentos, pergunto às pessoas de onde é que poderá vir essa sua certeza nas declarações que produzem para apresentar tal apreensão – que aos Srs. Deputados todos, e a mim também, compete muito mais explicar, auxiliar, divulgar e acalmar, do que fazer o discurso da radicalização, do exagero, da especulação e da baralhação. E portanto, se os senhores não têm informações que vos permitam fazer uma avaliação séria, como aquela que nós aprovámos por unanimidade que deveria ser feita, com os critérios de legalidade que os licenciamentos devem ter, e com o respeito de um espaço, que ao contrário do que foi dito, é um espaço que tem aptidão para espaço industrial – o terreno que foi vendido é um terreno que tem aptidão para atividades económicas, nem fazia sentido nenhum que a Câmara estivesse a vender um terreno com aquela finalidade, que não a tivesse presente. E não vale a pena virmos aqui apresentar planos de urbanização de 2004, está tudo revogado; utilizaremos as regras, os instrumentos de gestão territorial que estão em vigor, não é aquilo que nós gostaríamos que fosse feito, e que lá esteve – isso é tudo história, não interessa para nada. O que nos interessa é o que está em vigor, e é com essas regras que se licencia, e é com essas regras que se indefere, não é com mais nada do que isso. Estamos num Estado de Direito.

E portanto, eu gostava que os senhores nos ajudassem a perceber, com realismo, quais são, de facto, esses propósitos, esses transtornos que foram aqui apresentados, que eu continuo a não perceber quais são, de facto, até por uma razão simples: nem os senhores o podem dizer. Por quê? Porque se não há uma informação prévia, como é que os senhores podem saber quais são as intenções dos investidores? Por que carga de água é que seria razoável que alguém tivesse essa informação antes de o próprio investidor formalmente a apresentar à Câmara, e cumprir o conjunto de requisitos que a Lei e a Câmara estabelecerão como obrigatórios para poder licenciar a unidade? Tenhamos calma. E portanto, até ao dia 11 de março, aguardaremos o pedido de informação prévia para perceber todos esses detalhes, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

fazermos a discussão com propriedade, com informação, com o esclarecimento que, efetivamente, nos auxiliará a perceber o que é que devemos apreciar.

Eng.º Rodrigues Marques, eu confesso-lhe que ouvi muito mal a sua intervenção, percebi que tinha a ver com o Sr. Comendador Manuel da Mota, calculo que tenha a ver com o acidente que tivemos naquela rotunda. Mas, não desrespeitando, de todo, a memória e todo o trabalho do Comendador Manuel da Mota, de facto, o senhor está a ficar velho, porque noutra altura tinha sido o senhor que lá tinha posto a boneca, não era o senhor que lá a ia buscar. Portanto, de facto, o tempo vai passando, e o senhor também vai amolecendo e percebendo, de facto, que as coisas foram feitas de maneira diferente. E portanto, estamos a aguardar que com a companhia de seguros tudo se esclareça, para que haja condições para fazermos a reparação da rotunda, se foi essa a questão que apresentou.

Sra. deputada Célia Cavalheiro, como sabe, é possível, nos termos do regulamento municipal de águas residuais, podermos receber nas redes domésticas algum tipo de águas residuais industriais, desde que previamente avaliadas pelos nossos serviços do departamento, e em alguns casos, sujeitas a pré-tratamento feito pelas respetivas unidades industriais. E portanto, isso obriga a que, anualmente, seja feito um conjunto de formalismos, além de colheitas que são feitas de acordo com o critério que o departamento estabelece, para se perceber se as características da água rejeitada são, ou não são, compatíveis com as características da água que nós podemos tratar nas nossas estações.

E portanto, a Eng.ª Marisa Pedrosa é a responsável por essa área. Se precisar de algum detalhe mais profundo, ele ser-lhe-á dado. Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: não creio ser bom propósito, nem boa metodologia, partir do pressuposto que todas as indústrias querem incumprir e rejeitar clandestinamente, através dos canais municipais, águas residuais. Acredite que, ao contrário do que possa passar pela cabeça de alguns, os nossos industriais não querem problemas com as questões ambientais, não querem prejudicar a sua boa reputação, as suas marcas, o seu bom nome; querem fazer as coisas bem feitas. E portanto, mesmo que possa parecer algum atrevimento dizer que é fácil manipular resultados, eu julgo que o que é mais difícil é a senhora poder comprovar objetivamente isto. E portanto, eu acho que nós não podemos ficar aqui por observações que são atiradas para o ar, sem qualquer tipo de fundamento; devemos ter aqui uma base de seriedade e de objetividade nestas observações, porque nem nós queremos que eles nos façam isso, nem sinto que eles o façam. E portanto, não tenho razão nenhuma para acreditar que isso possa ser verdade. Pode haver situações que corram menos bem? Naturalmente, também acontece, às vezes, com o próprio Município, e basta termos uma descarga que opere, por exemplo, nas águas pluviais e que entre na rede doméstica, e evidentemente que temos esses problemas, e quem tem uma rede de milhares de quilómetros está sujeito a que isso possa acontecer, sem que haja, até em alguns casos, autorizações para isso acontecer. Já aconteceu na zona industrial da Guia, já aconteceu isso, com autos e com intervenções policiais, e outras de investigação, precisamente para se apurar quem é que seria o responsável por essas descargas.

Sobre a pergunta das Cidades Amigas das Crianças, houve uma auscultação pública, e eu espero que daqui a uns quinze dias tenhamos respostas sobre o ponto de vista também da estratificação, para podermos responder de forma mais detalhada às perguntas.

Os planos de contingência dos pavilhões existem, estão aprovados, de outra forma não podia ser. Alguns deles começam já a ter atividade – como, aliás, também na piscina – para podermos repor todo este funcionamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sr. Presidente da Junta do Louriçal, relativamente às questões turísticas, eu quero aproveitar esta ocasião, porque na discussão que existiu com a equipa técnica que está a produzir o Plano Estratégico do Turismo, esta matéria foi bem apreciada pelos Srs. Presidentes de Junta, fomos retificar um dos pilares estratégicos da nossa atuação, precisamente fazendo essa correção, incluindo como um dos principais itens, uma das âncoras da estratégia do turismo no Concelho de Pombal, aproveitando bastante esta tradição, e nomeadamente a questão patrimonial em que o Louriçal tem aqui uma influência importante. E portanto, toda essa cooperação do Louriçal é importante, nomeadamente as próprias iniciativas que a Junta tem desenvolvido. E esta iniciativa do financiamento para a Igreja do Recolhimento no Louriçal é uma iniciativa – como, aliás, muitas das nossas freguesias fizeram para outras matérias, os Moinhos das Corujeiras, através de Abiúl, por exemplo, que nos mostram trabalho e intenções das nossas freguesias.

Sr. Presidente da Junta de Vermoil, sobre as questões do Pombus, deixem-me dizer-vos o seguinte: a circunstância de vivermos com lotações limitadas no Pombus obriga-nos a ter uma frequência de passagem maior do que seria expectável em alguns lugares da Freguesia de Pombal. Não digo que eles não mereçam, digo é que, se calhar, não é preciso passarmos tantas vezes em alguns sítios. O que significa que a mesma rede, com os mesmos motoristas, fazendo os mesmos quilómetros, pode provavelmente ir mais longe, e ampliar a área que é coberta. Nesta fase, nós não o conseguiremos fazer, por força da Covid; espero – como, aliás, fizemos da primeira alteração para a segunda do Pombus, quando fizemos a ampliação dentro da Freguesia de Pombal, foi através da revisão de todo o processo de operação, que nos permitiu melhorar os tempos de passagem, modificar os locais onde íamos, ganharmos espaço para irmos mais longe, e com isso densificarmos nessa primeira ampliação na Freguesia de Pombal. Conseguimos a segunda, e estou convicto de que, com os meios e com as horas que temos disponíveis, poderemos ir para as freguesias limítrofes. Mas, nas condições atuais, não será possível.

O Sr. Presidente da Junta de Almagreira, na primeira intervenção que fez sobre estas questões da saúde e da questão social, eu queria enfatizar – não falando da questão da fibra ótica, porque nós temos que fazer um trabalho progressivo e com os privados a fazer investimento; nós podemos acompanhar, mas não mandamos fazer isso, é um processo que se vai desenvolvendo, no que diz respeito à fibra ótica; as questões do wireless são outra coisa, temo-lo feito um pouco por todo o território – sobre as questões das implicações sociais, eu quero dizer-vos que ainda esta semana tivemos aqui nos Paços do Concelho, no Salão Nobre, a assinatura do protocolo com a Fundação José Lourenço Júnior, de Abiúl, para um projeto de Aging in Place, envelhecimento em casa, que a Fundação apresentou, que foi financiado, e que vai complementar toda a filosofia de funcionamento do serviço de apoio domiciliário desenvolvido pela Fundação José Lourenço Júnior em Abiúl, e vai melhorar as capacidades de intervenção que existem ao nível do apoio que hoje é prestado pelas assistentes operacionais, nas higiènes, na limpeza da casa, no acompanhamento dos idosos, fornecimento de refeições, tratamento da casa, e tudo o mais que hoje é feito. E portanto, aqui acrescenta-se o trabalho de uma terapeuta, de um enfermeiro e de um auxiliar, que vai melhorar, que vai densificar essa possibilidade de as pessoas poderem permanecer na sua casa, mas com um serviço reforçado, relativamente àquilo que hoje é o SAD tradicional, mas num futuro, digamos assim, da própria estratégia de serviço social feito através das nossas IPSS's.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que, de facto, toda esta articulação desenvolvida em sede de Comissão Social Interfreguesias, da envolvente das IPSS's para fazerem atividades, para além daquelas que tradicionalmente têm vindo a fazer, está a surtir efeito, os territórios vão ganhar com isto – tivemos já um projeto, no apoio ao luto, na Redinha, na Santa Casa da Misericórdia, e teremos amanhã a cerimónia para fazer um projeto parecido aqui em Pombal, da Associação Atlas, e portanto, são três projetos de investidores sociais que o Município subscreveu e que vai financiar, e que está aprovado pela Câmara, e portanto, começamos a ter aqui alguma inovação nesta abordagem e a melhorar esse trabalho. É um trabalho que queremos que seja feito também nas freguesias, e por isso é tão importante esta colaboração com as freguesias, com as oito técnicas que existem nas Comissões Sociais Interfreguesias, e isso vai ter resultados futuros.

E portanto, muito obrigado, Sr. Presidente, por fazer esta reflexão, para nos podermos organizar e ter ideias para que, no futuro, possamos fazer coisas diferentes.

Sobre o Pombus, digo exatamente o mesmo que disse sobre Vermoil, é um trabalho que admito ser possível, mas temos que ir mais longe.

E sobre a intervenção do Sr. Deputado Manuel António, eu acho que nós temos que ter aqui, sobre as questões que aqui colocou, sobre sair do espaço urbano, sobre o corredor dos cheiros e a ampliação da zona industrial, vamos talvez começar aqui pela última parte. Não é o Presidente da Câmara que decide e que aprova os instrumentos de gestão territorial que regulam a ocupação espacial deste nosso Município; é a Câmara e são os Srs. Deputados. E nessas ocasiões é que se devem fazer estas discussões. E portanto, da mesma maneira que não existe no PDM atual nenhuma previsão de expansão de zona industrial para aquele local, não há razão nenhuma para estarmos a fazer uma discussão daquilo que hoje não é possível. Agora, a discussão futura é possível? É, é possível. Se calhar eu já não sou Presidente da Câmara, se calhar os senhores já não são membros da Assembleia Municipal, outros não são Presidentes de Junta. E agora vamos tomar decisões destas a que título, e para quê? Mas, a construção da nossa democracia faz-se com imperatividades decretadas sem fim, só porque uma pessoa, a não sei quantos anos de distância, se lembrou de fazer assim, ou de fazer assado? Desculpem, meus amigos, isso não é participação na construção de políticas, isso não são as competências deste órgão, isso não é reflexão oportuna, isso não é desenvolvimento de coisa nenhuma; isso é um capricho, isso é uma discussão absolutamente infrutífera, numa altura em que não há nenhum plano ali para ser ampliado, nenhuma modificação discutida, nenhum pedido para que isso possa acontecer – e portanto, uma coisa que não significa nada.

Isso implica que o Município não possa fazer um cadastro? Evidentemente que não. O cadastro da zona norte que foi feito, e que agora está a servir de base às nossas aquisições, já estava na Câmara desde 2009. Não foi oportuno, fizeram-se algumas aquisições, não se fizeram todas, agora estão a fazer-se estas. Ainda anteontem, ou ontem, falava com o Sr. Presidente de Junta de Carnide relativamente às questões da zona industrial de Carnide, e tem que se começar a fazer aquele cadastro da zona que interessa. Para quê? Para se começarem a fazer negociações, em alguns espaços que podem ter já essa aptidão de atividades económicas, faz todo o sentido. E portanto, eu acho que é assim que as coisas devem ser discutidas.

E trazer aqui, um antigo Presidente de Junta, Manuel António, calculo que tenha experiência suficiente para perceber que uma giratória ou uma retro que se quis fotografar,



MUNICÍPIO DE POMBAL

se fosse ver o que é que a máquina estava a fazer, facilmente perceberia que estava a arrancar um cepo. Sr. Deputado, não vale a pena irmos para aqui com filmes e inventar historietas, porque arrancar cepos é arrancar cepos. Ou o senhor acha que se não há informação prévia, vem para aqui especular, dizendo que há trabalhos a decorrer? Mas, para arrancar cepos é preciso alguma licença? Algum dos senhores me pode dizer isso? Claro que não é preciso. Se foi cortado o pinhal pelos vendedores, se o terreno já foi comprado – ainda há pouco, quando li parte da escritura, disse que a escritura foi no dia 11 de setembro, e por isso é que os 180 dias acabam a 11 de março, é disto que nós estamos a falar. Então, deixemo-nos de estar aqui a especular, e a fazer as conversas todas nestes termos.

Bem, Sr. Deputado Pedro Pimpão, muito obrigado pelas observações dos compromissos eleitorais que estão a ser cumpridos. O Presidente da Câmara tem a maior satisfação em cumprir todos os compromissos eleitorais que ele fez, e que as Juntas de Freguesia também fizeram. Aliás, como bem sabem, os que constroem em conjunto os planos eleitorais sabem que esse é o compromisso de ambos, de ambos os candidatos. E por isso, é muito bom e reconfortante sentir que, de facto, tem essa perceção, e que, evidentemente, é extensível a muitos dos outros colegas, e ainda bem que isso acontece, porque significa que estamos a trabalhar para cumprir essas obrigações.

Dra. Elisabete Alves, sobre a questão da página 59 e do acompanhamento das faixas de gestão de combustível com as Juntas de Freguesia: repare, se o Legislador – e o Sr. Presidente da Junta da Pelariga, há bocadinho, foi perentório naquilo que disse – se o Legislador quisesse, de facto, proteger o Presidente da Câmara, que ao abrigo da execução das faixas de dez metros, aprovadas nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, e que lhe removesse a responsabilidade civil e criminal de abater árvores propriedade de terceiros, o Legislador tinha-o escrito. E o Legislador não o quis escrever, mesmo depois da temperatura que o país vivia, na ressaca dos fogos de 2017, em Pedrógão Grande. O Legislador não o quis fazer, quis dizer que pode o Presidente da Câmara fazê-lo. O Sr. Presidente de Junta de Almagreira tem, relativamente aos restantes Presidentes de Junta, uma vantagem enorme: é que ele representa, por força da sua função profissional, a Estradas de Portugal em todas as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, se a memória não me falha, nas dezasseis do distrito – creio que será assim, e se assim não for, peço desculpa ao Eng.º Humberto, mas são muitas. E portanto, vai-se apercebendo das diligências que aqui e ali possam ser feitas. Como calculam, eu não vou obrigar nenhum Presidente de Junta – era só o que me faltava – a ter essa condição imperativa, para que ao celebrarmos os acordos em que as faixas de gestão são feitas pelas freguesias, essa obrigação lá está. Se os Srs. Presidentes de Junta quiserem suscitar essa possibilidade, sempre que isso acontecer, em acordo e com essa intenção absolutamente clara e sem pressão, eu assino os alvarás todos que são necessários para avisar as pessoas – como, aliás, tenho feito. Mas, esse é um assunto em que o conhecimento do território, as características da floresta, devem determinar de forma não imperativa.

E portanto, Sra. Deputada, percebo que gostasse que as coisas assim fossem, mas olhe, talvez da mesma maneira que se fazem exortações ao Governo em tanta coisa, aproveite talvez as influências junto do Partido Socialista para podermos ter, então, aqui um regime que seja bastante mais fácil para os Presidentes de Câmara. E deixe-me dizer-lhe, eu até concordo – eu até concordo – e tive ocasião de dizer a vários dos Srs. Deputados. Mas,



MUNICÍPIO DE POMBAL

repare, num país em que, depois, perante uma circunstância destas, até o Partido Comunista acha que a propriedade privada deve ficar protegida, eu já não sei, doutrinariamente e ideologicamente, para onde é que me hei de virar, já não percebo nada. Já não percebo nada, de onde é que está o interesse. Mas, acho que aqui, o interesse público deve, de facto, sobrepor-se. Enquanto não se sobrepuser, temos esta circunstância que no regime do 124 não ficou salvaguardada, relativamente ao respetivo autor.

Sobre os problemas de gestão de recursos na saúde: Sra. Deputada, obrigou-me a fazer aqui umas contas, que por mais que me custem sob o ponto de vista político, na resposta que lhe vou dar não podem ser mais expressivas: no último quarto de século, o nosso país foi governado pelo Partido Socialista 19 anos. No último quarto de século, desde 1995, o Partido Socialista governou 19 anos. Não se queixe de condições, não se queixe de recursos, não se queixe de oportunidades, não se queixe de opções políticas; queixe-se de si própria, não se queixe de mais nada, porque em 19 anos, ter estas dificuldades todas, percebemos que, de facto, não são contingências internacionais, parece ser mesmo incapacidade ou falta de vontade. E ainda é mais grave tudo isto quando sentimos todos que estas carências de recursos, que há pouco, o Dr. João Coucelo sublinhava, a que somamos os da educação, se apresentem, depois, como um grande troféu na descentralização, dizendo: agora que isto está tudo de tanga, de rastos, sem recursos e sem esperança, agora é que mandamos isto para os Municípios, que eles agora vão receber isto muito bem, recebem pouco dinheiro, porque estão lá poucas pessoas, recebem muitas expectativas, muitas responsabilidades, e vão ficar sozinhos para resolver o problema por vossa conta. E chama-se a isso descentralização. Perguntem aos Srs. Presidentes de Junta do Concelho de Pombal se nas discussões que o Presidente da Câmara faz com eles usa desta desonestidade, usa de um alijar responsabilidades para cima dos Presidentes de Junta, inconsciente daquilo que possa ser o peso para as suas estruturas, para as suas responsabilidades e para os seus orçamentos. É mais fácil dizerem-lhe o contrário, do que dizerem que isto acontece, porque eu, pessoalmente, me recuso a fazê-lo, por uma questão de honestidade e por saber o trabalho que eles fazem – por uma razão simples, eu também já fui Presidente de Junta. E não o faço porque fui maltratado, e está aqui ao meu lado o Presidente da Câmara que, na altura, fazia essa gestão, e começou a fazer essa gestão com a descentralização com as freguesias. Tem sido uma forma robusta, sólida, confiante, que nos permite hoje ter os Presidentes de Junta a fazerem coisas que há muitos anos era impensável, de forma autónoma, e a dar uma dignidade extraordinária àquilo que é a capacidade de eles o poderem fazer. E ainda bem que o fazem, porque isso só eleva a capacidade de realização que nós temos.

Sra. Deputada Nicolle Lourenço, o arrendamento jovem, sem prejuízo das propostas que tenha feito, faz parte do programa eleitoral desta Câmara de 2017, está lá escrito. Temos pena, de facto – e eu sou o primeiro a lamentar – que tivéssemos que ter chegado ao terceiro ano de mandato para que pudéssemos começar a fazer esta discussão, mas vamos fazê-lo. Os mandatos fazem-se inteiros, não se fazem aos quartos, nem às metades, e portanto, vamos fazê-lo, e a Sra. Vereadora Ana Cabral está a tratar deste assunto, e queremos resolvê-lo o mais rapidamente possível.

Sobre as conclusões do clima económico, e por aí fora, Sra. Deputada, eu posso ter as minhas conclusões, mas eu acho que o que é importante é nós lermos os documentos, e cada um tirar as suas – cada um tirar as suas. Se me disser que os dados de que dispomos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

relativamente à fonte que utilizamos, que é a CIBS Analytics, que é uma ferramenta desenvolvida pela Sociedade Interbancária de Serviços, que congrega toda a informação de toda a banca portuguesa relativamente aos depósitos em numerário e eletrónico no Concelho de Pombal, e que nos diz que em janeiro de 2020 tínhamos seis vírgula seis por cento (6,6%) mais depósitos do que tínhamos em janeiro de 2019, que no mês de fevereiro eram mais nove ponto nove por cento (9,9%) do que tínhamos no período homólogo anterior; mas que em março já foram menos onze e meio por cento (11,5%), que em abril foram menos trinta por cento (30%), que em maio foram menos doze por cento (12%), que em junho foram menos dois por cento (2%), que em julho foram menos zero vírgula oito por cento (0,8%), e que em agosto foram menos quatro vírgula sete por cento (4,7%) – e portanto, nós tínhamos tido quarenta e dois milhões e cem mil euros (42.100.000€) de depósitos no mês de agosto de 2019, e no mês de agosto de 2020 tivemos quarenta milhões e trezentos mil (40.300.000€) – estamos a falar de toda a atividade económica que é aqui referenciada – diremos que isso pode significar que há atividades que estão melhores, e outras que estão piores. É verdade, e dizemos que as informações de que disponho é que em agosto, os serviços de catering, restauração e similares tinham faturado menos vinte e quatro por cento (24%) do que em agosto de 2019, que o lazer e viagens tinha faturado menos sessenta e dois por cento (62%), que a moda e acessórios tinha faturado menos dezassete por cento (17%), os serviços de saúde já tinham faturado mais dezassete por cento (17%) do que tinham no ano anterior; os outros serviços – que não estão aqui discriminados – menos um por cento (1%), o alojamento turístico, menos trinta e dois por cento (32%), e as mercearias e minimercados, mais vinte e um por cento (21%) do que no ano anterior. E portanto, isto dá-nos este sinal, cruzamos isto com o desemprego e dizemos: bem, mas se cruzarmos os níveis de desemprego no Concelho de Pombal, que pelo segundo mês consecutivo desce, com os dados que foram tornados públicos pela investigação do Expresso, editada no passado sábado, que diz que dos trinta concelhos do país, quatro que estão nessa lista em que o desemprego mais cresceu são do Distrito de Leiria, e nenhum é o Concelho de Pombal, parecem ser bons indicadores. Não significa que não haja preocupação, não significa que não haja setores que estejam a viver períodos muitíssimo preocupantes, não é nada disso. Mas, cada um fará a sua avaliação e tirará as respetivas conclusões.

Sobre o e-mail que há pouco o Sr. Deputado Henrique Falcão mostrou: eu tenho aqui a comunicação feita pela Guarda Nacional Republicana, está aqui a informação, que foi remetida, de facto, no dia 4 de setembro de 2020, e que diz o seguinte: “Pedido de informação: Sr. Presidente da Câmara, esta equipa efetuou uma ação de fiscalização à exploração avícola denominada instalação da Quinta Formosa, propriedade da empresa Lusivaves, juntamente com a Veterinária Municipal, Dra. Dina Loureiro. A exploração é constituída por doze pavilhões de produção de frangos para carne em regime intensivo. Vimos por este meio solicitar se o pavilhão n.º 12 da dita exploração possui licença de utilização, uma vez que o mesmo se encontra ocupado com cerca de quarenta e uma mil e oitocentas aves, e segundo fomos informados, o mesmo não possui licença de utilização. O dito pavilhão faz parte da licença ambiental de que a empresa é titular para a exploração.” Esta informação é imediatamente remetida para os serviços de fiscalização, que vão informar a entidade. É assim que fazemos, não precisa de vir propriamente ao Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há uma comunicação, mais tarde do que essa, no dia 14, remetida, não pela Guarda Nacional Republicana, mas pelo Hotel Lagoa do Linho.

“Assunto: Odores na envolvente da exploração avícola”. Pronto, há uma reportagem de fortes odores na envolvente da exploração, em que há um auto da GNR, de um dos dias de intensos odores, em que a GNR teve que ser chamada ao local e confirmou os factos. “De referir também que o Sr. Presidente da Junta esteve no local e presenciou os factos. Nesse e noutros dias, tive que abandonar a minha habitação ali existente e pernoitar em casa de familiares, por ser impossível ali permanecer. Este aviário tem a sua localização completamente descontextualizada. Não poderá ser nunca possível, num país normal. Está a destruir-nos. Assim, solicito que nas competências de V. Exa., faça cumprir as normas ambientais, assim como sejam observadas as normas regulamentares exigidas para este tipo de instalações, solicitando a V. Exa. as devidas diligências.”

Pronto, e esta é a comunicação que é remetida para os serviços de fiscalização municipal, acompanhada do relatório da Guarda Nacional Republicana. É a informação de que dispomos relativamente a este episódio, Sr. Deputado. Está aqui para poder utilizar.

Sr. Presidente de Junta Nélson Pereira, sobre o Pombus em Vérigo, a situação é exatamente a mesma que eu referi: se nós conseguirmos, depois do ano escolar, estabilizar, vemos a forma como há os níveis de procura, uma eventual revisão da periodicidade de passagem nas diversas estações do Pombus, procurarmos estender. Mas, precisamos dar aqui algum tempo ao tempo para que a matéria seja devidamente avaliada, para não termos nenhuma decisão precipitada que prejudique o funcionamento da nossa rede.

Sr. Deputado Pedro Silva, eu estranharia, de facto, que não fizesse a observação que fez. E de facto, sem prejuízo daquilo que possam ser os contributos mais ou menos fortes que cada um dos nossos territórios possa dar numa área ou noutra da nossa economia e da nossa sociedade, o que é verdade é que desde 1836, este é um concelho muito grande, que integrou o Concelho do Lourival, que integrou o Concelho da Redinha, que integrou o Concelho de Abiúl, e a partir dessa altura ganhou a dimensão que faz com que cada uma destas áreas seja imprescindível para o nosso desenvolvimento. E sem prejuízo de serem vilas, aldeias ou cidades, nós não seríamos os mesmos se nos faltasse algum bocado. E portanto, devemos manter sempre este sentimento de igualdade, e às vezes parece que, de facto, uma saudável intenção de querer ser mais importante do que o vizinho do lado, pode baralhar um bocadinho o nosso bom discernimento. Mas, vamos acreditar que essas são apenas declarações mais emotivas do que racionais, e que são mais de união, do que de divisão.

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Terminado que está este ponto, vamos passar ao Ponto n.º 2.2.”

Ponto 2.2 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações do PPI para os anos de 2021 e 2022, e criação de novos projetos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Ofélia Moleiro, faça favor de usar da palavra.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Apesar de já estarmos aqui desde o início da tarde, só agora tenho ocasião de cumprimentar todos os presentes. Em primeiro lugar, cumprimentos à Sra. Presidente, aos Srs. Secretários da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, aos colegas deputados, a todos os que nos seguem pela internet, e também, como já aqui foi referido por outros, aos técnicos do Departamento de Informática que nos apoiaram, que fizeram um trabalho meritório, que fizeram um trabalho de preparação connosco, que saiu muito bem.

E eu sou confessadamente contra esta reunião nestes moldes, eu partilhei a opinião do deputado Manuel António quando fizemos o treino, o ensaio, no outro dia, porque eu prefiro em pessoa, e que estivéssemos todos com as devidas separações, com os devidos cuidados, no auditório, como da última vez. Mas, confesso que acho que a reunião está a correr muito bem. Está a correr de acordo com as expectativas esta reunião, apesar de ser longa como de costume, mas isso é consequência da riqueza de todos os componentes desta reunião, que sempre têm muito para dizer, e isso é bom para o nosso concelho.

E aproveito também, ainda antes de começar a intervenção sobre este ponto propriamente dito, aproveito para pegar nas felicitações do Sr. Presidente da Câmara ao Presidente Gonçalo, precisamente quando o Sr. Presidente da Câmara se referiu ao nascimento do bebé, eu tinha recebido um telefonema do Gonçalo. Nasceu uma menina ontem, correu tudo muito bem, e portanto, temos mais uma futura cidadã participativa em Pombal, e o que eu desejo é que a menina seja feliz, e os pais também, e toda a sua família.

E devo dizer também que ainda queria referir um outro aspeto em relação às reuniões nestes moldes: a reunião nestes moldes é consequência de um facto muito triste, de uma crise pandémica que a todos vai prejudicar, ou já prejudicou muito. Mas, se calhar, ter algum ruído da nossa comunicação interpessoal quando estamos em presença. E portanto, se calhar, tem algumas vantagens, como terá também as suas desvantagens.

Passando para o ponto em análise...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Dra. Ofélia, deixámos de a ouvir. Então, eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente Daniel Ferreira, e depois a Sra. Deputada acaba a sua intervenção.

Sr. Presidente Daniel Ferreira, pode usar da palavra.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa tarde a todos.

Mais uma vez, estou aqui para dar os parabéns à Câmara, na pessoa do Sr. Presidente e dos seus Vereadores, pelo passeio ribeirinho que vai ter continuidade, e pelos Caminhos de Fátima, que tanto são necessários para os peregrinos que passam pela Freguesia de Vermoil, sendo certo que – e compete-me a mim pedir – todos estes projetos de que tenho falado hoje – o passeio ribeirinho, os Caminhos de Fátima – todos eles acabam no limite da Freguesia de Vermoil, e pedia que num próximo Orçamento sejam estendidos todos estes projetos, principalmente o passeio ribeirinho, que tanta falta faz a Pombal e a Vermoil.

Tenho dito. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Eu tinha aqui uma solicitação para uso da palavra do Sr. Deputado Manuel António, mas quando o senhor diz que levantou a mão, eu não vi aqui no meu ecrã, e agora, neste ponto, o senhor não pode usar da palavra para defesa da honra.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, essa é uma das limitações que esta solução de videoconferência causa, esta aplicação tem a possibilidade de nós clicarmos e levantarmos a mão, e eu fiz exatamente isso. E eu quero ser muito breve.

O Sr. Presidente da Junta do Carriço, no ponto anterior, e que depois foi secundado pelo Sr. Presidente de Câmara, eu não sei onde é que o Sr. Presidente de Junta Pedro Silva foi buscar a ideia de desconsideração do Carriço e do Louriçal. Não façam isso, a sério, não façam isso, não vale a pena, num assunto em que sabemos todos que o Município de Pombal tem zonas industriais suas em Pombal, na Formiga, no Parque Manuel da Mota e na Guia, o que estava aqui em questão não é desconsiderar o Carriço, nem o Louriçal, Sr. Presidente, jamais. Obviamente que há aqui um aproveitamento e, Sr. Presidente, obviamente que nós não temos a informação que o Sr. Presidente da Câmara tem, mas de certeza que ninguém vende doze hectares, ou faz a cedência de doze hectares, se não tiver essa informação. E de certeza que havia, e essa informação que não foi dada à população, e é isso que é preocupante. E nós, como Assembleia Municipal – deixe-me só dizer isto, ao abrigo da defesa da honra, porque o Sr. Presidente fez aqui algumas observações, também à minha pessoa, naquilo que eventualmente fosse o estar aqui a tomar uma posição sem informação: Diogo, esta decisão é uma decisão que vai prejudicar o Oeste, em particular a zona industrial da Guia e o desenvolvimento urbano. E nós não podemos revogar o que nos dá jeito, fazer cadastro porque nos dá jeito, e depois fazer de conta que isto não tem impacto nenhum no futuro da população, e que não deixa apreensão nas pessoas.

Por isso, ao Pedro Silva peço desculpa se de alguma maneira o induzi em erro. Caso contrário, o Pedro sabe perfeitamente que o Manuel António não tem, quer pelo Louriçal, quer pelo Carriço, qualquer desconsideração.

Sra. Presidente, obrigado por me ter dado a palavra. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Célia Cavalheiro, faça favor de intervir.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Portanto, é acerca das dotações de reforço do PPI. É uma pequena questão. Eu verifiquei no documento que temos reforços significativos, principalmente no corredor ribeirinho e na asfaltagem dos arruamentos do Louriçal. Fico muito feliz por se trabalhar também na Freguesia do Louriçal, imagino como estejam as estradas lá, se aqui estão como estão.

Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se estas dotações, quando são feitas, são uma previsão, e se estes reforços têm a ver com acréscimos de áreas, no caso do corredor ribeirinho ou da asfaltagem no Louriçal, ou se se prende com os preços de projeto e execução de obra, porque temos cento e oitenta mil euros (180.000€) de diferença no corredor ribeirinho do Rio Arunca, e cento e oitenta e cinco mil euros (185.000€) na asfaltagem no Louriçal, quando o previsto era cento e cinquenta mil (150.000€), e agora é preciso resguardar mais cento e oitenta e cinco mil (185.000€). Era só para tentar perceber como é que os números variam tanto, desde as dotações dos projetos a concurso, se é normal, se faz parte, se se faz uma previsão por baixo, queria saber como é que funcionam, mais ou menos, estas previsões.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Então, eu vou já direta à intervenção sobre o PPI, dizendo que este reforço de verbas que é apresentado nesta proposta pela Câmara, reforço para três obras – Caminho de Fátima, corredor ribeirinho do Arunca, asfatação de estradas no Louriçal – e o acréscimo de dois projetos – a requalificação da Escola Marquês de Pombal e a requalificação da Escola Gualdim Pais, e a Marquês de Pombal surge pela necessidade de suprir a falta de oferta educativa da escola nova, como já se tinha previsto, chamámos muitas vezes a atenção do Executivo para a insuficiência da escola nova, e agora temos necessidade urgente de requalificar a Escola Marquês de Pombal.

Como eu estava a dizer, e lembrando que votámos contra os documentos previsionais que dão suporte a estas operações, porque consubstanciam uma política autárquica da qual temos divergido, nós, em concreto, não estamos contra nenhum destes reforços agora propostos, ou destes novos projetos, e portanto, o nosso sentido de voto será de abstenção. Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Agora dou a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Então, eu vou começar talvez pela intervenção da Dra. Ofélia Moleiro. Sra. Doutora, de facto, é muito mais difícil convergir nas políticas quando não se conhece bem aquilo que se propõe. E portanto, isso traz-nos aqui alguma dificuldade de perceber se aquilo que estamos a decidir está ou não está de acordo com aquilo que nós pensamos bem. E de facto, nenhuma das intervenções que aqui citou, quer na Escola Marquês de Pombal, quer na Escola Gualdim Pais, tem a ver com as escolas do 1.º ciclo, não tem nada a ver com isso. A intervenção na Escola Gualdim Pais prende-se com a necessidade e o acesso que o Município de Pombal quis utilizar, criado pelo Ministério da Educação, para podermos ser nós os autores da obra da remoção do amianto na Escola Gualdim Pais. E aí, as componentes letivas do 1.º ciclo mantêm-se exatamente como estão, é apenas uma questão de substituímos o amianto e tratarmos da cobertura com outra qualidade.

No que diz respeito à Escola Marquês de Pombal, trata-se de antecipar – porque estas verbas têm a ver com o projeto, para mais tarde fazermos as obras, para começarmos a trabalhar nos projetos para hoje ou amanhã, com a transferência efetiva das competências das escolas em 2022, podermos ter, primeiro, projetos discutidos com a comunidade educativa, aprovados pela DGEstE e aptos para poderem ser lançadas as empreitadas. Se isto coincidir com a aprovação de novos fundos comunitários, o Município estará na linha da frente – os Municípios que estão preparados – para poder apresentar estas candidaturas, e rapidamente aceder aos fundos, e executar todos estes trabalhos, porque as escolas ficam da nossa responsabilidade. Nada disto tem a ver com a escola do 1.º ciclo. E portanto, se a dúvida era essa, se era isso que fazia tender a votação de abstenção para aprovação, fica já resolvido o assunto.

No que diz respeito às outras matérias, são valores que transitam em obras que existiam, e que têm que ser reforçados para o ano seguinte, porque já faziam parte do PPI deste ano.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A deputada Célia Cavalheiro perguntou esta questão das previsões. De facto, há duas circunstâncias distintas: a primeira tem a ver com a dimensão dos trabalhos e os cálculos das respetivas empreitadas, ou da execução dos projetos; mas, a matéria principal que aqui está, tirando a circunstância de se acrescentarem dois novos pontos ao nosso Orçamento, que não faziam parte – não havia uma rubrica para a Gualdim Pais, nem uma rubrica para a Marquês de Pombal – trata-se essencialmente na proposta de nós fazermos uma revisão mais adequada com as previsões das despesas que vamos realizar em quatro intervenções – beneficiação do Caminho de Fátima, e estamos a falar aqui do Caminho de Fátima que é a via dos peregrinos, a Rua de S. João, que sai ali da Ladeira das Leais até às Águas Férreas, com esta previsão para fazer a repavimentação, o corredor ribeirinho do Rio Arunca, que passa a ter uma dotação para o ano de 2021 de quinhentos e cinquenta mil euros (550.000€), e não de setecentos e trinta e sete mil (737.000€), como estava originalmente previsto, asfaltagem de estradas e caminhos no Louriçal, que tem um valor aqui de cento e cinquenta mil (150.000€) para o ano de 2020, e duzentos e cinquenta e cinco mil (255.000€) para o ano de 2021.

Ou seja, eram rubricas que já existiam, e que têm, em função dos cadernos de encargos ou dos projetos, uma noção mais exata daquilo que é a previsão da despesa, e de como é que ela será realizada neste ano – porque alguma dela será feita em 2020 – e como é que transita para 2021. Como tem impacto em anos seguintes, e sob o ponto de vista das técnicas orçamentais, as alterações que têm implicações plurianuais, como é o caso, no ano de 2020 e 2021, a Câmara e a Assembleia têm que as aprovar, porque, no fundo, é uma alteração substancial, não permutativa, ao nosso Orçamento – e neste caso concreto até será revisão, porque temos aqui duas rubricas que não estavam, e que passam a estar.

Sr. Presidente da Junta de Vermoil, eu acompanho-o. Apesar de tudo, o corredor ribeirinho não vai até ao limite da Freguesia de Pombal, mas estamos cada vez mais perto de Vermoil, portanto, estamos a trabalhar para que o possamos conseguir e percebo a reclamação justa que aqui faz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com onze abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Vamos passar agora ao **Ponto n.º 2.3**, e dar-vos nota do seguinte: o Chefe da Divisão Financeira da Câmara dirigiu-se aqui, enquanto a reunião decorria, e referiu que está aqui um lapso na descrição deste ponto. Este ponto não é para votar. O Ponto n.º 2.3, passo a lê-lo: **Apreciação da informação do auditor externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – 1.º semestre de 2020. É apenas para conhecimento.***

Ponto n.º 2.3 - Apreciação da informação do auditor externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – 1.º semestre de 2020



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pergunto aos Srs. Deputados se alguém neste ponto quer intervir, se se quer inscrever. Não havendo inscrições, pergunto ao Sr. Presidente de Câmara se quer fazer alguma intervenção. Sra. Deputada Elisabete, faça favor de fazer a sua intervenção.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Relativamente a este ponto, da apreciação da informação do auditor externo, temos aqui duas questões para colocar ao Sr. Presidente, que têm a ver aqui com a informação da receita de capital, que consta aqui esta conclusão feita pelo auditor, nomeadamente aqui na pág. 10, que refere que a execução das transferências de capital é de trinta e três por cento (33%), e esta execução justifica-se pela execução financeira dos financiamentos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e Serviços de Fundos Autónomos, assim como na participação do Estado nos impostos de capital. Nós perguntamos por que continuamos com taxas tão baixas de execução dos fundos europeus FEDER, Fundos de Coesão, Serviços de Fundos Autónomos e Administração Local, sendo que estamos a apreciar aqui o primeiro semestre, que já devia estar a cinquenta por cento (50%).

Por outro lado, na página seguinte, verifica-se que há aqui uma outra conclusão do auditor, que refere e volta a chamar a atenção para a necessidade de regularizar os montantes de receita por cobrar no início do ano, uma vez que pela análise efetuada às rubricas mais significativas, os montantes em atraso transitam dos exercícios anteriores, entre 2013 e 2018. Pergunta-se por que existem montantes de receita por regularizar com valores a remontar, como diz o auditor, a anos que começam em 2013.

É só. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Uma vez que não há mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou remeter à Dra. Elisabete Alves o que já tinha remetido à sua irmã Odete, exatamente a mesma pergunta que fez na reunião de Câmara, a carta vai ser exatamente igual, só muda o nome próprio, o resto é tudo igual, e envio-lhe para casa a resposta que a Sra. Dra. Lídia apresenta relativamente a esta questão.

Muito obrigado.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.4 - Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre os encargos com educação – Ano letivo 2020/21 - para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Apesar de ser para conhecimento, há alguém que queira intervir neste ponto? Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa neste ponto? Dou a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes, que se inscreveu.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)

“Muito obrigado.

Só para frisar este valor, não sei se tiveram oportunidade de ler, mas encargos com educação – e já foi falado aqui muito de educação hoje, mas para frisar o valor que o Município está a investir em educação para o ano letivo 2020/21, um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), ou mais de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), é muito dinheiro, aí está a aposta no futuro e a aposta nas nossas crianças e nas nossas famílias.

E a nota vai também para esta parceria – e de saudar – que o Município faz com as freguesias, quer na Componente de Apoio à Família, nas refeições, nos transportes escolares, na ação social escolar, e quem está todos os dias no terreno percebe que isto é uma mais valia, e que tem sido uma mais valia ao longo destes anos para as famílias. E este ano letivo, posso dizer que só correu bem este início – e está a correr muito bem, na minha opinião – graças a este apoio, a esta parceria que tem havido.

E lembro, e também agradeço desde já, as formações que o próprio Município promoveu para as assistentes educativas que estão nas escolas, quer do Município, quer das freguesias, e o fornecimento de todo o equipamento, produtos de higiene – ou seja, essa preocupação que houve do Município, desde o início, para que tudo corresse bem no início do ano escolar.

Portanto, tinha que sublinhar esta nota aqui.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Sr. Deputado João Coucelo, o senhor inscreveu-se, ou não?”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu vou prescindir da intervenção, uma vez que o meu colega e Presidente de Junta Humberto Lopes exprimiu muito bem aquilo que, no fundo, é o meu sentir, e penso que dos outros membros da Assembleia, relativamente ao investimento que a Câmara faz na educação para o ano de 2020/21.

E portanto, não tenho mais nada a dizer sobre o assunto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente José Manuel Marques, faça favor.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourical, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

É claro que este é um ponto em que eu não deixaria de falar, e congratular-me, e dar os parabéns ao Município, mais uma vez – aliás, é um trabalho excelente que o Município tem feito na requalificação e construção de novos centros escolares, praticamente o concelho ficará coberto por estas grandes obras que darão, de certeza absoluta, continuidade à boa educação e ao bom funcionamento para as futuras gerações – e quando falo, falo também na minha freguesia, felizmente já detentora desses mesmos equipamentos. Mas, não só; num tempo de pandemia em que todos vivemos, todos ficámos com algum receio do que ia acontecer na abertura das escolas, e não podemos de forma nenhuma estar aqui a congratular-nos como tendo sido um êxito, ou não; o êxito, sim, tem a ver com a decisão, em termos daquele apoio que todos conhecemos, que o Sr. Presidente e o Município atribuíram para as famílias, para as refeições gratuitas, que é uma mais valia – aliás, é uma palavra que vem no reflexo dos encarregados de educação, de um muito obrigado. E nós, também o trabalho que houve, e sem dúvida, temos que falar com todos, desde os professores



MUNICÍPIO DE POMBAL

aos educadores, aos auxiliares educativos, ao Sr. Presidente de Câmara, à Sra. Vereadora, Dra. Ana Cabral, um conjunto de pessoas que fizeram – e eu aqui reconheço, Sr. Presidente, quando dizemos que esta é a linha, vem da tutela do Estado, mas depois, quem está no terreno, como nós, é que sabe quanto custa gerir esta abertura, depois de meses em que estivemos confinados e fechados, e todos nós tínhamos uma preocupação. Eu falo enquanto Presidente de Junta do Louriçal, houve um trabalho de muita coordenação, de vontade, de disponibilidade das próprias auxiliares educativas, das educadoras e dos professores, de fazer com que este trabalho fosse um trabalho seguro, de disponibilidade. E até hoje, devemos congratular-nos com o investimento na educação – mais ou menos como estávamos a falar há bocadinho, são dois pilares fundamentais, a saúde e a educação. E aqui, com certeza, parabéns, Sr. Presidente, e ao seu Executivo, por estar atento às dificuldades, e aquilo que nós temos no terreno, como Presidentes de Junta, para que tudo funcione melhor. Era só isto que eu queria. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado a todos.

Esta é uma atividade que é congregadora de um compromisso de toda a nossa comunidade, e portanto, é um trabalho coletivo, e felizmente muito participado, e não pode ficar para trás, tem que estar sempre na linha da frente dos volumes financeiros e das nossas preocupações.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a aquisição de combustíveis a granel para o ano de 2021 – Pedido de autorização de despesa e assunção de compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, passar ao Ponto n.º 2.5. Neste ponto, quem se inscreve? Não há inscrições. Sr. Presidente da Câmara, quer usar da palavra? Então, vamos passar à votação.”

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.6 - Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana – 2.º trimestre de 2020

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem é que se inscreve? Temos três inscrições: Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Célia Cavalheiro (BE):

“Ora bem, em relação ao relatório de execução orçamental da PMUGest, não tenho muito a dizer. Se em anos ditos normais, a PMUGest já apresentava resultados líquidos negativos, não esperaria outra coisa neste primeiro semestre, em que em mais de cinquenta por cento (50%) do tempo estivemos enclausurados em casa e todas as atividades diminuíram.

Peço mais uma vez que o Município invista numa programação de eventos adequados ao Café Concerto, com a qualidade que o espaço merece. Temos um espaço magnífico, e cansa-me ir lá às terças-feiras fazer malha, no Gangue da Malha, é raro encontrar lá pessoas. Temos que criar uma programação que chame as pessoas até lá, nos mais variados campos das artes, para assim poder transformar aquilo no espaço humano que aquele espaço merece.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

Gostaria de deixar aqui algumas notas sobre este relatório da PMU.

A PMU é uma empresa municipal, que o nosso Grupo Municipal e os nossos Vereadores têm acompanhado com muito interesse a sua atividade, porque reputamos de grande importância a atividade desta empresa para o Concelho de Pombal. E portanto, gostaria de deixar aqui algumas notas que me suscitou este relatório referente ao segundo trimestre de 2020 – abril, maio e junho – e que abrange o período da pandemia de Covid-19, confinamento, depois o desconfinamento, e um desconfinamento com fortes medidas restritivas sanitárias.

A crise sanitária que ainda vivemos provocou uma forte crise económica e social, com a paralisação total ou parcial da atividade económica, como é sabido. Os dados apresentados, agregados com os do primeiro trimestre, permitem dar uma visão económica e financeira do primeiro semestre deste ano na empresa. O resultado é negativo, no valor de cerca de quarenta mil euros (40.000€), o que revela uma perda no desempenho da empresa face ao período homólogo do ano anterior. Há também uma diminuição do ativo e um aumento do passivo, o que não é de admirar – como já aqui foi dito – face à quebra de atividade da empresa no período considerado, em plena crise sanitária.

Porém, isto levanta-nos uma questão, a da viabilidade económica da empresa no futuro. É expectável, portanto, que em 2020 os resultados sejam negativos no final do ano, dadas as perspetivas de evolução da crise sanitária. Em 2019 já foram negativos. Assim sendo, 2020 será, muito provavelmente, o segundo ano com resultados negativos. Ora, as empresas locais são obrigatoriamente dissolvidas se nos últimos três anos se verificar uma situação de resultados negativos. Exige-se, pois, da administração da empresa um plano de recuperação eficiente, concretizado numa gestão competente e criativa, que reative todas as áreas de funcionamento. A empresa é muito importante na sua atividade de intervenção agroflorestal, ambiente, manutenção de jardins – embora aqui esteja facilitado o trabalho, dado que Pombal só quase já tem uns terraços – e também na área cultural. É importante que o Café Concerto, logo que as condições sanitárias o permitam, reabra, não como bar concorrente dos privados, como se tornou nos últimos anos, mas pelo contrário, que se



MUNICÍPIO DE POMBAL

reassuma como um agente cultural, que volte a ter um papel dinâmico de oferta recreativa e cultural, cumprindo a sua missão de interesse público.

E são estas as notas que desejava deixar aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Câmara, faça favor, pode usar da palavra, querendo, neste ponto que é apenas para conhecimento. Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero agradecer as sugestões da Sra. Deputada Célia Cavalheiro. De facto, o Café Concerto nunca poderá ser verdadeiramente um foco, ou um centro de proveitos da nossa empresa, porque a sua vocação de promoção cultural será sempre consumidora de mais recursos do que aquela área em concreto da nossa atividade que consegue promover. Seja como for, a diversidade e os públicos que conseguirá satisfazer, com certeza absoluta que nos darão o resultado social que queremos que a empresa também tenha.

É verdade – e agora pensando já aqui na resposta para a Dra. Ofélia Moleiro – é verdade que o regime financeiro diz isto há muito tempo, não há dúvida nenhuma. Mas, também é verdade que o ano de 2020 tem aqui condições muito peculiares. Para todos os efeitos, e como os senhores bem sabem – até porque houve decisões que foram tomadas pela Câmara, enquanto acionista, que tiveram impacto direto na própria faturação da empresa – os cinquenta e oito dias em que a empresa esteve sem faturar, por exemplo, no estacionamento de duração limitada, tiveram uma consequência de cerca de vinte e seis (26.000€), vinte e sete mil euros (27.000€) nestes resultados negativos de quarenta mil (40.000€) neste período. E portanto, temos que avaliar devidamente aquilo que são os efeitos reais que contribuem para estes quarenta mil euros, se são mais sob o ponto de vista destas atividades, que normalmente até não têm grandes oscilações sob o ponto de vista de proveitos, ou se, pelo contrário, tem a ver com atividades que resultam dessa mais ou menos passividade que a empresa possa ter.

Eu confesso, Dra. Ofélia, que discordo em absoluto que a empresa, em algum tipo de serviços que preste, beneficie exclusivamente da contratação in House, isto é, não indo a concurso e não sujeitando à concorrência. Acho que é importante para a Câmara, enquanto entidade que compra estes serviços, e também as Juntas de Freguesia, que em muitos casos pedem à PMU cotações – estou a lembrar-me, por exemplo, das faixas de gestão de combustível – que ouçam outros parceiros, porque nós não queremos apenas que a empresa exista e que tenha resultados; queremos que ela, como bem disse, tenha sustentabilidade, tenha futuro, tenha eficiência. E isso não se consegue obter se ela não for sujeita à concorrência, e não for sujeita a apresentar preços que possam ser competitivos, quando comparados com os outros. Ora, isso é uma tentação que a contratação in House pode provocar, porque a empresa facilmente se acomodará, porque acaba por ter uma entidade que lhe compra tudo isso. Não se esqueça de que há outro fator muito importante, e que nos últimos sete anos nós temos procurado todos os anos melhorar, que é o nível de menos dependência municipal que a empresa tenha. E a empresa, felizmente, nos últimos anos, decresceu bastante da dependência municipal, e hoje apenas quarenta e sete por cento (47%) da sua faturação tem a ver com o Município. Neste ano provavelmente subirá, porque o peso dos negócios com a Câmara se mantém, e os outros reduzem-se, mas é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

preocupação que nós temos acompanhado, e que não deixa de ser uma preocupação evidente, mas não podemos estar a olhar com fatalidade para o terceiro ano com resultados negativos, e entrarmos nessa discussão, porque eu acho que isso não vai acontecer.

Muito obrigado.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“As inscrições para este ponto vão abrir, os Srs. Deputados inscrevam-se, quem quiser intervir.

Dr. João Coucelo, pode começar a sua intervenção, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“A minha intervenção sobre este assunto é muito breve. Na sequência do que já tínhamos deliberado no ano passado, estabelecer um valor de três vírgula cinco por cento (3,5%), foi discutido, houve colegas deputados que acharam que deveríamos baixar mais o valor para benefício das famílias. No entanto, essa baixa já foi uma baixa significativa na captação de verbas resultantes deste imposto para o Município, foi um esforço que o Município fez, este ano continua a baixar a sua participação no IRS, e neste momento estamos num valor de dois vírgula cinco por cento (2,5%), quando o que caberia seriam cinco por cento (5%) à autarquia. E isto traduz-se num valor que está bem demonstrado nos documentos que a Câmara nos enviou, um valor que se traduz, se não estou em erro – eu agora não tenho aqui presente, mas li – numa baixa de cerca de mais quatrocentos mil euros (400.000€), sensivelmente, ou quinhentos mil euros (500.000€), relativamente àquilo que a Câmara poderia receber. Acho que é um valor aceitável, já é um benefício significativo. A Câmara, com certeza que também pretende manter alguma estabilidade nas suas receitas, porque o futuro, nas circunstâncias que estamos a viver, é algo imprevisível, e as receitas provenientes do Poder Central também são potencialmente mais baixas.

E portanto, a minha intervenção tem apenas este objetivo, de concordar com este valor, embora, como qualquer cidadão, visse com muito bons olhos, numa perspetiva mais ideal da nossa vida comunitária, que este valor pudesse ser mais baixo, e as famílias seriam mais beneficiadas. Mas, dois e meio por cento (2,5%), penso ser um valor perfeitamente de acordo com a situação que vamos vivendo atualmente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. Endereço os meus cumprimentos a V. Exa., extensíveis ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores, bem como aos outros membros desta digníssima Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sra. Presidente, começo esta minha intervenção por parafrasear um grande Estadista português: “Só é vencido quem desiste de lutar”. Esta foi uma luta, ainda que pequena, do PS de Pombal, mas com grande significado. Durante muito tempo, achámos que a Câmara tinha condições para reduzir a taxa e fixá-la nos três por cento (3%). Ainda no ano passado achávamos que o Município devia ter ficado abaixo dos três e meio (3,5%), propusemos que fosse pelo menos três por cento (3%). O PS de Pombal sempre esgrimiou argumentos poderosos para que a taxa se fixasse nos três por cento (3%), nomeadamente o sentido positivo que se poderia dar às famílias, Pombal ser um concelho atrativo, e também a fixação da população.

O Sr. Presidente, no ano passado, traçou um cenário negro, que até achávamos que este ano seria muito difícil baixar a taxa. Mas, afinal, o cenário traçado pelo Sr. Presidente da Câmara não se verificou, e como tal, a taxa ficou fixada nos dois e meio por cento (2,5%). Obviamente, Sr. Presidente, não esquecemos que para o ano são as eleições, e como tal, talvez não seja ingénuo este valor aparecer exatamente num ano de eleições, pese embora nós saibamos que a repercussão será só para 2022.

Sr. Presidente, no ano passado dissemos que se a taxa se fixasse nos três por cento (3%) votaríamos a favor. Como este ano se fixa em dois e meio por cento (2,5%), e porque somos homens de palavra, este ano vamos votar favoravelmente. Mais vale tarde do que nunca. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, quer usar da palavra neste ponto? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim, Sra. Presidente.

Agradecer as palavras de todos os Srs. Deputados. Dizer-vos que atingimos, com esta proposta, cinquenta por cento (50%) de redução da participação variável no IRS, que significa deixarmos nas mãos dos nossos cidadãos mais de setecentos e trinta e cinco mil euros (735.000€) – uma vez que é a previsão que temos, em função destas receitas. E de facto, as políticas municipais, financeiras e fiscais, não podem ser vistas de forma isolada; temos que olhar para o conjunto do comportamento de todas as taxas e de todos os impostos que constituem as nossas receitas para percebermos, de facto, quais são as tendências e a forma com que podemos aliviar essa carga.

E, de facto, Dr. Carlos Lopes, é verdade que só é vencido quem deixa de lutar, e portanto, eu entusiasmava-o para que o senhor continuasse a lutar, agora de certeza de maneira mais tranquila, porque vai fazer essa discussão para dentro do seu próprio Partido, para que, de facto, a carga fiscal que está sobre os portugueses possa ser reduzida, que o IVA da eletricidade desça, como o Sr. Primeiro Ministro veio dizer, que o aumento do salário mínimo, que é justo, mas é inoportuno, não traga mais desemprego e carência, e mais encargos sociais, do que riqueza para alguns – o salário mínimo é miserável em Portugal, mas temos de olhar para as dificuldades que as empresas têm, e nesta Assembleia temos muitos empresários para o fazer – que se perceba também que as taxas e taxinhas que o Partido Socialista foi inventando ao longo deste mandato, e que carregam em cima dos cidadãos, algumas delas que eram tão criticadas no tempo da troika, mas que estão todas inteirinhas ainda dentro das carteiras dos portugueses, porque foram todas prometidas, mas nada foi cortado – fez-se a declaração de que já não havia mais problemas, mas o que é



MUNICÍPIO DE POMBAL

certo é que a carga fiscal nunca esteve tão elevada quanto isto. E de facto, o que os senhores têm de pensar é por que é que em Pombal conseguimos continuar a fazer coisas com as taxas e os impostos mais baratos de sempre, e o país tem um colapso na educação e na saúde, como já falámos tanto esta tarde, e tem as taxas mais altas de sempre. Isso mostra bem da incapacidade, sublinhando, dezanove anos de ação política em vinte e cinco anos, no último quarto de século. Está aqui o resultado das políticas, está aqui o resultado das opções, e temos aqui todos um bom mau exemplo para podermos aprender como é que as coisas não se fazem. Neste caso, podemos aprender como é que as coisas se podem fazer, e como é que possível conciliar estas cargas, o trabalho, o investimento e o cumprimento das obrigações que temos com a nossa população.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis relativa ao ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Não há inscrições.

Sr. Presidente da Câmara, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim, Sra. Presidente.

Quero dizer que, de facto, a política que temos vindo a seguir relativamente à baixa dos impostos mostra bem, no que diz respeito ao IMI, e com a expressão financeira que ele tem, quer para a Câmara, quer para cada uma das famílias, que as opções políticas que temos tomado nada têm a ver com eleições. E quem olhar para aquilo que é a taxa do IMI em Pombal desde 2014 percebe que foi zero vírgula três (0,3%), em 2015 foi zero vírgula três (0,3%), em 2016 foi zero vírgula três (0,3%), em 2017 foi zero vírgula três (0,3%), em 2018 foi zero vírgula três (0,3%), em 2019 foi zero vírgula três (0,3%), e em 2020 vai ser zero vírgula três (0,3%). E assim se vê como é que são as opções que são ditas como sendo partidárias, porque aqui, o único Partido que baixou impostos em vésperas de eleições, tem sido o Partido Socialista, como fez com o Ministro Sócrates, nas vésperas das eleições legislativas, há oito anos atrás.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.”

Colocado a proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis relativa ao ano de 2020, a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Não havendo inscrições, Sr. Presidente da Câmara, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, Sra. Presidente.

Quero só sublinhar a circunstância destas opções, com os setecentos e trinta e cinco mil euros (735.000€) do IRS, se somarmos os cento e trinta e três mil e quinhentos (133.500€) que esta devolução de imposto significa, estamos aqui já muito perto dos novecentos mil euros (900.000€) que ficam nas mãos dos Pombalenses. E portanto, no final, todas essas prestações, a expressão financeira da despesa fiscal municipal é muito grande, o que significa que, de facto, as nossas famílias podem, neste ano em concreto, ter mais disponibilidades, e não será o Município que lhes vai pesar na tributação no final do ano.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sr. Presidente.”

Colocada a proposta da Câmara sobre a fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis de acordo com o número de dependentes, relativo ao ano de 2020, a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, quem é que se quer inscrever? Dr. João Coucelo, faça favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu inscrevi-me só para dizer – e já o podia ter feito no ponto anterior – que os Pontos n.º 2.10, 2.11 e 2.12 são exatamente iguais aos do ano passado, e foram aprovados por unanimidade na Câmara Municipal. Eu penso que, se calhar, estamos a perder muito tempo, a fazer muitas perguntas. A minha proposta era que se fosse pondo estes três pontos que faltam sucessivamente à votação.

Era só isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado, a sua sugestão é que os Pontos n.º 2.10, 2.11 e 2.12 sejam postos à votação. Sr. Presidente da Câmara, quer falar sobre algum destes pontos? Não? Então, vamos à votação do Ponto n.º 2.10.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.11. - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2020.

Colocada a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2020 a votação, foi a mesmo aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.12. - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2021;

Colocada a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração do Imposto Municipal sobre o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2021 a votação, foi a mesmo aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.13 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a adesão do Município de Pombal ao Pacto de Autarcas em matéria de clima e energia.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

“Neste ponto, quem se inscreve? Sra. Deputada Célia Cavalheiro, faça favor de usar da palavra.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Fiquei muito feliz e surpreendida pela positiva com este documento, porque, de facto, é esse o caminho.

Diz a determinada altura que é preciso descarbonizar a nossa região. Ora, descarbonizar a economia passa por descarbonizar a energia que usamos. Há três formas diferentes de o fazer: apostar na produção de energia através de fontes renováveis, melhorar a eficiência na procura de energia, e reduzir o consumo. Só assim conseguiremos coexistir em equilíbrio no nosso planeta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Podemos dizer resumidamente que a economia mundial depende fortemente das emissões de CO₂; descarbonizá-la implica investir, sob orientação democrática, na produção renovável e na eficiência energética, contrariando a lógica das tecnologias rentáveis que a direita nos propõe. Mas, este investimento não trará resultados sem a adoção de um novo modelo socioeconómico, que rejeite o produtivismo a todo o custo e o consumismo, e no qual a exploração dos recursos naturais seja vista como uma forma de atenuar diferenças sociais.

Eu espero bem que esta seja uma vontade honesta, e não só porque haverá uns quadros de financiamento mais favoráveis às autarquias que aceitem este desafio. Temos de abraçar este desafio com tanto amor como abraçamos os nossos filhos e netos. Trata-se do futuro do planeta.

Bem sei que o ambiente está na moda, fico muito feliz de nos lembrar a todos que antes de ele estar na moda, já era bandeira do Bloco de Esquerda.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu só quero intervir para me congratular por esta proposta de adesão da Câmara Municipal de Pombal a este Pacto, de importância vital para assuntos que não são apenas moda, como diz a Célia Cavalheiro, mas que são preocupações de todos nós, em termos de clima e energia. Portugal aderiu aos Acordos de Paris há uma série de anos, há objetivos claros em termos climáticos, as preocupações climáticas são, desde há muitos anos, uma bandeira da social democracia, muito antes de existir Bloco de Esquerda – e não falo do Partido Comunista, porque esse não tem esse tipo de preocupações, nomeadamente o chinês, ou os outros que já deixaram de ser poder.

Portanto, queria dizer à Célia Cavalheiro que este é um documento que tem um conjunto de intenções que nós partilhamos, devemos acompanhar e verificar se cumprimos estas premissas todas que estão neste documento, se vão ser cumpridas – eu espero bem que sim, para bem do planeta, porque não há planeta B, como se costuma dizer, há só um planeta, e este está seriamente ameaçado, em termos climáticos, e tem que avançar para a descarbonização, como está como objetivo nos Acordos de Paris, e que Portugal subscreveu, e muito bem.

E portanto, para me congratular, tal como a Célia, mas com ideias um bocadinho diferentes sobre as coisas, porque nem toda a direita – e eu não me incluo na direita – subscreve a exploração e a manutenção de utilização dos combustíveis fósseis. Mas, de qualquer das maneiras, é uma bandeira da social democracia também que nós conseguimos ter um planeta limpo e descarbonizado, pelo menos até 2050, completamente livre de emissões carbónicas. Portanto, era para dizer que votamos a favor, naturalmente, deste documento, e penso que todos votaremos a favor – talvez uns com mais dúvidas sobre as intenções, ou não, mas eu sou daqueles que acredita que a Câmara Municipal subscreve este documento na íntegra, porque é um objetivo que ela própria tem para o futuro.

Era só isto que tinha a dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, tem dois minutos para responder.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Obrigada.

Ora, queria só perguntar ao Dr. Coucelo se ele, antes de haver Bloco de Esquerda, era tão preocupado com o ambiente, por que é que quando eu, em 2017, levei a esta Assembleia uma proposta para uma tomada de posição perante o Governo Nacional para cancelamento dos fundos de prospeção de combustíveis fósseis na Bajouca, votaram todos contra da primeira vez que eu trouxe a proposta, quase toda a Bancada do PSD – não posso dizer que foram todos, mas quase todos – e o próprio Dr. Coucelo acusou a “geringonça” de ter assinado este contrato, quando ele foi assinado pelo Governo do PSD de Passos Coelho, na última semana antes de abandonar. Portanto, nós não podemos ter memória curta, e temos que ser coerentes.

Passados seis meses, eu vi, foi público, toda a gente soube que ia haver um furo na Bajouca, e aí sim, toda a Bancada do PSD mudou a sua intenção de voto, por motivos eleitoralistas, porque antes de se ouvir falar da Bajouca, votaram todos contra. Isso não é preocupação com o ambiente, e muito antes do Bloco de Esquerda. Os Partidos de direita não têm por princípio preocupar-se com o ambiente, que é contrário ao capitalismo, proteção ambiental. Portanto, tratem as coisas pelos nomes, se faz favor.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Célia, eu já não me recordo muito bem da história do furo da Bajouca, mas se fiz assim, alguma razão havia de ter. E se mudei de opinião, com certeza, nós muitas vezes mudamos de opinião, e não podemos ser logo acusados de estar a mudar porque é com objetivos eleitoralistas. Só não muda de opinião quem é burro.

E portanto, relativamente a isso, eu queria dizer-lhe uma coisa, para que fique bem clara: embora possa acusar os regimes capitalistas, desculpe lá, vá para a Suécia, para a Dinamarca e para a Noruega, e veja se os regimes capitalistas de lá têm ou não têm preocupações ambientais. Vá para a China, e vá para os países comunistas, e veja quais são as preocupações ambientais. O Bloco de Esquerda também não pode acusar as pessoas assim de uma forma tão desabrida como a Célia está a fazer. Eu compreendo-a, mas, por favor, não venha com essa conversa de que o capitalismo é sujo, e que o comunismo é limpo. Não é verdade, nem uma coisa, nem outra.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado João Coucelo. Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Eu vou sair desta Assembleia muito entusiasmado, porque na mesma Assembleia, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda dar dois espiches ao Presidente da Câmara sobre as questões ambientais, isto promete.

Muito obrigado pela forma com que me tem tratado nesta Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, de facto, apesar de agradecer as suas palavras e a reflexão, Sra. Deputada Célia Cavalheiro, eu acho que a sua cultura lhe permite tirar uma conclusão mais elevada do que achar que as preocupações ambientais são de esquerda, de certeza absoluta, e se mais não soubesse, quando olha para o Mar de Aral, que foi tão bem tratado na antiga URSS, e desapareceu, e ainda lá estão os vestígios dos barcos, e quando olha para as catástrofes ambientais, quase sempre ocultas, que aconteceram na China, não podemos estar aqui a pensar que as ideologias de esquerda ou de direita têm alguma coisa a ver com as proteções e a consciência ambiental. Eu confesso-lhe que já o meu Partido tinha, através do Grupo de Estudo de Ordenamento de Território e Ambiente (GEOTA), formação política dedicada a jovens que se interessavam pela política – onde eu me incluía – no final dos anos oitenta; ainda nem na cabeça dos fundadores havia Bloco de Esquerda, e já o PSD tinha homens como, por exemplo, o Carlos Pimenta, que foi Secretário de Estado do Prof. Cavaco Silva no primeiro Governo, que é de 1985, com essa consciência. E deixe-me dizer-lhe que a primeira vez que Portugal teve um Ministro com a tutela do Ambiente, que na altura se chamava Qualidade de Vida, era o Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles, no tempo da AD. E portanto, estamos nos anos oitenta, e estamos muito longe daquilo que hoje lhe possam parecer bandeiras de exclusividade.

A consciência ambiental é uma bandeira do mundo, da humanidade. E portanto, não vale a pena estarmos aqui a dizer “a minha bandeira é maior do que a tua” – não estamos propriamente na escola primária para fazermos essa competição. E portanto, o que nós aqui temos que ter, mais do que esta declaração, que é uma declaração política, é um compromisso, é termos, depois, sob o ponto de vista interno, os meios humanos e os meios financeiros para podermos concretizar. E felizmente que hoje nós temos iniciativas – que, por acaso, não temos explorado da forma, se calhar, de impacto público que deveriam ser, mas quando, no tempo do Eng.º Narciso Mota, se começaram a fazer setenta ou oitenta serviços nas nossas freguesias, que antigamente só se faziam na Câmara Municipal de Pombal, evitando que milhares e milhares de cidadãos tivessem que cumprir um conjunto de quilómetros para vir a Pombal fazer um requerimento ou um qualquer pedido, isso teve desde então uma dimensão gigantesca no número de quilómetros que não se fizeram, das viagens que se evitaram, no consumo de CO2 que se deixou de fazer. Aliás, o Eng.º Salvador, que nos está a ouvir, que está a acompanhar a sessão, sabe bem que a determinada altura discutíamos a oportunidade de criarmos um medidor das emissões de CO2 que, em função das origens de cada freguesia, se deixavam de fazer, porque se utilizavam os equipamentos tecnológicos que permitiam que as pessoas não viessem a Pombal. Essa é uma matéria.

As políticas de eficiência ambiental que foram lançadas em pavilhões, nas escolas – nós temos hoje escolas que foram concebidas há muitos anos, com dez, quinze anos, com sistemas bastante mais eficientes, para que garantissem essa eficiência ambiental. Tem havido gradualmente, na escolha dos automóveis, houve esse trabalho, um trabalho que nunca acaba, e que nós queremos que seja cada vez mais bem conseguido. As próprias opções na escolha dos Pombus, tivemos a preocupação de encontrar mercados alternativos, temos que encontrar essas soluções. As novas aquisições que fazemos para os carros da recolha do lixo, a mesma coisa. Portanto, tem havido gradualmente, haja esta cultura, seja matéria absolutamente pacífica, dentro de algumas discussões, com mais ênfase aqui ou ali, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que o nosso concelho tem esta missão a cumprir.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E até estas questões do ordenamento florestal, ao contrário do que possa parecer a muitas pessoas, têm um impacto gigantesco, quando olhamos para aquilo que são as responsabilidades do território em serem sumidouros de CO₂, e olhamos para o Concelho de Pombal, que é o maior dentro do Plano Regional de Ordenamento Florestal no centro litoral, que tem noventa concelhos, com os quatrocentos quilómetros quadrados de floresta, e Pombal é, por si só, um enormíssimo sumidouro de CO₂, em função da mancha florestal que tem, e felizmente, a preservação que temos conseguido garantir, para que ela não arda. E se olharmos para isto, aos anos que temos os parques eólicos, e o esforço que tem sido feito e aprovado pela Câmara no último ano, pelo menos por três vezes seguidas, de parques fotovoltaicos, percebemos, de facto, que há um trabalho importante a fazer. Se olharmos aqui para a cogeração que temos, assim de cabeça, em três grandes empresas, na REN, na CEMOPOL e na Adelino Duarte da Mota, estamos aqui, de facto, a fazer um trabalho partilhado por públicos e privados, por muitas empresas privadas com fins lucrativos, que não ficam à espera de ter aqui bandeiras, nem de esquerda, nem de direita.

E portanto, o concelho tem procurado ter esse desígnio. E começámos a nossa reunião a falar do Rio Arunca, com questões ambientais e de poluição, mas o que é certo é que quando olhamos em geral para o nosso território, não conseguimos identificar com clareza um grande problema ambiental que nos possa consumir. É evidente que ninguém gosta das feridas na Serra de Sicó, mas precisamos do calcário para viver – a estrutura económica, os empregos criados, a construção, um conjunto de atividades que não podem ser feitas sem isto, e se no futuro forem substituídos, arranjar-se-ão outras alternativas, e enquanto não forem, assim será – mas, isso dá aqui um equilíbrio em múltiplas faces. E aqui, temos mais um compromisso.

E por isso, eu fico muito contente com as observações que a Sra. Deputada Célia Cavalheiro fez, porque, de facto, como vê, a nossa costela, ao criarmos uma associação de defesa do ambiente em Pombal, não ficou parada, continuamos a ter atividades que cremos serem importantes para a nossa população.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.14 - Apresentação das normas de participação para o Orçamento Participativo 2020 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Ninguém se inscreve? Presidente Diogo Mateus, quer intervir neste ponto?”

Ninguém?”

A Assembleia tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.15 - Apresentação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Estão abertas as inscrições. Não havendo inscrições, vamos encerrar as inscrições. Sr. Presidente da Câmara, pode intervir, querendo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós temos aqui essencialmente um conjunto de modificações legislativas que nos obrigaram a fazer a revisão, sem prejuízo, evidentemente, das atualizações cartográficas, e outras que se impõem, para termos um documento desta importância com o maior nível de atualização. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.”

Colocada a votação a proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Pombal, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.16 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a aquisição de prédio urbano para afetação à expansão do Parque Industrial Manuel da Mota – Impossibilidade material de celebração do contrato definitivo de compra e venda.

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros e que a seguir se transcreve:

“Foi presente à reunião a informação n.º 90/UJ/20, da Unidade Jurídica, datada de 11-09-2020, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Aquisição de prédio urbano para afetar à expansão do Parque Industrial Manuel da Mota – Impossibilidade material de celebração do contrato definitivo de compra e venda Exmº Senhor Presidente,

O órgão Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, em 01 de fevereiro de 2018, propor ao órgão Assembleia Municipal que autorizasse a celebração de contrato de promessa de compra e venda, com eficácia real, referente à aquisição do prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial da freguesia de Pombal sob o artigo n.º 7.891, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob o n.º 4.900, à sociedade CORBÁRIO – Minerais Industriais, S.A., pelo preço de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), com o escopo de promover a expansão do Parque Industrial Manuel da Mota.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A minuta do aludido contrato foi presente ao órgão Assembleia Municipal e foi objeto de aprovação, conforme resulta da deliberação tomada na sessão ordinária de 09 de fevereiro de 2018.

Ante o valor da aquisição em apreço, a minuta do contrato de promessa de compra e venda, bem como o conjunto da documentação instrutória, foram remetidos ao Tribunal de Contas, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 3º, 8º e 18º, todos da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, tendo sido requerida a concessão do competente visto em sede de fiscalização prévia (cf. artigos 44º a 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação).

O Tribunal de Contas, após ter solicitado a prestação de alguns esclarecimentos, que, aliás, foram, oportuna e atempadamente prestados, comunicou ao Município de Pombal o teor do despacho que recaiu sobre o peticionado e que ora se transcreve: “Em sessão diária de visto, decide-se devolver a minuta do contrato promessa, dado que do clausulado da mesma não decorre a verificação do circunstancialismo previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 46º da LOPTC (Pagamentos no ato da celebração). Deverá o Município submeter a fiscalização prévia o contrato-promessa caso venha a ser celebrado, nos termos da alínea b), do citado artigo 46º da LOPTC, ou a minuta do contrato definitivo”.

Considerando o teor do duto despacho daquele Tribunal, procedeu-se à celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda, com eficácia real, nos moldes em que havia sido decidido pelo órgão competente, bem como ao inerente registo provisório (por natureza) de aquisição a favor do Município de Pombal, sendo que, subsequentemente, foi o aludido contrato remetido ao Tribunal de Contas para concessão do competente visto em sede de fiscalização prévia, o que veio a suceder em 19/06/2018.

Sucedem porém que, desde a data de celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda e até ao presente, o Município de Pombal viu-se confrontado com a interposição de ações judiciais associadas à titularidade do direito de propriedade sobre o mencionado prédio, sendo que, apesar de ser absolutamente alheio às querelas em causa, as mesmas inviabilizaram a celebração do contrato definitivo de compra e venda, nos moldes em que se encontrava inicialmente previsto.

Acresce a circunstância de, recentemente, o Município de Pombal ter rececionado uma comunicação por parte da sociedade CORBÁRIO – Minerais Industriais, S.A., da qual resulta, em suma, que a celebração do contrato definitivo de compra e venda não poderá ter lugar, em razão do negócio apenas poder ser celebrado com a sociedade Argigal – Sociedade de Argilas de Portugal, S.A., enquanto legítima proprietária.

Perante todo o circunstancialismo ora expandido, impõe-se que seja dado conhecimento ao órgão Assembleia Municipal da impossibilidade material de celebração do contrato prometido, por decorrência do Contrato de Promessa de Compra e Venda, com eficácia real, celebrado em 08 de maio de 2018, cuja minuta foi aprovada por deliberação tomada na sessão ordinária de 09 de fevereiro de 2018.

Em face de tudo o que se acaba de valorar, e caso V. Ex^a assim o entenda, deverá a presente informação ser submetida à apreciação do órgão Câmara Municipal para que, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere no sentido de propor ao órgão Assembleia Municipal, que determine:



MUNICÍPIO DE POMBAL

a). *O reconhecimento da manifesta impossibilidade de celebração do contrato definitivo de compra e venda que consubstanciaria a aquisição do prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial da freguesia de Pombal sob o artigo n.º 7.891, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob o n.º 4.900, pelo preço de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), à sociedade CORBÁRIO – Minerais Industriais, S.A., e, conseqüentemente, a revogação da autorização para a celebração do mesmo, ínsita na deliberação do órgão Assembleia Municipal, tomada na sessão ordinária de 09 de fevereiro de 2018, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 165º, 170º e 171º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA);*

b). *A promoção, junto da Conservatória do Registo Predial de Pombal, do cancelamento do registo provisório (por natureza) de aquisição do prédio a que se alude na alínea anterior, a favor do Município de Pombal, titulada pela ap. 856, de 22/05/2018.*

c). *Seja dado conhecimento ao Tribunal de Contas da manifesta impossibilidade de celebração do contrato prometido a que se alude no Contrato de Promessa de Compra e Venda, com eficácia real, celebrado em 08 de maio de 2018, e que foi alvo de visto prévio por parte daquele douto Tribunal, em sessão diária de 19/06/2018 (Processo de Fiscalização Prévia n.º 1270/2018). À consideração superior, "*

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao órgão Assembleia Municipal delibere de acordo com o proposto nas alíneas a), b) e c) da informação supratranscrita.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Vou dar-vos conta de que temos três deputados inscritos:

Sr. Deputado Carlos Lopes, pode começar a sua intervenção, se faz favor."

Carlos Lopes (PS):

"Sra. Presidente, muito obrigado.

Na reunião do dia 9 de fevereiro de 2018, este assunto veio à Assembleia para que se autorizasse a celebração do contrato-promessa de compra a venda. Bem me recorde que foi um assunto polémico, que mereceu uma discussão acalorada, com o Sr. Presidente da Câmara a ficar indignado com algumas questões que, na altura, lhe foram levantadas. Desde a primeira hora que o PS teve muitas dúvidas acerca da concretização deste negócio, tal era o enredo em que o prédio prometido comprar estava envolvido.

Passados estes dois anos e meio, o tempo veio dar razão ao PS, quando, exatamente, na reunião de 9 de fevereiro requereu que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos. Posteriormente, veio novamente o PS questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do estado deste assunto, tendo sido informado que se aguardava o visto do Tribunal de Contas. Para nós, Partido Socialista, não é surpresa que o negócio tenha ficado sem efeito. Lamentamos que a Câmara não tivesse ouvido os alertas que foram feitos em 2018, e que em virtude disso tenha perdido todo este tempo. Numa altura em que é necessário investimento em Pombal, esta teimosia da Câmara resultou num atraso de dois anos e meio em poder acolher empresas em Pombal. Veremos, porém, se este atraso é recuperável. Cá estaremos para avaliar.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Aires da Ponte, tem a palavra."



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aires da Ponte (NMPH):

“Boa tarde. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, os Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara, e os técnicos dos serviços que tornaram possível esta reunião.

Na impossibilidade de aquisição dos terrenos previstos para ampliação do Parque Industrial Manuel da Mota ... (gravação inaudível).

As empresas que se queiram instalar em Pombal são da maior importância para poder captar investimento e a criação de postos de trabalho que venham fixar pessoas no nosso território e criar riqueza e bem-estar. Sabemos – e o Sr. Presidente sabe-o também – que o tempo que medeia entre a aquisição dos terrenos e a efetivação das infraestruturas, ele é, infelizmente, de alguns anos. Só após infraestruturado poderá ser posto à disposição dos investidores. Se queremos, de facto, captar investimento, é importante e urgente que se iniciem já outras conversações com vista à aquisição de outros eventuais terrenos, já previstos no PDM, para ampliação da Zona Industrial Manuel da Mota, e eventualmente noutros polos industriais nas freguesias, nomeadamente na Zona Industrial dos Meiros, Louriçal, ou outras.

Com um quadro desta natureza, que é real, dificilmente teremos novas empresas a fixarem-se nos parques industriais nos anos mais próximos, e não nos deixa perspectivas de mais postos de trabalho, levando muitos dos nossos jovens a deslocar-se para outros concelhos. Por isso, em nome do nosso Movimento, e interpretando o sentimento dos jovens do nosso concelho que aqui se querem fixar, Sr. Presidente, não se perca mais tempo, avance já.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Aires da Ponte. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Como disse o membro Carlos Lopes, já remonta há dois anos e meio. E para mim, é como se fosse uma história, em que era uma vez uma sociedade chamada Argigal, proprietária de um terreno, que subitamente se configurou como um negócio espetacular para o Município, para alargamento da Zona Industrial Manuel da Mota. Mas, por alegados problemas, não o podia vender. E eis que aparece outra empresa, a Corbário, esta com alegada autorização para vender terrenos. Até que surge uma ideia genial: a Argigal cede graciosamente o terreno à Corbário – porque podia fazer isso – que, numa ação conjunta com o Município – diga-se, relâmpago – efetuou contrato-promessa de compra e venda. Se bem me lembro, foi marcada uma Assembleia Municipal Extraordinária para o efeito. E foi tudo tão rápido, que na altura da Assembleia, o terreno ainda estava no nome da Argigal. Muitos membros desta Assembleia questionaram a pressa, e até a suposta obscuridade do ato, pois o prédio urbano foi avaliado na cedência graciosa em duzentos e tal mil euros, e quinze dias depois, foi assinado o contrato por um milhão de euros (1.000.000€).

Números à parte, é também bom recordar a forma como o Sr. Presidente da Câmara destratou quem levantou reservas, nomeadamente o membro Manuel Freire Barros, quando este se limitou a levantar questões processuais pertinentes, que agora ganham ainda mais força, dado o desfecho deste negócio. Se nos está a ver, camarada Manuel Barros, faz tanta falta nesta Assembleia. Hoje bebíamos duas, só para comemorar o desfecho deste ponto.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente Néilson Pereira, se faz favor.”

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Boa noite a todos.

Eu aqui interrogava, nesta parte deste ponto – acho bem, se a Câmara puder alargar a Zona Industrial Manuel da Mota, é sempre bom para o Concelho de Pombal. Eu propunha também ao Sr. Presidente da Câmara a possibilidade de podermos adquirir alguns terrenos junto às duas urbanizações do Tinto, se era possível adquirir os terrenos para podermos expandir também a Zona Industrial do Tinto, que tem todos os acessos, e muito bons acessos para qualquer indústria se poder implementar aqui nesta freguesia.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Sr. Presidente Diogo Mateus, faça favor de usar da palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado.

Bem, o Dr. Carlos Lopes, há pouco, começou a sua intervenção, no ponto do IRS, dizendo que só é vencido quem deixa de lutar. E de facto, nós não podemos estar em alguns pontos a usar umas referências, e depois esquecermo-nos delas nos outros pontos. O interesse municipal sobre aquele património mantém-se válido, ao contrário do que o Sr. Doutor disse, os problemas que o terreno tinha à data do negócio eram nenhuns, porque o primeiro registo que o senhor tem é do contrato-promessa, e só passado algum tempo é que entra a impugnação pauliana, o que significa que, de facto, à data da celebração do contrato, sem prejuízo de muita conversa que se podia fazer, o Município comprou o prédio – como, aliás, os senhores aprovaram – livre de ónus e de encargos. Não significa, evidentemente, que eles não possam, entretanto, recair sobre o prédio, que foi aquilo que aconteceu. Essa foi uma negociação que nós quisemos resolver rapidamente, mas que essa decisão não depende do Município. E entre desistir às primeiras adversidades, e manter o processo, nós não vamos desistir.

Portanto, nós não podemos dizer, quando nos dá jeito, que só é vencido quem deixa de lutar, e depois acusar aqueles que estão a lutar porque acreditam nas coisas de que, no final, já não podem lutar, porque as entidades – que não é o Município; quem comunica ao Município que vai resolver, ou destratar o processo, voltando à estaca zero, é a entidade que permutou e a entidade permutada, são ambas, são elas que dizem que vão reverter o negócio. E portanto, todas as deliberações que o Município tomou em Câmara, em Assembleia Municipal, os termos do contrato e a remessa para o Tribunal de Contas, deixam de ser válidas. E nós, porque temos um registo do contrato-promessa inscrito, temos que tomar uma decisão, para que essa situação se possa conformar juridicamente – como o senhor, aliás, bem sabe.

Portanto, a questão que nós aqui estamos a discutir não tem a ver, nem com a opção municipal, nem com a propriedade municipal. Aliás, ainda esta manhã o Vereador e Vice-Presidente assinou um contrato de compra e venda de duzentos e tal mil euros de aquisições na Zona Industrial da Guia, num terreno de cinquenta e tal mil metros que foi comprado para a Zona Industrial da Guia. Portanto, não foi essa circunstância que no fez perder capacidade de fazer as aquisições. E já foi durante a vigência deste contrato que se compraram os doze hectares que foram vendidos à Lusivies. Portanto, fizeram-se muitas aquisições, potenciaram-se muitas oportunidades, para que as coisas pudessem avançar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esta não funcionou bem. Não funcionou bem, mas o que é certo é que se eu lá for hoje, o pinhal já foi todo cortado e há interessados em fazer aquelas aquisições. Portanto, se aquilo que era objetivo municipal se consumir, mesmo que o Município não esteja envolvido nesse negócio, eu fico muito contente, porque o Município não é aqui um intermediário imobiliário, é um facilitador de negócios, e se esse negócio for realizado através dos canais privados, sem intervenção municipal, que se fixe ali a indústria, que ocupe aqueles metros quadrados todos, e que tenha um plano de desenvolvimento, como aquele que eu julgo que existe para essa empresa e para a indústria interessada, eu fico satisfeítíssimo com isso, e nós atingimos o nosso desiderato, e a vida vai continuar, fazendo outros investimentos e tratando das unidades operativas que estão previstas no Parque Industrial Manuel da Mota, ou ampliando na zona da Pelariga, como foi proposto agora pelo Sr. Presidente da Junta, ou no Carriço, ou continuando a fazer aquisições na Guia, ou em Carnide, como conversei há muito pouco tempo com o Sr. Presidente da Junta, ou na Zona Industrial de Meirinhas / Vermoil.

Portanto, temos muito trabalho para fazer. E, de facto, eu devolvo-lhe as palavras que me ofereceu: só é vencido quem deixa de lutar. E portanto, nós vamos continuar a lutar. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente.”

Colocado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 1 abstenção do Bloco de Esquerda.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.17 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara – Programa de Apoio ao Funcionamento da Unidade de Saúde Familiar Pombal Oeste – Minuta de contrato interadministrativo.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado João Coucelo, faça favor de usar da palavra.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Bom, quanto a este assunto, quero apenas congratular-me por ter chegado a bom porto uma iniciativa há uns anos atrás muito falada por parte daqueles que se opunham à agregação de freguesias, e que contestavam a possibilidade de resolver alguns problemas no acesso a cuidados de saúde por pessoas com dificuldades na mobilidade, ou com a distância, ou por sofrerem de doenças crónicas, com limitação da sua mobilidade.

Este contrato interadministrativo envolve a Câmara e as Juntas de Freguesia, para finalmente proporcionar às pessoas com maior dificuldade de acesso aos cuidados de saúde meios para se deslocarem à USF Pombal Oeste, que até agora provou claramente que, excetuando uma franja da população com maiores dificuldades de deslocação, consegue promover uma maior acessibilidade global aos utentes daquela União de Freguesias do que as anteriores Extensões de Saúde. Claro que eu sempre defendi nesta Câmara Municipal que nós iríamos caminhar para uma centralização dos cuidados, para uma maior



MUNICÍPIO DE POMBAL

racionalidade na utilização dos recursos humanos sempre escassos, mas que se pretende melhorar; para melhores condições de trabalho dos profissionais de saúde, para que haja maior atratividade aos profissionais de saúde para se fixarem nessas unidades com maior dimensão, porque é um dos grandes problemas, efetivamente, no nosso país, conseguir que as pessoas venham das zonas da cidade, ou dos meios litorais, por exemplo, para o interior, ou mesmo aqui no litoral, que se desloquem para os meios mais pequenos, para os meios de menor concentração populacional.

Portanto, a USF Pombal Oeste terá condições, neste momento, para uma resposta adequada às populações que serve, e as populações que são servidas pela Unidade de Saúde Familiar Pombal Oeste vão ter à sua disposição meios, neste contrato interadministrativo, nesta colaboração multilateral entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias e a Unidade de Saúde Familiar, com a participação da Câmara a financiar num determinado montante as deslocações. E portanto, cumpre-se assim o que estava previsto e o que era desejado para aqueles que têm menor possibilidade de se deslocar à unidade de saúde.

Eu vi que no final há um documento que, com certeza, é um documento de trabalho, indicando a pessoa que é transportada, os quilómetros percorridos e a data em que é transportada. Acho que esse documento tem que ser melhorado, porque – e não é desconfiando de ninguém, não tem nada a ver com pôr em causa a boa fé das entidades transportadoras e de quem assume os encargos, mas deve haver claramente, como se fazia antigamente nos transportes para os hospitais, um carimbo ou uma chancela da unidade de saúde, a dizer que, sim senhor, foi atendida às tantas horas, do dia tantos do tal, confirmando a veracidade e a necessidade imperiosa desse transporte à unidade de saúde. Isto pode fazer-se de uma forma relativamente simples.

O que interessa aqui é que esta proposta da Câmara para o programa de apoio ao funcionamento da Unidade de Saúde Familiar de Pombal Oeste, esta minuta merece-nos, com certeza, a aprovação, e congratularmo-nos também por termos concluído aqui um processo que aqui há alguns anos atrás era muito discutido, e muito posto em causa – evidentemente, as pessoas têm as suas dúvidas quando há estas mudanças tão significativas no ordenamento territorial, como foi a agregação de freguesias e a extinção ou diminuição de trabalho de algumas Extensões de Saúde, mas finalmente temos aqui a demonstração de que é possível ultrapassar estes obstáculos e chegar a uma situação de conformidade com as necessidades das populações mais carenciadas.

Era só isto que eu tinha a dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Junta, Pedro Silva.”

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Não poderia dizer melhor do que o Dr. João Coucelo. Obviamente, enquanto clínico e enquanto experiente nesta área, já disse tudo. Efetivamente, a informação que eu quero dar é que me quero congratular em relação à Câmara Municipal, nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, e à Sra. Vereadora, Dra. Ana Cabral, por esta celeridade. Foram negociações em que nós tentámos – obviamente nós, Juntas de Freguesia, queríamos mais, e quando queremos o melhor para os nossos territórios, é nesse sentido, mas acho que foi uma negociação saudável. Fomos ao encontro, efetivamente, das necessidades das pessoas que precisam todos os dias de nós, é esta a proximidade, é nesta



MUNICÍPIO DE POMBAL

luta que nós, enquanto autarcas, que assim o povo entendeu sermos autarcas nestas freguesias, é a contar connosco, no nosso apoio nas várias vertentes, nas várias de que já falámos anteriormente, que já se falaram nesta Assembleia Municipal.

Infelizmente, esta freguesia perdeu as duas Extensões de Saúde que tinha, mas eu acho que – e como o Dr. João Coucelo diz – há um conjunto de regras e de trabalhos feitos na Unidade de Saúde Familiar do Oeste, que desenvolve outras áreas, que colabora e que reúne mais condições de saúde para todos os que necessitam, mas, efetivamente, as pessoas que mais precisavam não podiam ficar de fora. E daí, então, esta Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal de Pombal, elaborou este protocolo, trabalhou sobre este protocolo, e trabalhou-o, efetivamente, na necessidade de quem precisa, e não na nossa necessidade.

Por isso, mais uma vez agradecer ao Município, e na pessoa do Sr. Presidente da Câmara. Enquanto cidadão, não escondo a angústia, a angústia de termos perdido as Extensões de Saúde, mas enquanto Presidente da Junta, agradeço ao Município todo o esforço que tem feito para com as freguesias, nomeadamente no campo social, e as técnicas sociais têm desenvolvido um papel predominante nestas áreas, e espero que no próximo mandato, efetivamente, as Comissões Sociais continuem, e como o Presidente Humberto falava, e bem, que olhem para estas equipas de uma outra forma, que não sejam trabalhadoras precárias, mas que olhem para elas como funcionárias efetivas das Juntas de Freguesia ou das próprias Câmaras Municipais, mas que possam efetivamente colaborar connosco a tempo inteiro, porque nós, na área social – e na área social não se fala só na saúde, mas nas várias áreas envolvidas na área social, que têm tido um papel muito importante a auxiliar as Juntas de Freguesias, e a nós, enquanto autarcas, ajuda-nos a nos envolvermos em outras áreas, que é o desenvolvimento dos nossos territórios. É para isso que cá estamos, e iremos continuar a lutar pelos nossos territórios.

Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente Pedro Silva. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Felismino Carreira.”

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

É assim, a Freguesia do Carriço foi muito prejudicada com esta alteração, não há ilusões quanto a isto, não me venham cá dizer que isto é (audição imaudível), não é, vê-se agora, com esta pandemia, o que tem acontecido aqui às pessoas, que não têm consultas, não têm nada. No entanto, há aqui uma questão que, como diz o Dr. João Coucelo, já há muitos anos se falava sobre este protocolo, para esta situação. Nestas circunstâncias, já devia ter vindo há muito mais tempo. E nesse aspeto, é muito interessante, esperamos ver uma grande melhoria para as populações, para que elas se possam deslocar com algum conforto à unidade de saúde, e que a própria unidade de saúde corresponda às necessidades que as pessoas têm, nesse aspeto.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Acácio.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Como todos sabemos, isto foi um assunto muito polémico a nível concelhio, a nível do Oeste. E só para reforçar aquilo que o Dr. Carlos Lopes dizia no início, só será vencido quem deixa de lutar. O PSD nunca deixou de lutar por este projeto, aqui no Oeste sempre estivemos ao lado deste projeto, e é bom ver os depoimentos do Dr. João Coucelo, que é da área, que reconhece, e penso que hoje todas as pessoas que são servidas por esta unidade estão satisfeitas – obviamente desiludidas porque perderam o médico de família à porta, mas com um serviço muito melhor, mais amplo, mais resposta. E por isso, também dizer que, mais uma vez, nós sabíamos o que queríamos, e hoje é uma mais valia para este território e para esta população.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente Diogo Mateus, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Eu vou acompanhar as palavras do deputado Rui Acácio, para fazer um breve comentário ao silêncio da Bancada do Partido Socialista. O silêncio da Bancada do Partido Socialista é a manifestação da obstaculização que produziu durante muito tempo, mesmo durante um período de tempo em que o Governo do Partido Socialista tinha aprovado esta Unidade de Saúde Familiar, e onde houve, de uma forma que eu não acho adequada para a disputa local e para a criação de condições de vida aos cidadãos, uma posição que pusesse os interesses dos cidadãos e as opções do Governo – e não era um Governo do PSD – acima de todos os outros. E por isso, a discussão futura destas matérias deve ser uma matéria que em nenhuma circunstância deve deixar de ser feita aqui, e de haver compromissos partidários e políticos na consecução de políticas do nosso país – porque é disso que nós estamos a falar, não são de políticas locais, são de políticas do nosso país, e o nosso país parece ter assumido que, efetivamente, o desenvolvimento do nosso Serviço Nacional de Saúde através dos cuidados de saúde primários, e em concreto nos nossos territórios, através das Unidades de Saúde Familiar, é o caminho mais certo.

E por isso, no próximo dia 22 de outubro, com o ACES, com a ARS, com a Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiares, vamos fazer um encontro – os Srs. Deputados serão todos convidados, e os Srs. Presidentes de Junta – para que tenhamos a ocasião de conhecer as versões de um lado e de outro, as experiências, as expectativas, e aquilo que possa manifestamente contribuir para que nós façamos bem estas avaliações, porque o caminho que temos seguido – e todas estas observações que ao longo desta Assembleia tivemos sobre as questões da saúde também têm muito a ver com a desorganização do sistema, com a falta de autoridade para o resolver, com a articulação com as autoridades locais. E neste caso, em que o Município e as freguesias – e eu quero aqui dizer que o que está proposto neste protocolo representa que todos os encargos que as freguesias suportaram até esta data para fazer transportes serão retroativamente pagos, é isso que está nesta proposta, e quero que os Srs. Deputados todos tenham esta consciência, precisamente para não haver aqui ninguém a ficar de fora, e que este compromisso seja levado até ao fim, no acordo que foi feito com as Juntas de Freguesia, para ser pago o valor devido. Os valores todos que estão calculados vão ser todos liquidados, como estão previstos. Mas, o que nós queremos é que isto seja uma solução que, de facto, melhore a proximidade e a qualidade do serviço, e a grande capacidade em horário, em médicos, em regimes de substituição, em



MUNICÍPIO DE POMBAL

características do serviço público que é feito aos nossos cidadãos, e que não seja uma arena partidária para tentar discutir frações dentro das freguesias e dividir as populações, como foi aquilo que ouvi. Eu não gostei daquilo que ouvi, e a população também não gostou daquilo que viu, e deve ser uma matéria onde nós devemos tirar todos aqui as nossas conclusões.

E por isso, eu percebo o silêncio da Bancada do Partido Socialista, porque aqui, felizmente, teve porventura a sensibilidade para achar que era melhor ficar calado, do que dizer alguma coisa que comprometesse tudo aquilo que fez nos últimos tempos. E portanto, pode ser fácil fazer uns comunicados, dizendo algumas coisas, mas o que é certo é que quando, na prática, têm que haver decisões e têm que haver compromissos, eles não acontecem, e quando acontecem, são com as características que ouvimos aqui esta noite, já várias vezes.

Muito obrigado a todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.”

Colocado este assunto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.18 Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve neste ponto? Vão abrir as inscrições. Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Basicamente só para dar nota e agradecer ao Município esta confiança que é dada às Juntas de Freguesia. O Presidente de Câmara já o disse há pouco, esta parceria tem que ser efetiva, e é efetiva, e agradeço, em nome da comunidade da Freguesia de Almagreira este incentivo e este trabalho em parceria e em conjunto. E era essa nota que queria dar, e para futuro, penso que estamos aqui para trabalhar, um dia de cada vez, mas na melhoria das condições de vida das nossas populações.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Pedro Silva.

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

No seguimento das palavras do Presidente Humberto, é este o espírito, é o espírito da colaboração entre o Município e as Juntas de Freguesia. Enquanto na Freguesia do Carriço as pessoas podem achar que é pouco, mas o pouco é muito para nós – o pouco é muito para nós, isto é, no sentido de que, com calma, vamos elaborando os nossos projetos, vamos preparando os nossos projetos e vamos acreditando que o que nós temos pedido é importante para as freguesias e para os nossos munícipes.

Isto para agradecer ao Município de Pombal estes pequenos apoios que foram dados nesta fase, agora, e que estamos a tentar aprovar nesta Assembleia Municipal, que, efetivamente, vieram ao encontro das necessidades, e obviamente a população da Freguesia do Carriço



MUNICÍPIO DE POMBAL

agradece todo o apoio que tem sido dado ao longo dos anos. Nós queremos mais, iremos com certeza continuar a trabalhar nesse sentido, e o Município vai estar atento, efetivamente, às necessidades das freguesias.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Marco Carreira, faça favor, tem a palavra.”

Marco Carreira (Substituto legal do Presidente U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Obrigado, Sra. Presidente.

A Junta de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca agradece também os apoios atribuídos, sem os quais seria impossível a realização destas obras.

Termino.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada. Sr. Presidente Diogo Mateus.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, e muito obrigado, Srs. Presidentes de Junta, mas é o vosso trabalho que viabiliza estas oportunidades de colaboração. Muito obrigado pela vossa disponibilidade.”

Colocados a votação os pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal, foram os mesmos aprovados por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista.

Ponto n.º 2.19 - Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, já tenho a inscrição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, José Manuel Marques. Vão abrir as inscrições, podem inscrever-se mais.

Sr. Presidente do Louriçal, pode usar da palavra.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Eu queria falar precisamente neste ponto, quando se referia às Juntas de Freguesia.

Eu deixei isto para o último ponto, e dizendo também e comungando de um princípio dos meus colegas Presidentes de Junta, que também aproveito para falar nesta altura.

Sem dúvida que o Sr. Presidente da Câmara tem feito isso mesmo, ou seja, as delegações de competências, quando existem, não pode ser só dar as tarefas, e depois não atribuir os apoios, e isso tem sido feito. Nós, hoje em dia, da mesma forma que o Sr. Presidente da Câmara dizia, há pouco, que nesta questão da diminuição da poluição – e é verdade, as deslocações das freguesias para a sede do concelho, também se tem verificado dos funcionários da Câmara Municipal para a freguesia. Ou seja, muitos trabalhos que exercemos hoje, fazemos nós próprios, a Junta de Freguesia, as máquinas, as carrinhas, uma série de viaturas, e isso tem sido notório. Há um trabalho em articulação, nunca é realmente aquilo que nós queríamos mesmo, mas também Roma e pavia não se fez num só dia, e temos a noção de que cada vez mais estamos muito perto das populações em tudo o que podemos fazer, e essa descentralização do concelho também para as freguesias tem-se



MUNICÍPIO DE POMBAL

feito. Nós, com os nossos recursos humanos e logísticos, chegamos mais perto e mais rápido às populações.

Aqui, agradecer sempre ao Sr. Presidente da Câmara, ao seu Executivo, aos técnicos, a colaboração, e quantas vezes - ainda hoje havia necessidade de cimentar umas valetas, tinha que vir um empreiteiro, e nós próprios, com o nosso pessoal e as nossas máquinas, estamos a resolver -. Portanto, congratulo-me por esse princípio, e acho que este trabalho deve ser de continuidade, para bem das populações.

Agora, eu não queria deixar passar este tema, guardei mesmo para o final, porque se estivéssemos aí hoje, presencialmente, estaríamos com certeza aí com um livro dos cento e noventa e cinco anos da Filarmónica Louriçalense “Louriçal, Monumentos e suas gentes”, até porque não fala só no Louriçal, fala das filarmónicas, e que somos ricos nas filarmónicas a nível do Concelho de Pombal, e esta é simplesmente também uma filarmónica deste grande concelho, que faz cento e noventa e cinco anos. Aqui, dar os parabéns ao autor do livro, o Sr. Célio Dias, que também é Presidente da Filarmónica Louriçalense e Presidente da Assembleia de Freguesia, mas que teve com certeza o cuidado de dar continuidade a uma obra que o pai também preservou, nos anos em que esteve à frente da instituição, e que no sábado passado tivemos o privilégio – se não fosse este confinamento, esta dificuldade a nível de pandemia, estaria aberto a toda a população, e infelizmente isso não aconteceu, mas vale pela obra. E aqui, com certeza, congratularmo-nos pelo trabalho desenvolvido.

Queríamos, no entanto, também dizer que era intenção hoje deixar um livro a cada membro da Assembleia, tinha muito gosto. Eu não falei isto com o Sr. Presidente, mas na próxima Assembleia, se Deus quiser, se estivermos presentes, o livro lá vai chegar. Tinha o gosto de oferecer a cada um de vós esse livro, porque é, acima de tudo, um livro também da riqueza que temos no concelho.

Muito obrigado, e uma boa noite.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Vou passar agora a palavra ao Presidente Nélson Pereira, da Pelariga. Faça favor.”

Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Boa noite a todos, mais uma vez.

Eu queria agradecer, em nome da Freguesia da Pelariga, à Câmara Municipal de Pombal, por mais este apoio que nos deu, que é fundamental para fazermos face ao trabalho que temos vindo a fazer na prevenção da Covid-19. Esta Junta de Freguesia apostou desde o primeiro minuto nisso, fortemente, continuamos a apostar. E é só mesmo para agradecer, porque este apoio é fundamental para nos apoiar a continuar a fazer este bom trabalho que temos estado a fazer até agora.

Por isso, cabe-me agradecer, em nome da Junta de Freguesia. E estamos cá para trabalhar e para lutar contra esta causa que apareceu aqui, mas vamos lutar contra ela, e juntos venceremos.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Passo agora a palavra, e por fim, ao Presidente Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu queria ter usado da palavra no ponto anterior, mas dificuldades técnicas não me permitiram. Mas, como estamos a falar de apoio às Juntas de Freguesia, também creio que se enquadra neste ponto.

E queria destacar a relevância que o trabalho que desenvolvemos no dia a dia tem significado por trabalharmos em conjunto – Presidentes de Junta com o Presidente de Câmara, com os Vereadores, e as nossas equipas. E por isso, queria destacar este apoio que foi concedido à Junta de Freguesia de Pombal, que vai passar a ter também agora um mini autocarro novo, era um dos compromissos que nós tínhamos assumido, vai ajudar-nos muito naquilo que é o transporte que temos de fazer, nomeadamente em contexto escolar, e em outras atividades que temos com as nossas crianças. E por isso, queria agradecer este apoio à Câmara Municipal de Pombal, naturalmente património que enriquece a Junta de Freguesia de Pombal, que nos enriquece a todos.

E por isso, deixar esta nota de agradecimento público a este apoio que nos foi atribuído.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente Pedro Pimpão. Dou agora a palavra ao Presidente Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, muito obrigado, e muito obrigado aos Srs. Presidentes de Junta. Nós temos trabalhado, bem sei que muitos de vós têm ainda outros pedidos para serem satisfeitos, mas vamos cumprir gradualmente estes nossos objetivos, porque trabalhamos todos para o mesmo público, e queremos que tudo corra da melhor forma possível.

Muito obrigado pela sinceridade das vossas palavras, e pela colaboração que têm dado para que possamos, em conjunto, cumprir melhor a nossa missão.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Chegados a este ponto e ao fim desta Assembleia, quero agradecer a todos os Presidentes de Junta, a todos os deputados, ao Presidente da Câmara e Vereadores que estiveram presentes, e aos colaboradores deste Município, que foram fantásticos. Não imaginam o trabalho que está aqui a ser feito nesta sala.

Uma coisa vos digo: optei por esta solução, ou a Mesa optou por esta solução, por videoconferência, porque todos nós preservamos acima de tudo a saúde. Espero muito sinceramente que a de dezembro já possa ser presencial, porque nos dias de hoje, vamos viver um dia de cada vez.

Desejo uma boa continuação a todos, e muito obrigada pela vossa paciência, pelo vosso trabalho e pela vossa resiliência.

Boa noite, e obrigada.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram 23 horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: